



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)



MATEUS JOSÉ RIBEIRO

**PROJETO IFPI NA PRAÇA: contribuindo com as memórias da
Extensão do IFPI - *Campus Parnaíba* (2015-2024)**

Parnaíba-PI
2025

MATEUS JOSÉ RIBEIRO

**PROJETO IFPI NA PRAÇA: contribuindo com as memórias da
Extensão do IFPI - *Campus Parnaíba* (2015-2024)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Exame de defesa. Área de concentração: Ensino. Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica. Macroprojeto 6: Organização de Espaços pedagógicos na EPT.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho

Parnaíba-PI
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Ribeiro, Mateus José

R484p

Projeto IFPI na Praça: contribuindo com as memórias da Extensão do IFPI – Campus Parnaíba (2015-2024) / Mateus José Ribeiro. — Parnaíba, 2025.
213 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Piauí, Campus Parnaíba, 2025.
Orientador: Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho.

1.Educação Profissional e Tecnológica. 2. Memórias – Atividades extensionistas. 3.IFPI na Praça - Projeto. I.Título.

CDD - 378.013

Elaborado por Micheline Angélica Aragão Gouveia CRB 3/1244

MATEUS JOSÉ RIBEIRO

**PROJETO IFPI NA PRAÇA: contribuindo com as memórias da
extensão do IFPI - *Campus Parnaíba* (2015-2024)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Exame de defesa. Área de concentração: Ensino. Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Macroprojeto 6: Organização de Espaços pedagógicos na EPT.

Aprovado em 07 de abril de 2025

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



JEFERSON LUIS MARINHO DE CARVALHO

Data: 09/05/2025 08:19:42-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho
ProfEPT - IFPI - Orientador

Documento assinado digitalmente



JOSELMA FERREIRA LIMA E SILVA

Data: 09/05/2025 14:00:56-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Joselma Ferreira Lima e Silva
ProfEPT – IFPI

Documento assinado digitalmente



LUIS FERNANDO DOS SANTOS SOUZA

Data: 09/05/2025 15:51:20-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Luis Fernando dos Santos Souza
IFPI

Documento assinado digitalmente



FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA SOUZA

Data: 09/05/2025 17:38:40-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Francisco das Chagas Silva Souza
IFRN

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, senhor Jeová, e seu filho maravilhoso, senhor Jesus, mais uma vez e nunca suficientemente, embora eles mesmos não peçam isso de mim, muitíssimo obrigado! Que Eles me ensinem a humildade e o amor todos os dias.

A Francisca Maria Ribeiro de Oliveira, mãe maravilhosa que, sempre quando não acredito que vou conseguir algo, me diz: “Tem fé em Deus não? ”. Louvado seja o senhor por sua existência, minha senhora!

A José Alves Feitosa Filho, pai de verdade! Alegria e carinho formam o trato dispensado a mim desde a mais tenra infância, meu pai. Muito obrigado!

A Maria Cristina Barbosa Pereira, esposa maravilhosa. Companheira de verdade. Cometi o erro de não pedir a Deus que escolhesse uma esposa para mim, mas ele, sabendo de tudo, me mandou alguém melhor do que eu poderia imaginar.

Aos professores do mestrado do *Campus* de Parnaíba, obrigado pelas aulas e incentivos a mim e meus colegas da turma de 2023.

A Liliana, Sara, Bruna, Jorge e demais colegas de turma. Os encontros presenciais fazem muita falta. O sorriso cura a alma!

Ao meu orientador, professor Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho. A simplicidade e o modo muito humano de tratar os outros que todos deveriam ter encontram nele um exemplo a ser seguido.

Aos participantes deste trabalho, que me atenderam tão gentilmente. Muito grato pelas informações!

A todos os professores que tive e ainda estou tendo na eterna carreira de aprendiz. Desde a professora da antiga alfabetização, Madalena, mulher muito carinhosa, até os professores deste programa de mestrado. Obrigado, Senhor, por tudo e por tanto!

“O Mar escuro trará o medo lado a lado com os corais mais coloridos”.

O Rappa

RESUMO

Eventos extensionistas, como o IFPI na Praça, que vem sendo desenvolvido pelo *Campus* de Parnaíba do Instituto Federal do Piauí há dez anos, são geradores de memórias de atividades realizadas pela Instituição. Nesse sentido, este trabalho busca saber se há contribuições do evento para a memória da extensão da Instituição. Almejou-se com o estudo analisar se, e de que maneira, o IFPI na Praça tem contribuído com a memória da Extensão do IFPI - *Campus* Parnaíba, no período de 2015 a 2024. Para tanto, buscou-se: i) identificar os documentos normativos do IFPI – *Campus* Parnaíba quanto às atividades extensionistas, para averiguar se o projeto IFPI na Praça está atendendo à missão do Instituto; ii) relacionar os documentos/monumentos das atividades do projeto IFPI na Praça, no período de 2015 a 2024; iii) apontar quais práticas os professores do IFPI – *Campus* Parnaíba desenvolvem com a realização do IFPI na Praça, rumo à formação humana integral e iv) desenvolver material didático/instrucional mostrando o histórico das atividades do IFPI na Praça. As discussões teóricas abordam, principalmente: Memórias (Benjamin, 1994; Candau, 2021; Le Goff, 2013), Formação Humana Integral (Ramos, 2008; Moura, 2014) e Extensão (Freire, 2022), além de leis e outras normativas sobre atividade extensionista (FORPROEXT, 2012). Fazendo parte da linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica e do macroprojeto Organização de Espaços Pedagógicos na EPT, do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional – ProfEPT, a pesquisa caracterizou-se pela abordagem qualitativa, procedimento em Estudo de Caso, método dialético, de natureza aplicada e objetivo exploratório descritivo. A geração de dados ocorreu pela pesquisa em documentos referentes ao IFPI na Praça, com realização de entrevistas semiestruturadas com gestores e coordenadores e aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas para professores da instituição. O tratamento do material gerado deu-se pela Análise Documental (Cellard, 2008) e Análise do Conteúdo (Bardin, 2020 e Franco, 2018). Os resultados auxiliaram a perceber que: a) embora haja uma preocupação em registrar atividades realizadas no evento, existe a necessidade de compilação do material sobre ele, pois alguns projetos estão dispersos ou não foram registrados, criando lacunas; b) os professores dão credibilidade ao evento, têm utilizado práticas variadas para sua realização e acreditam que, após cada edição, a interação nas atividades em grupo dos alunos melhora; c) os projetos desenvolvidos atendem a normativas da instituição e de órgãos parceiros e d) o evento tem servido, desde sua origem, como divulgação do Instituto Federal da cidade. Os registros encontrados, as respostas e falas das pessoas pesquisadas mostram que o IFPI na Praça tem contribuído tanto para a memória da Extensão do *Campus*, quanto para a formação humana integral da comunidade interna e socialização de conhecimentos acadêmicos com a comunidade externa. Esses apontamentos ajudaram a elaborar um Produto Educacional na forma de *e-book*, que se constitui da compilação ordenada de imagens e informações das edições do evento, objetivando ser um memorial para aqueles que atuaram nele, incentivo para outros servidores da instituição também se engajarem em suas atividades e informativo à sociedade parnaibana em geral sobre o que é o IFPI - *Campus* Parnaíba e esse evento extensionista que já completa uma década.

Palavras-chave: IFPI na Praça; memórias; atividade extensionista; identidade; ProfEPT.

ABSTRACT

Extension events, such as IFPI na Praça, which has been developed by the Parnaíba Campus of the Federal Institute of Piauí for ten years, generate memories of activities carried out by the Institution. In this sense, this work seeks to know if there are contributions from the event to the memory of the institution's extension. It was aimed at with the study analyze whether, and how, this event has contributed to the memory of the IFPI Extension - *Campus Parnaíba*, in the period from 2015 to 2024. To this end, we sought to: i) identify the normative documents of the IFPI - *Campus Parnaíba* regarding extension activities, to determine whether the IFPI na Praça project is meeting the Institute's mission; ii) list the documents/monuments of the activities of the IFPI na Praça project, from 2015 to 2024; iii) point out which practices IFPI – *Campus Parnaíba* teachers develop with the IFPI na Praça, towards integral human formation and iv) develop didactic/instructional material showing the history of IFPI na Praça activities. Theoretical discussions mainly address: Memories (Benjamin, 1994; Candau, 2021; Le Goff, 2013), Integral Human Training (Ramos, 2008; Moura, 2014) and Extension (Freire, 2022), in addition to laws and other regulations on extension activity (FORPROEXT, 2012). Forming part of the Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education research line and the Organization of Pedagogical Spaces macroproject in EPT, of the Professional Master's Degree in Professional Education on a National Network – ProfEPT, the research was characterized by a qualitative approach, a Case Study procedure, a dialectical method, of an applied nature and a descriptive exploratory objective. Data generation occurred through research into documents relating to the IFPI na Praça, carrying out semi-structured interviews with managers and coordinators and applying questionnaires with open and closed questions to the institution's teachers. The generated material was processed using Document Analysis (Cellard, 2008) and Content Analysis (Bardin, 2020 and Franco, 2018). The results helped to understand that: a) although there is a concern in recording activities carried out at the event, there is a need to compile material about it, as some projects are scattered or were not registered, creating gaps; b) teachers give credibility to the event, have used varied practices to carry it out and believe that, after each edition, interaction in students' group activities improves; c) the projects developed meet the regulations of the institution and partner bodies and d) the event has served, since its inception, as publicity for the city's Federal Institute. The records found, the responses and statements of the people researched show that the IFPI na Praça has contributed both to the memory of the Campus Extension and to the integral human formation of the internal community and the socialization of academic knowledge with the external community. These notes helped to develop an Educational Product in the form of an e-book, which consists of an ordered compilation of images and information from editions of the event, aiming to be a memorial for those who worked in it, an incentive for other employees of the institution to also engage in its activities and informative to Parnaíba society in general about what IFPI - *Campus Parnaíba* is and this extension event that has already completed a decade.

Keywords: IFPI na Praça; memories; extension activity; identity; ProfEPT.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAPEPI	Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí
FORPROEXT	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFs	Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Produto Educacional
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – História e memórias individual, coletiva e institucional e a identidade: contribuições mútuas.	37
Figura 2 – Extensão Assistencialista e Extensão como Comunicação	43
Figura 3 - Ações e aspectos legais da Extensão no Brasil.....	45
Figura 4 – Diretrizes Extensionista na EPT.....	51
Figura 5 – O “Novo Vitruviano”.....	59
Figura 6 - Normativas e órgão que regem as atividades extensionistas do IFPI – <i>Campus Parnaíba</i>	69
Figura 7 - Delineamento da pesquisa.....	81
Figura 8 - Desenho da pesquisa.	86
Figura 9 - Caminhos em busca dos registros sobre o IFPI na Praça.	88
Figura 10 - Passos seguidos na Análise de Conteúdo.....	97
Figura 11 - Arte para a primeira edição do projeto IFPI na Praça.	98
Figura 12 –Temas da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em cada ano que ocorreu o IFPI na Praça.	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação em edições do IFPI na Praça.	110
Gráfico 2 – Inserção de projetos no SUAP.....	113
Gráfico 3 - Maior empecilho/ dificuldade na execução do projeto IFPI na Praça. ...	121
Gráfico 4 – Material informativo/instrucional que utilizaria no planejamento-execução do Projeto IFPI na Praça.	128
Gráfico 5 – Opinião dos participantes sobre aspectos relacionados à formação humana integral possivelmente desenvolvida no IFPI na Praça.	130
Gráfico 6 - Nível de concordância sobre o registro de atividades de um grupo ajudar a formar a identidade de uma Instituição.	132
Gráfico 7 - Nível de concordância sobre o registro de atividades realizadas por uma instituição formar a identidade individual das pessoas que fazem parte dela.	134
Gráfico 8 – Memórias como registros históricos para a instituição e para os participantes dela.	135

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Imagem aérea do IFPI – <i>Campus Parnaíba</i>	65
Imagem 2 - Localização do IFPI – <i>Campus Parnaíba</i> tendo como referência o centro da cidade.....	66
Imagem 3 - Mapa do Piauí mostrando a localização da cidade de Parnaíba e da Praça da Graça.....	71
Imagem 4 – Praça Mandu Ladino.	72
Imagem 5 - IFPI na Praça 2017.	73
Imagem 6 – Apresentação de projeto da turma de Edificações.	74
Imagem 7 – Notícia sobre o IFPI na Praça, edição de 2019.	75
Imagem 8 - IFPI na Praça 2023.	76
Imagem 9 – Edição de 2024 do IFPI na Praça.....	77
Imagem 10 - Local de desenvolvimento da pesquisa.....	83
Imagem 11 – Vista aérea da Praça Nossa Senhora das Graças.	84
Imagem 12 - Vista aérea da Praça Madu Ladino.	85
Imagem 13 - Informações sobre o IFPI na Praça no <i>site</i> do <i>Campus Parnaíba</i>	105
Imagem 14 – Fotografia retirada de apresentação do projeto ArqCultura,.....	106
Imagem 15 - Convites para participação no IFPI na Praça 2023 e 2024.	107
Imagem 16 - Folder do projeto ArqCultura.	150
Imagem 17 – Fichas de avaliação de apresentações no IFPI na Praça: 2015 e 2017.	161
Imagem 18 – Capa do Produto Educacional.	166
Imagem 19 – Sumário mostrando as partes do PE.....	168
Imagem 20 – Capas de divisão de seções do PE.....	169
Imagem 21 - Informação de acesso a <i>link</i> no PE.....	170

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aplicação do questionário.	90
Quadro 2 – Realização da entrevista.	92
Quadro 3 – Cronograma de atividades referentes às entrevistas e questionários.	93
Quadro 4 – Prática pedagógica realizada pelo(a) professor(a) no IFPI na Praça. ...	116
Quadro 5 – Possível contribuição do IFPI na Praça para o processo de ensino-aprendizagem.....	119
Quadro 6 – Contribuição para a prática pedagógica do professor após o IFPI na Praça.	123
Quadro 7 – Indicação para melhoria do projeto IFPI na Praça.....	125
Quadro 8 – Preocupação em tornar o IFPI mais visível à comunidade externa.	142
Quadro 9 - Menção a outras formas de registros usadas ao tratar do IFPI na Praça.	153
Quadro 10 - Conhecimento sobre a material didático/instrucional sobre o IFPI na Praça	160
Quadro 11 - Resumo do passo-a-passo para a criação, avaliação, validação e registro do PE.	174

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de artigos encontrados a partir da combinação	22
Tabela 2 - Quantidade de artigos e dissertações encontrados a partir da combinação de correlatos.....	24
Tabela 3 – Resumo do quantitativo de projetos realizados por curso e ano no IFPI na Praça.....	99
Tabela 4 – Média, em porcentagem, das respostas obtidas na avaliação do PE. ...	172

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	A BUSCA POR CONHECIMENTO JÁ PRODUZIDO	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	28
2.1	MEMÓRIAS: UM VASTO CAMPO DE INFLUÊNCIAS	28
2.1.1	Memória Coletiva: o grupo e o lugar visitado	32
2.1.2	História do Tempo Presente	34
2.1.3	Considerações sobre Documentos	38
2.2	EXTENSÃO NA EPT	40
2.2.1	Um olhar sobre o histórico da extensão no Brasil: ações e aspectos legais	40
2.2.2	A Extensão e a Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....	45
2.2.3	Diretrizes Extensionistas na Educação Profissional e Tecnológica.....	48
2.2.4	Formação humana integral, politécnica e omnilaterealidade em atividade de extensão na EPT	52
2.2.5	Prática Pedagógica na EPT.....	60
2.3	O PROJETO IFPI NA PRAÇA: ações do <i>Campus</i> Parnaíba	63
2.3.1	O <i>Campus</i> Parnaíba.....	63
2.3.2	A Normatização do IFPI - <i>Campus</i> Parnaíba para Atividades Extensionistas	67
2.3.3	O Projeto IFPI na Praça	70
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	78
3.1	A CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	78
3.2	O DESENHO DA PESQUISA: O TOTAL DE PESSOAS, OS PARTICIPANTES, A SELEÇÃO E O LUGAR	81
3.3	OS INSTRUMENTOS E A GERAÇÃO DOS DADOS: REGISTROS, QUESTIONÁRIO E ENTREVISTAS.	86
3.3.1	O caminho na busca pelos registros.....	86
3.3.2	Os instrumentos e a geração dos dados: questionário e entrevistas	89
4	A ANÁLISE.....	94
4.1	OS REGISTROS: A ANÁLISE E A DISCUSSÃO.	97
4.2	FALAS E RESPOSTAS: ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE O QUE NOS MOSTRAM O QUESTIONÁRIO E AS ENTREVISTAS.	108
4.2.1	Dos Questionários.....	109
4.2.2	Participação no evento	110
4.2.3	Prática pedagógica.....	115
4.2.4	Formação Humana Integral	130
4.2.5	História, memória e identidade.	131
4.2.6	Das Entrevistas	137

4.2.7	Ação e Contribuição do Projeto	138
4.2.8	Conformidade com a Missão do Instituto e outras normativas.....	144
4.2.9	Documentos e Registros	149
4.2.10	Práticas Pedagógicas e Formação Humana Integral	154
4.2.11	Desenvolvimento de Material Didático e Histórico	159
5	PRODUTO EDUCACIONAL	165
5.1	APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	165
5.2	DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO	167
5.3	AVALIAÇÃO.....	170
5.4	APLICABILIDADE	173
5.5	VALIDAÇÃO.....	174
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
7	REFERÊNCIAS	182
8	APÊNDICES	192
8.1	Apêndice A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (Docentes).....	193
8.2	Apêndice B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (Gestores e Coordenadores)	200
8.3	Apêndice C – Questionário para aplicação com professores.....	207
8.4	Apêndice D - Roteiro para a entrevista com coordenadores e gestores	211
8.5	Apêndice E – Ficha para avaliação do PE.....	212

1 INTRODUÇÃO

Os objetivos de uma instituição educacional também são observáveis pelas ações realizadas perante a comunidade atendida por ela, bem como pela maneira à qual essas ações são feitas a partir da missão que apresenta nos seus documentos oficiais. Assim, os projetos de Extensão se configuram como um “termômetro” daquilo que foi, ou está sendo desenvolvido por um grupo de pessoas engajadas neles.

Os Institutos Federais (IFs) se mostram como locais onde essas ações são comuns para se desenvolver conhecimentos e práticas na realidade social, extra sala de aula. As atividades de Extensão realizadas por eles se mostram como forma real de ensino/aprendizagem de conteúdos para se concretizar a teoria aprendida no espaço acadêmico, isso porque o ensino não pode se limitar à transmissão intelectual de conceitos.

A Educação ofertada pelos IFs, incluindo as atividades extensionistas, tem como meta principal a formação humana integral, e nesse intuito, são considerados diversos fatores, como a situação socioeconômica local, necessidades culturais, científicas e as condições disponíveis de ensino/aprendizagem dos conteúdos e práticas pedagógicas para um projeto de desenvolvimento humano dessa natureza. Diante dessa realidade, as atividades de Extensão produzem conhecimentos a serem trabalhados e articulados com o ensino ofertado (IFPI, 2020) rumo à formação proposta.

Encontra-se no projeto IFPI na Praça, evento anual que ocorre desde 2015, um bom exemplo de atividade extensionista na busca de desenvolver ações criadas pelo Instituto Federal do Piauí - *Campus* Parnaíba. Nesse projeto os estudantes, auxiliados por professores, gestores e coordenadores, mostram em uma praça da cidade o que têm aprendido e desenvolvido na Instituição.

Para a comunidade, ele é um momento de conhecer mais sobre o que os alunos estudam no *Campus*; para os alunos é a concretização de estudos teóricos e aprendizado em ambiente não formal de Educação; e, para os servidores que têm atuado nele, representa um momento ímpar para analisar, a partir de sua ação e interação com a comunidade, se sua prática extensionista no projeto precisa ser modificada ou reafirmada.

Durante as edições do IFPI na Praça, alunos dos variados níveis e modalidades de ensino do *Campus* apresentam projetos científicos, artísticos e culturais multi e

interdisciplinares, diversificados e contextualizados tanto com temas nacionais quanto com necessidades locais. Esse evento, pelos seus dez anos que já vem ocorrendo, tem um acervo de memórias que legitima a identidade da instituição, caracterizando-a dentro da cidade.

Sendo a memória um fenômeno individual e também coletivo (Le Goff, 2013), tendo força sobre a identidade de pessoas e organizações (Candau, 2021), ela precisa ser considerada como elemento significativo das atividades extensionistas de uma Instituição que se propõe a ofertar Educação Humana Integral. Isso porque, segundo Ricoeur (2007), a memória é a própria consciência e identidade.

Considerando essa importância, questionamo-nos se o projeto IFPI na Praça tem contribuído com a memória do *Campus* de Parnaíba no que se refere à extensão realizada por ele. Há nessa busca um grande trabalho teórico e metodológico a ser observado. O projeto em si, memórias, extensão e formação humana integral são “partes” de um todo a serem estudadas, articuladas e discutidas até que possamos chegar às considerações reais sobre respostas para o nosso questionamento.

Dessa forma, de uma maneira geral, temos como objetivo analisar se, e de que maneira, o projeto IFPI na Praça tem contribuído com a memória da extensão do IFPI - *Campus* Parnaíba, no período de 2015 a 2024. Esse período se justifica por ser o que compreende desde a origem do evento até a data de realização desta pesquisa.

Para alcançarmos nosso intento, especificamente buscamos: a) identificar os documentos normativos do IFPI – *Campus* Parnaíba quanto às atividades extensionistas para averiguar se o projeto IFPI na Praça está atendendo à missão do Instituto, b) relacionar os documentos/monumentos das atividades do projeto IFPI na Praça, no período de 2015 a 2024, c) apontar quais práticas os professores do IFPI – *Campus* Parnaíba desenvolvem com a realização do IFPI na Praça rumo à formação humana integral e d) desenvolver material didático/instrucional mostrando o histórico das atividades do IFPI na Praça.

Quanto ao público, buscamos por informações daqueles que realizam o evento enquanto servidores da instituição; são pessoas que o organizam, o acompanham desde o início, que criam os projetos e que fazem os relatórios finais. Essas, participantes do IFPI na Praça desde a origem dele, são aquelas que melhor podem falar, com legitimidade, da evolução do evento, sua contribuição para a instituição e comunidade externa, quais projetos têm sido executados e com quais finalidades.

Nosso trabalho se enquadra na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica, abrangendo o macroprojeto Organização de Espaços Pedagógicos na EPT.

As escolhas pela linha e tema de nosso estudo já estavam sendo, veladamente, pré-moldadas antes mesmo da entrada do pesquisador neste programa de mestrado. Sendo professor e tendo trabalhado junto com alunos do Ensino Médio em pesquisas sobre o patrimônio imaterial, registrando lendas, histórias, superstições e brincadeiras do passado de pessoas da comunidade onde está inserida a escola onde leciono, percebi como é profícua a área de Memórias.

Ademais, noutro momento, ao pesquisar a história e as memórias daquele ambiente de ensino, os registros sobre o fundador, as atividades que ela tem realizado e levado às pessoas da região, mostrando a evolução da instituição em si, fui direcionado para a linha de pesquisa memória e a estudar a História das ações de profissionais que realizam atividades que ultrapassam as salas de aula e os muros da escola.

Logo, vi no IFPI na Praça mais uma vez a importância de atividades como essas que produzem e reúnem memórias de interação com a comunidade. Além disso, nele tenho um exemplo a ser seguido, pois, mais que a prática de um único professor, ele é a ação de um grupo de pessoas, de uma instituição inteira, a partir de temas nacionais adequados à realidade e a necessidades locais.

Um estudo da natureza aqui apresentado poderá mostrar aos agentes envolvidos nas atividades extensionistas do IFPI - *Campus* Parnaíba e para futuros pesquisadores, qual a importância desse evento para a memória da extensão do *Campus*. Colocar em evidência projetos de atividades extensionistas como esse pode ser de incentivo para que professores e outros profissionais do próprio Instituto, não engajados no evento, tenham um olhar diferenciado sobre ele, passando a contribuir com sua realização. Dessa maneira, o trabalho busca saber se há, e como se dão, contribuições do evento para a memória da extensão da Instituição

À sociedade, por seu turno, será dada a oportunidade de conhecer como é realizado o IFPI na Praça, por quem e com quais finalidades, além de expor qual sua relevância tanto para o público interno quanto para o externo ao *Campus*. Este trabalho mostra, levando em consideração as devidas particularidades de cada lugar, como o evento pode ser de referência para escolas da cidade e outros *campi* do Instituto Federal.

De uma forma mais ampla e teórica, pesquisar o que já se tem construído sobre a relação atividade extensionista, memórias e Educação Profissional e Tecnológica se faz importante para a continuidade de estudos e aprofundamento da temática. O estudo do entrelaçamento desses termos com a história de um evento, como o IFPI na Praça, ainda pode revelar pontos positivos nas produções e lacunas a serem preenchidas com novos trabalhos.

O trabalho ainda serve ao propósito de mostrar como ações realizadas por instituições, além de elemento de divulgação delas, são ratificadores da identidade tanto do local quanto de seus integrantes. Especificamente sobre o Produto Educacional oriundo da nossa pesquisa, esse configura-se como uma ferramenta de registro das ações do IFPI na Praça, sua sistematização e mais uma forma de reafirmação da identidade do *Campus* de Parnaíba.

A base teórica conceitual que nos orientou na construção deste trabalho é formada, dentre outros, pelas contribuições de Candu (2016), Halbwachs (1990), Le Goff (2013), Freire (2022), Ramos (2008), o PDI do Instituto Federal do Piauí, bem como de normativas que regem a atividade extensionista no país.

A partir da apresentação introdutória, este trabalho está composto pelas seguintes seções: Referencial Teórico - onde abordamos as concepções de memória, história do tempo presente, documentos, Extensão na EPT e o IFPI na Praça; Procedimentos Metodológicos – em que caracterizamos a pesquisa, os caminhos percorridos na busca por registros e os instrumentos para a geração dos dados; Análise dos dados - na qual discutimos os resultados da investigação com os registros selecionados sobre o evento, analisamos as falas e as respostas obtidas nas entrevistas e nos questionários; e Produto Educacional - sobre o qual discorreremos a maneira como ele foi criado, seu objetivo e a forma de sua validação.

Logo, apresentamos nossas Considerações Finais, onde expomos os “achados” de nossa pesquisa e tecemos nossos comentários a respeito do evento que já tem em sua história dez anos de memórias.

1.1 A BUSCA POR CONHECIMENTO JÁ PRODUZIDO

Por entendermos que todo trabalho científico exige análise em outras produções acadêmicas para averiguação do que se tem produzido acerca da temática em estudo, fizemos pesquisa de caráter bibliográfico sistemática para o necessário

levantamento dos dados que consideramos relevantes para saber o que já se tem produzido.

Ao nos inserirmos nos portais de periódicos e pesquisas avulsas na internet encontramos uma gama de títulos que de alguma maneira tratavam da temática, o que causa apreensão sobre quais escolher como fontes primárias de conhecimentos, considerando que são inúmeros. Pesquisar aleatoriamente é inviável. Tal qual estar à procura de um endereço em uma cidade grande sabendo apenas o nome do morador é a busca por livros, artigos e dissertações, sem delimitar primeiramente o caminho a seguir.

Como não encontramos o lugar que queríamos (textos acadêmicos específicos – artigo, dissertação, manual, tese sobre o projeto IFPI na Praça realizado pelo IFPI – *Campus Parnaíba*), fomos aos “endereço” já conhecidos – produção acadêmica com temas que nos interessam - e de lá traçamos rotas para o alcance de informações que nos fariam construir nosso caminho. Esse “não ter” uma produção em periódicos e repositórios especificamente sobre o que queríamos nos fez pensar que “à mente apavora o que ainda não é mesmo velho”¹, mas também trouxe a ideia de contribuição original, de deixar marcas para outros caminhantes.

Essa busca pelo já construído, uma forma de inventariado, parece trazer o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica, almejando conhecer que aspectos vêm sendo destacados em determinada área (Ferreira, 2002). Assim, fizemos busca por associação de palavras-chave, correlatos, temáticas que se assemelhassem ao que queríamos alcançar no intuito de “ver” o que se tem disponível em pesquisas acerca de atividades de extensão ligadas à área de Memória que contribuam com a prática pedagógica do professor.

Primeiramente, buscamos artigos que abordassem a temática extensão/prática pedagógica/Educação Profissional e Tecnológica no Portal de Periódicos da CAPES, através da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), pelo Instituto Federal do Piauí.

Utilizamos as seguintes combinações de correlatos: “extensão” *and* prática pedagógica, “extensão” *and* educação profissional e tecnológica, “atividade extensionista” *and* prática pedagógica, “atividade pedagógica” *and* atividade de extensão, “prática pedagógica” *and* educação profissional e tecnológica.

¹ VELOSO, Caetano. Sampa. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/caetano-veloso/sampa.html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Os termos com aspas (“”) são aqueles que almejamos que fossem encontrados nas produções exatamente com essas expressões. Objetivando restringir os resultados que deveriam conter um e outro termo simultaneamente, utilizamos o operador Booleano “AND”.

Ademais, também fizemos uso dos seguintes filtros: data de criação – de 2015 a 2024, por ser esse o período em que ocorre o Projeto IFPI na Praça; tipo de recurso – artigo científico; assunto – educação; disponibilidade – periódicos revisados por pares e idioma – português.

Em um primeiro momento, utilizando somente os correlatos, encontramos número bastante variado a depender do correlato; mas, ao inserirmos os filtros, o número de artigos diminuiu significativamente, como mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Quantidade de artigos encontrados a partir da combinação de correlatos, com e sem o uso de filtros.

Combinação de correlatos	Sem filtros	Com filtros
"extensão" and atividade pedagógica	173	07
"atividade pedagógica" and atividade de extensão	19	02
"extensão" and educação profissional e tecnológica	25	06
"extensão" and prática pedagógica	301	07
"atividade extensionista" and prática pedagógica	05	0
"prática pedagógica" and educação profissional e tecnológica	58	03
Total	581	25

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Após leitura dos títulos, palavras-chave e resumos, selecionamos alguns trabalhos que achamos relevantes para a constituição do nosso. Acerca de prática pedagógica, destacamos “Prática Pedagógica e Docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito”, de Maria Amélia do Rosário Santoro Franco². Nele são esclarecidas as diferenças entre práticas pedagógicas, práticas educativas e as diferentes concepções sobre pedagogia e prática a partir dela, deixando claro que a prática varia dependendo da Pedagogia que tem por base.

² <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVSPzTq/abstract/?lang=pt>

Relacionando prática pedagógica e a Educação Profissional e Tecnológica, Maylta Brandão dos Anjos (2021), em “Educação Profissional e Tecnológica: a prática pedagógica como veículo da liberdade”³, discorre sobre a possibilidade real de trabalhar essa correlação pautada na responsabilidade, no afeto e na humanidade. O foco dessa prática democrática é a liberdade, o conhecimento e, por conseguinte, a emancipação. Tem por base Paulo Freire e a obra *Educação como Prática da Liberdade*.

Ainda buscando conhecer mais sobre a correlação EPT e prática pedagógica, elencamos o artigo “Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica: a relação entre o currículo integrado e a prática pedagógica docente”, de Angelina Santos Castro e José Henrique Duarte Neto⁴. O artigo busca apresentar a prática pedagógica estruturada na busca pela educação omnilateral, esse sendo outro termo que nos interessou e abordamos.

Acessamos ainda na *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) outras publicações que nos ajudassem na criação do nosso arcabouço teórico norteador. Utilizamos nessa biblioteca virtual os seguintes filtros: artigos brasileiros entre os anos de 2015 a 2024, língua portuguesa, na área de ciências humanas e educação. Ainda usamos o operador Booleano *AND*, além do uso de aspas para as palavras que queríamos encontrar com exatidão. Buscamos publicações que contivessem os correlatos “extensões” *and* “memória” e “memória” *and* “identidade”.

Também acessamos o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES em busca de produções que nos dessem mais orientações teóricas ao nosso interesse. Primeiramente procuramos por dissertações filtradas de 2015 a 2024 da grande área de conhecimento Ciências Humanas, área do conhecimento Educação, área de Avaliação Educação, e área de concentração Educação, com o termo entre aspas “memórias”; em seguida, com o correlato Memória e Atividade de extensão, sem aspas e sem filtros, pois a primeira busca não apresentou resultados.

Os resultados das procuras nessas bases de dados com os correlatos que usamos são apresentados na Tabela 2, a seguir.

³ <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5957>

⁴ <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11088/pdf>

Tabela 2 - Quantidade de artigos e dissertações encontrados a partir da combinação de correlatos.

Base de dados	Gênero	Combinação de correlatos	Quantidade
Scielo	Artigos	"extensão" and "memória"	88
Scielo	Artigos	"memória" and "identidade"	10
Scielo	Artigos	"atividade de extensão"	17
Catálogo de teses e dissertações CAPES	Dissertações	"Memórias"	694
Catálogo de teses e dissertações CAPES	Dissertações	memória e atividade de extensão ⁵	59

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Sobre Extensão, destacamos o artigo "Extensão universitária: momentos históricos de sua institucionalização"⁶, Vera Lucia Schneider Benvenuti, como texto orientador acerca da evolução do conceito de Extensão, fatos e encontros relativos a ela, até discussões sobre sua institucionalização. É mostrado como o conceito de Extensão tem ganhado mais destaque e relação direta com a sociedade em interação com troca de saberes, deixando de ser assistencialista e passando a contribuir tanto com as comunidades como com as instituições ofertantes e seus membros.

Ainda sobre a temática extensão, a dissertação "Extensão na Educação Profissional e Técnica de nível médio do Instituto Federal do Amazonas: formação humana integral e reflexo social"⁷, de Aline Neves Peres, nos trouxe contribuições ao abordar ações do Instituto Federal do Amazonas para implementar a extensão objetivando a formação humana integral. O texto, um estudo de campo na área de

⁵ Com o uso desse correlato a base de dados apresentou somente treze dissertações com *link* de acesso ou detalhes. As outras quarenta e seis dissertações surgiram como sendo "Anterior à Plataforma Sucupira", portanto, sem acesso direto aos trabalhos. Para visualizar ou baixar aqueles indisponíveis na plataforma e que nos chamaram a atenção, selecionamos os títulos e copiamos no *Google*, o que nos levou direto aos repositórios das faculdades de origem. Não foram utilizadas aspas (") para esse correlato, pois, uma vez que as usamos, encontramos apenas um resultado, esse mesmo contido na procura sem o uso das aspas.

⁶https://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03/O-Narrador_Walter-Benjamin-1.pdf

⁷http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/bitstream/4321/471/1/Extensao%20na%20educacao%20profissional%20e%20tecnica%20de%20nivel%20medio_Peris_2020.pdf

Memórias, destaca aprimoramentos e aprendizagens de competências no contexto acadêmico em que os participantes estavam inseridos.

A autora destaca que a relação Ensino/Pesquisa/Extensão apresentou desafios de concretização no que diz respeito ao olhar duplo sobre a organização e incentivo para o público externo e o interno às instituições educacionais. No entanto, é deixado claro que, durante a pesquisa, percebeu-se como a Extensão contribui para a complementação da teoria estudada, aproximação com a comunidade, fortalecimento da autoconfiança, criatividade, trabalho em equipe e mudanças em posturas pessoais diante de problemas no cotidiano.

Os trabalhos pesquisados sobre esse tema nos direcionaram principalmente para as resoluções e diretrizes do Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2001), dos quais buscamos mais informações sobre o conceito e a aplicação do termo, como o que traz a Política Nacional de Extensão Universitária em suas atualizações.

Esse documento tem por base nortear as ações de atividades extensionistas das instituições de ensino superior. Para tanto, ele apresenta um histórico sobre os conceitos de Extensão Universitária no Brasil e no mundo e propõe estratégias para que a extensão seja consolidada, procurando a indissociabilidade Ensino/Pesquisa/Extensão.

Quanto à temática memórias, destacamos o texto de Pierre Nora (2012) “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”⁸, que trata da diferença, nem sempre clara, entre memória e história, a necessidade de demarcações de “lugares” de memória - lugares físicos, arquivos, museus, dentre outros, para manter registros que de outra forma se perderiam. O trabalho afirma que a memória passou a contribuir com a História e que não apenas grupos minoritários fazem uso de suas memórias para reafirmarem-se.

Juliana Cardoso Santos, em “Memória Institucional e Memória Organizacional: faces de uma mesma moeda”⁹, aborda o conceito de memória institucional, comparando-o com memória organizacional, fazendo uma análise sistemática da

⁸ ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES | Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História

⁹ <https://www.scielo.br/j/pci/a/RTpwsFQsWktXbyx7ZX6cxyJ/?lang=pt>

literatura. Foca-se na memória institucional como sendo relacionada à legitimidade dela, termo esse que nos interessa para os estudos de memórias e instituição.

Os trabalhos encontrados com o termo memória abordam diversas temáticas, principalmente aquelas ligadas a um lugar, uma comunidade, uma cidade, como a dissertação de Juliana Natal da Silva (2020), “Pintando Criciúma - arte, memória e educação: evocando memórias e (re)construindo identidades”¹⁰. Nele a autora discorre sobre a exposição de arte “Pintando Criciúma – Arte, Memória e Educação”, evocando memórias que contribuem para a reconstrução das identidades de seus visitantes. No trabalho é afirmado que o evento oportunizou aos visitantes um olhar cheio de memórias sobre a evolução social e estrutural de sua cidade. Essa discussão de um evento como proporcionador de memórias reafirmando identidade vai ao encontro do que queríamos trabalhar.

A busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES ainda nos gerou um número expressivo de teses de doutorado (370 produções) abordando a área de memórias. Nossa investigação nesse ponto encontrou produções de 2017, 2018, 2021, 2022 e 2023. A grande área selecionada foi Ciências Humanas; área de conhecimento, área de Avaliação, área de concentração e programa em Educação.

A categoria memória nas teses encontradas tem versado bastante sobre identidade de um povo, de uma etnia ou grupo. Chamou-nos a atenção também a variedade de trabalhos sobre memória de professores no período de sua formação ou formação continuada e suas práticas pedagógicas, bem como aquela ligada a alguma prática religiosa.

Sobre memória e atividade extensionista destacamos o texto “Mnemosine, Clio e a memória histórica da Educação de Jovens e Adultos em/com ações de extensão na UFES de 1986 a 1996”, de Tatiana de Santana Vieira. Seu trabalho, apesar do distanciamento do recorte de tempo estudado em relação ao período de nossa pesquisa, e sendo o objeto de estudo diferente do nosso, apresenta elementos que nos interessaram como basilares de nossas ações: atividade extensionista, memória, observação de documentos-monumentos, fontes em imagens e relatos de pessoas envolvidas.

¹⁰ https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10849022

A investigação buscou a História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir de três projetos extensionistas desenvolvidos por uma instituição educacional. Foram adotados documentos-monumentos, narrativas de sujeitos e fontes imagéticas como forma de visibilizar as memórias de seu objeto de estudo. A autora aponta que houve um silenciamento das memórias da EJA e que um estudo da natureza que foi realizada é uma forma de reconstruir uma história de resistência.

As produções observadas com o termo memória fazem ampla referência a autores renomados como Ricoeur (2007), Le Goff (2013), Halbwachs (1990), Rossi (2010) e Agostinho (2019). Optamos por “beber direto na fonte” em que os autores nas bases de dados pesquisadas beberam e utilizamos desses escritores reconhecidos para compor parte de nossa base teórica.

De forma geral, podemos dizer que a pesquisa nos textos acadêmicos mostrou que não há nenhum artigo, dissertação ou tese que fale diretamente do projeto de extensão IFPI na Praça realizado pelo IFPI - *Campus* Parnaíba, mas que há muito produzido acerca de memórias relacionadas a atividades de extensão a partir de prática pedagógica de professores ligados a instituições educativas.

A correlação específica prática pedagógica/atividade extensionista/memórias não foi encontrada de forma explícita. No entanto, notamos alguns desses termos ligados entre si nos trabalhos apontados, o que nos ajudou a criar direcionamentos e sínteses teóricas acerca do que pretendíamos estudar e desenvolver.

As produções lidas nos trouxeram esclarecimentos sobre os termos pesquisados, como e em que contexto têm sido utilizados. Para nós a maior contribuição, além de como têm sido tratados e a metodologia de pesquisa empregada, foi o referencial teórico trazido por eles, seja no que se refere à atividade extensionista, à prática pedagógica ou a memórias.

Observamos que, apesar da gama de trabalhos encontrados com esses termos, ora isoladamente, ora fazendo alguma correlação entre um e outro, ainda há bastante espaço para a pesquisa que foca evento extensionista que tenha influência sobre a prática pedagógica do professor e que contribua para a memória da instituição educacional da qual ele faz parte.

O material encontrado nos aproximou tanto das produções sobre memória, nos direcionando dentro do vasto campo de possibilidades sobre ela, extensão e prática pedagógica, quanto serviu de esclarecimento acerca de como usá-los em produções científicas. Ainda vimos como podemos relacionar esses termos para melhor abordar nossos objetivos com o estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir, passamos a apresentar a teoria que nos embasou acerca de memória e identidade, memória coletiva, história do tempo presente e documentos.

2.1 MEMÓRIAS: UM VASTO CAMPO DE INFLUÊNCIAS

*“Que poderosa força a da memória,
extremamente poderosa, ó meu Deus!”
Confissões, Agostinho (2019)*

Na subjetividade das memórias podem ser observadas as concepções individuais ou coletivas de uma dada realidade, do antes e do depois de, por exemplo, atividades práticas realizadas por membros de uma Instituição. É por meio das memórias das pessoas em sua fala que se analisa como elas viam e veem o que as cerca. Isso significa não investigar os indivíduos como peças autônomas, como objetos, mas sim, seus pensamentos e as expressões deles sobre suas percepções acerca da realidade, da visão de mundo que tem dela (Freire, 2019). Essa temática será tratada neste tópico e nas suas subdivisões, relacionando-a às atividades de Extensão do IFPI - *Campus Parnaíba* para culminar com o foco no projeto IFPI na Praça.

Poderia ser dito que alguém desconhecido por todos, que não tem a mínima ideia de si, sem um traço sequer de memória, sem registro algum de sua existência passada além de sua presença naquele instante, possui identidade? Haveria em tal pessoa uma concepção de futuro, já que não tem passado? Candau (2021) diz que não, pois sem memória há apenas o esvaziamento do ser, que vive em um eterno presente, apenas com pensamentos sem duração.

Rossi (2010) afirma que sem dúvida a memória não tem somente a ver com o passado, mas com a identidade e com o próprio futuro. Não havendo registro de

memória não se pode falar de projetos para o futuro, uma vez que esse é construído a partir daquele, e não pelo acaso.

Para além das histórias criadas pela ficção, viaja-se no tempo do presente para o passado, rebuscando na mente as memórias. Uma vez ali (no passado), observa-se o vivido, o sentido, o imaginado, o esperado e até o planejado para o futuro. Futuro esse que é o agora (o momento presente, de onde se foi pela recordação ao passado) ou a um futuro depois desse mesmo presente. E daquele passado viaja-se para o futuro, portanto presente, para se constatar se o futuro de antigamente realmente aconteceu. Candau (2021) chama essa “viagem temporal” de memória de espera.

Essa é aquela que se recorda os pensamentos que tínhamos sobre o futuro que se esperava ter. Basta lembrar que alguns dos “mais velhos” diziam que o mundo acabaria quando chegasse o ano dois mil ou que muitos torcedores imaginavam que sua seleção seria campeã na próxima copa do mundo, ou mesmo de como muitos pais esperavam como seriam seus filhos, para se concordar com a ideia de memória de espera.

O retorno ao passado nos mostra se nossas expectativas foram atendidas ou frustradas e se o futuro pode ser suposto ou não diante do já ocorrido. Agostinho (2019) diz que, pela memória, fazia inferências de ações futuras por meio de combinações de eventos e esperanças passados e que, diante disso, meditava no presente. A memória é, portanto, promotora desse ir e vir no tempo, do lembrar não apenas do ocorrido, mas do desejado ou esperado que ocorresse, e, de acordo com o que foi meditado no que é, supor o que poderá vir a ser.

Podemos ir ao passado e ver o futuro que pensávamos se realizar a partir dele – como diz Candau (2021), pela memória é acrescentada à lembrança o futuro dessa lembrança. A música Índios retrata bem esse futuro imaginado no passado com a fala do eu lírico que diz, “Quem me dera ao menos uma vez explicar o que ninguém consegue entender, que o que aconteceu ainda está por vir e **o futuro não é mais como era antigamente**” (Legião Urbana, 1986, grifo nosso).

Mas não só isso. Pela memória podemos recordar que havíamos lembrado de algo ou de alguém (Agostinho, 2019). É o ir ao passado e rebuscar um outro passado anterior a ele. De fato, lembramos de que, quando estávamos na graduação, recordávamos da época do Ensino Médio; ou que, quando com dezoito anos de idade, lembrávamos de quando éramos crianças. Esse é um ato de ir mais do que a um passado, mas de se chegar a uma lembrança tida sobre um ocorrido anterior, como

em um voo de escalas regredindo no tempo. Isso tudo reafirma a identidade do indivíduo.

Assim, a memória é bem mais do que meros pensamentos que remetem ao passado, ela tem forte influência sobre as pessoas. Le Goff (2013) a conceitua como sendo um fenômeno tanto individual e psicológico quanto social. Nela há essa articulação: particular e coletivo. Uma não se contrapõe à outra, senão, uma complementaridade. Logo, o indivíduo aprende com grupos, mas, embora social, tem suas características próprias, sua identidade, o que não seria possível sem memórias. Um bom exemplo dessa impossibilidade é representado na criação literária e fílmica.

Adaptado para o cinema em 2017, o romance de ficção de 1968, *Blade Runner*, de Philip K. Dick, trata dessa importância das memórias na formação da identidade. Nele é falado da raça dos androides Replicantes: criados já adultos, estéreis e sem memórias próprias, apenas cumpridores de ordens, sem consciência de si ou de sua classe. Ao ser decretada sua destruição, não há pelo que lutarem, nem mesmo por suas identidades, pois não as têm; buscam no nascimento improvável de uma criança de sua raça algo pelo que se apegar e resistir (Villeneuve, 2017).

Pode-se dizer que é semelhante na realidade humana, pois sem memórias não há identidade, como traz Candau (2021). Ricœur (2007) chega a dizer que consciência e memória são uma única e mesma coisa, e sintetiza afirmando que se trata de identidade pessoal. Sem elas não há nem projeções futuras nem lembranças de sentimentos. É por meio delas que se reconhecem as potencialidades, a própria consciência e sua capacidade inclusive de pensar e organizar as ideias (Pinto, 2013). Na sua falta existe apenas o vazio de história própria e de personalidade.

Por outro lado, tem passado memorial tem características próprias e, como já discutido, identidade. Essa é, em Rossi (2010), não apenas descoberta pela memória, mas também fruto dela. Candau (2021) coaduna com esse pensamento ao dizer que a identidade, em geral, é aquilo que permanece semelhante a si mesmo no tempo e que é precedida e fortalecida pela memória.

Assim, é pela memória que a pessoa reconhece a si e tem pelo que se lamentar ou se orgulhar, pois é possuidor de registros mentais e emocionais vividos. Walter Benjamin (1994), ao falar do narrador, diz que este tira da experiência o que ele conta: sua própria experiência. Suas memórias são contrações de momentos, de percepções e vibrações do mundo que lhe forma a sua história (Pinto, 2013). A identidade de outro

não lhe é esperança e motivo primeiro de reconhecer a si próprio, como no caso dos Replicantes do cinema, pois o indivíduo tem sua própria história, algo seu.

Existe aqui, portanto, uma interdependência. Le Goff (2013) explica que se a memória tende a ser deformada, anacrônica, também mostra o vivido da relação entre o presente e passado, e que a própria história deve esclarecer a memória. Assim, cuida-se que um estudo desta sem estar aliado à história corre o risco de ser menos fiel à cronologia. Por seu turno, o estudo da História sem a apreciação das memórias pode evidenciar objetividades que não se abrem para expressões subjetivas importantes, podendo não preencher espaços de informações e ignorar sentimentos e percepções sobre determinados fatos e períodos.

Rossi (2010) sintetiza essa inter-relação das duas quando diz que enquanto a história se nutre de memórias, essas se impregnam de noções e sentimentos que são veiculados pela historiografia. Nesse movimento se formam identidades. Concordamos, então, com Benjamin (1994), quando esse afirma que a narrativa, e aqui tratamos do contar relatos contidos nas memórias, não está interessada em transmitir puramente o objeto da narração, à maneira de relatórios; vai além. No narrar existe mais que escrever ou falar história, há um retirar algo de si, da vida do narrador.

E isso se aplica para além dos indivíduos, vai até às instituições, porque não teria identidade um grupo organizado se não soubesse de suas origens e evolução, que desprezasse as memórias que ajuda a criar. Aqui as questões de legitimidade relacionada ao valor social do grupo caracterizam o que se chama de memória institucional (Santos; Valentim, 2021). A instituição tem representação diante da sociedade porque ela possui identidade que advém de sua história e memórias e de suas ações com a comunidade.

Reforçando a ideia de pertencimento e identidade através de atividades realizadas pelas pessoas, Bauman (2021, pág. 17) diz que,

[...] tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida [...] Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada.

Assim, para que exista a identidade institucional, ou do sujeito dentro da instituição como parte dela, deve haver essa “repetição” de tarefa realizada, como atividades extensionistas, por exemplo. Nisso poderíamos falar de memórias legítimas daqueles que realizam essas atividades, que podem trazer informações, senão precisas, verdadeiras.

Logo, se o objetivo das atividades extensionistas é realizar a aplicação de conhecimentos do mundo acadêmico e, no caso das metas dos Institutos Federais (IFs), apresentar, propor e ajudar a construir soluções teórico-práticas para mudança de realidades adversas, as memórias daqueles que estão imersos em sua produção precisam ser ponderadas. É, portanto, importante apreciar a memória sincrônica (dos que trabalharam em algum dado momento com a Extensão) e a diacrônica (dos que vem acompanhando a história desses momentos) de profissionais envolvidos em atividades de extensão, porque refletem a história e a identidade da própria Instituição.

Apresentar a História das atividades extensionistas de forma a valorizar a fala e as memórias daqueles que nelas estão ou foram envolvidos é bem mais que listar fatos em sua cronologia. Nesse sentido concorda-se que “a história quer ser objetiva e não pode sê-lo” (Le Goff, 2013, p. 25). Do contrário, a pura objetividade retiraria a subjetividade ímpar que dá voz aos indivíduos, como já abordado. É nessas vozes que são observadas as verdadeiras impressões, as ideias de mundo e a reflexão sobre as mudanças sociais pretendidas; as lembranças de feitos e de confirmação ou não de objetivos que se pretendia alcançar de acordo com a identidade daqueles que fazem determinada história.

Assim, sendo feitas considerações acerca das memórias como formadoras da identidade, da contribuição delas para a própria história, passamos, então, a discutir o termo memória coletiva.

2.1.1 Memória Coletiva: o grupo e o lugar visitado

As memórias nem sempre são individuais, especialmente no caso de trabalhos realizados por uma instituição onde estão envolvidas pessoas – no plural. Em atividades de extensão, por exemplo, normalmente existe a ida de uma certa quantidade de indivíduos a um outro ambiente que não é o “normal” de ensino/aprendizado cotidiano. Nesse momento estão envolvidos dois fatores a serem considerados: o grupo e o lugar visitado.

Atividades de grupo promovem, além de características da instituição, se for o caso da existência de uma de onde essas pessoas venham, memórias para os envolvidos. Mas tanto isso significa que não são memórias individuais separadas, totalmente distintas, quanto que cada um não é capaz de recordar-se de tudo exatamente igual. As memórias, nesse caso, são daquele coletivo, recordadas pelos seus membros, mas cada um com sua subjetividade. E, na dificuldade de se lembrar delas, a ajuda dos outros nas recordações dá a certeza de pertencimento ao grupo (Ricœur, 2007).

Sobre memória coletiva, Ricœur (2007) diz que ela pode ser considerada como uma coletânea dos rastros deixados pelos acontecimentos que afetaram as pessoas envolvidas. É esse não se lembrar sozinho que caracteriza as memórias de atividades realizada por um grupo. É o que Halbwachs (1990) chama de apelo aos testemunhos, para completarmos o que sabemos sobre um evento que já estamos informados, mas que ainda permanece obscuro.

Segundo o autor, não é suficiente reconstruir, juntando peças, a imagem de um acontecimento para se obter uma lembrança; é necessário que a reconstrução seja feita a partir de informações ou noções comuns, tanto em nós mesmos quanto nos outros, assim fazendo contribuições recíprocas (Halbwachs, 1990).

Ao falar daquele que narra acontecimentos e histórias, Benjamin (1994) esclarece, em clara negação de que a memória é apenas individual, que o narrador recorre a experiências não apenas suas, mas também alheias; que assimila à sua própria substância pessoal e íntima aquilo que sabe por ouvir dizer.

E ainda Candau (2021), de maneira abrangente acerca da humanidade, fala da aceleração da modernidade, da profusão de informações como nunca antes visto na história, e afirma que nenhuma memória individual pode pretender abarcar sozinha o conteúdo produzido. Embora não se possa falar de uma memória universal (Halbwachs, 1990), pode-se afirmar que as coletividades são essenciais tanto para marcar a identidade de um grupo quanto para auxiliar na preservação das memórias humanas em sua vasta produção.

Bauman (2021) chega a dizer que a identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; que é alvo de muito esforço, como algo que ainda se precisa construir e lutar por ela, protege-la, lutando mais ainda. Nessa relação com outros a identidade vai sendo inventada, moldada, construída, tanto a pessoal quanto a coletiva, criando suas características próprias que o identificam em meio a outras,

tendo consciência disso. A partir de então, deve-se lutar por ela para que não seja suplantada, apagada. A valorização de suas memórias ajuda nesse combate.

Outro fator a ser considerado é o lugar visitado. Segundo Ricœur (2007), os locais visitados em comum são notáveis para afirmar que nunca estamos, ou estivemos, sozinhos. É o reforço da ideia de pertencimento a um grupo. E não apenas isso. Uma vez que se volte ao lugar ou se veja uma fotografia dele, ou ainda dele se fale, recordações daquela atividade e das pessoas nela envolvidas vem à tona.

Ambientes visitados por um grupo são verdadeiros cofres onde estão depositadas memórias coletivas, a maioria delas proporcionadoras de conversas profícuas. Esses lugares, afirma Candau (2021), são aqueles onde a memória trabalha, são duráveis, carregados de história, de identidade.

Além de se enraizar na imagem e no gesto, diz Nora (2012), a memória se fixa no espaço ou em espaços. Mas, embora possa se valer de lugares para se manifestar, ela não fica estanque, é carregada por grupos vivos, por isso ela também é viva, um fenômeno sempre atual, posto que acessada por aqueles que visitam lugares de onde emerge.

Esses lugares de memória, ainda de acordo com Nora (2012) nascem e vivem do sentimento de que não há memória que surge do nada, espontaneamente; eles possuem sentidos material (um ambiente físico), simbólico (por tudo o que ele pode representar e trazer à tona em lembranças e sentimentos) e funcional (para o que ele serve ou servia).

O ambiente traz, como discutido aqui, certa carga importante de memórias para aqueles que o visitaram, principalmente quando ali esteve presente um grupo que compartilha sentimentos e lembranças de um determinado momento sobre o mesmo lugar: verdadeiros formadores de memória coletiva.

A partir de então, passamos a discutir o momento, história e tempo presente, na forma que nos embasa teoricamente para a construção deste trabalho.

2.1.2 História do Tempo Presente

A História do Tempo Presente surge na França da década de 1970 com a criação do Instituto de História do Tempo Presente. Diferente da noção positivista de isenção (neutralidade) do investigador, distanciando-o do objeto de análise (e nesse caso, pode-se pensar erroneamente que quanto mais distante no tempo mais é

ciência histórica), essa nova forma de estudar os acontecimentos se faz junto ao pesquisador, na sua contemporaneidade.

Nesse momento os fatos ou ocorreram em proximidade temporal a ele ou ainda estão ocorrendo. O historiador diz que um estudo dessa natureza tem a responsabilidade de fazer história do inacabado, assumindo que as análises produzidas sobre o tempo estão sujeitas a acontecimentos que podem mudá-las (Silva, 2021). Essa é uma atividade árdua devido à dificuldade intrínseca a ela e à dificuldade de aceitação de outros.

O que caracteriza a História do Tempo Presente têm, por vezes, sido objetado por muitos para não se aceitar essa outra faceta da História. Segundo Ramalho (2023), a associação entre objetividade e distanciamento cronológico do pesquisador era pressuposto básico para a constituição da história como uma área científica no século XIX.

O distanciamento entre presente e passado refletiria o distanciamento sujeito e objeto, dando a objetividade necessária ao fazer científico. Com isso, supunha-se que o presente não interferiria no estudo do passado. Aponta-se, então, a dificuldade de acolher o qualitativo “do tempo presente” nessa disciplina.

Mas durante o século XX, diversos historiadores usaram de argumentos para justificar a legitimidade da História do Tempo Presente. Dentre esses argumentos, está aquele de que a distinção qualitativa entre presente, passado e futuro veio a existir somente no fim do século XVIII, no Ocidente. Portanto, essa distinção é algo construído historicamente, não neutro; logo ela mesma é algo de histórico (Ramalho, 2023).

Outro argumento foram as novas concepções, experiências e conceitos de tempo a partir de fatos traumáticos como as guerras, as ameaças nucleares, extermínios, ditaduras, dentre outros ocorridos no século XX, com intensidade nunca antes vista; acontecimentos que trouxeram o questionamento acerca de se o passado realmente passa (Ramalho, 2023). Muitos efeitos desses acontecimentos perduram até hoje influenciando a vida de milhares de seres humanos.

As Comissões da Verdade¹¹, como a criada pelo Governo Federal Brasileiro em 2011, são exemplos de prestação de contas com o passado e com as pessoas

¹¹ As Comissões Nacionais da Verdade buscam apurar violações dos Direitos Humanos durante governos autoritários, como em ditaduras. <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade>.

que ainda carregam memórias traumáticas. Investigações como essas que ainda têm testemunhos vivos legitimam a História do Tempo Presente.

Mas o que traz de novo a História do Tempo Presente que a História já não o traga e por que dar ênfase ao termo “do Tempo Presente”? Segundo Ramalho (2023), o presente pode ser interpretado como marco temporal inicial. Para aquele que analisa um fato ocorrido em determinada época, ser testemunha ou ter contato com aqueles que foram testemunhas desse fato significa ter a oportunidade de estar entre os primeiros que farão estudos e registros desse acontecimento.

As expressões corporais e faciais, o tom de voz, uma palavra interrompida em sua pronúncia por conta de uma memória que trouxe à tona emoções não podem ser captados por registros fotográficos ou escritos. Estar presente em alguns instantes é ser testemunha do que não se vê em qualquer outro momento, mesmo em gravações. As impressões que um investigador tem ao assistir uma filmagem não são as mesmas de assistir, de corpo presente, a um acontecimento.

Estudar hoje a invasão persa no Império Grego não oportuniza a mesma visão que Heródoto¹² teve ao fazer esse estudo em sua época, seja pela singularidade do pesquisador em si, sua nacionalidade e interesse, seja pela proximidade temporal com o ocorrido. É esse campo privilegiado de observação, de análise do marco temporal zero, ou passado recente (Ramalho, 2023), que a História do Tempo Presente tem como diferencial em relação à já conhecida ciência História.

Cabe ao historiador do tempo presente fazer narrativas sobre pessoas e instituições que ainda se encontram em curso no momento em que ele analisa e escreve (Ramalho, 2023). Essa ação permite superar o corte radical entre passado e presente construído em fins do século XIX pelos historiadores profissionais (Pereira, 2022). Dessa maneira, a História do Tempo Presente passa a ser uma ampliação da ciência História, incluindo nela o próprio historiador, as experiências e as memórias dos testemunhos de pessoas nos momentos e acontecimentos que valem um estudo científico.

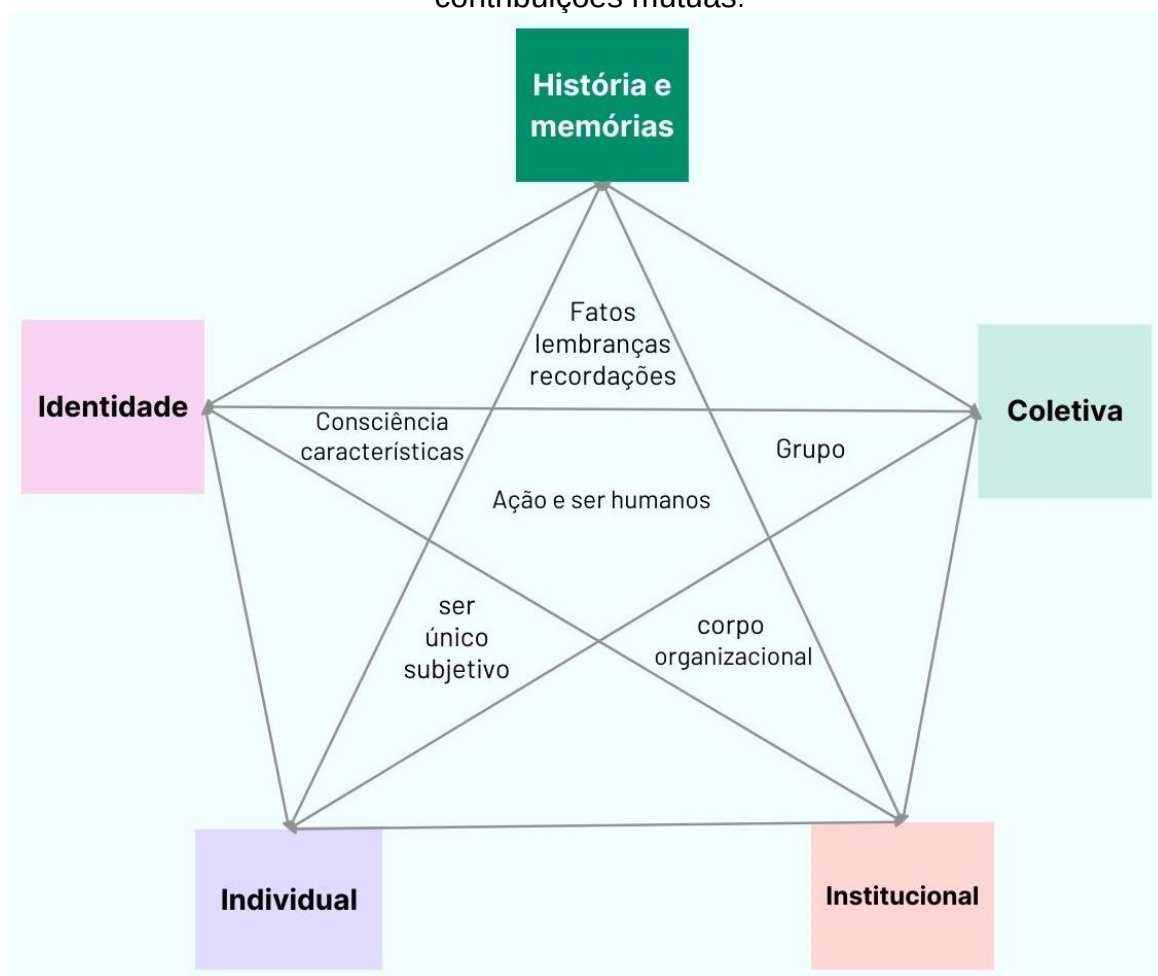
A temática da História do Tempo Presente se coloca aqui como necessária pois o nosso objeto de estudo, o IFPI na Praça, é um evento ainda em curso de ação, tem seus idealizadores e participantes como testemunhas vivas que podem falar de suas

¹² Heródoto, historiador grego, nascido no século V, foi autor da história da invasão dos Persas na Grécia ocorrida no final daquele mesmo século. Pela nova forma de fazer estudos dos fatos históricos, Heródoto recebeu o título de “pai da história”.

próprias memórias de trabalhos realizados nele, sendo que o evento em si ainda é recente.

A partir da abordagem teórica até aqui realizada, podemos falar do entrelaçamento de contribuições entre os termos: história (aqui com o qualitativo “do tempo presente”) e memória, identidade individual, coletiva e institucional, formadores da ação e do ser humanos (Figura 1).

Figura 1 – História e memórias individual, coletiva e institucional e a identidade: contribuições mútuas.



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A história e as memórias são formadoras de identidade, como abordado por Rccour (2007), Candau (2021) e Rossi (2010). A identidade, por sua vez, tanto se mostra individual (de cada ser humano em sua subjetividade) quanto coletiva (um grupo de ideias ou experiências compartilhadas, uma comunidade) e institucional (uma ordem, uma escala, uma universidade, os IFs).

Entre essas há contribuições intelectuais, de experiência e propostas em formação da ação e do ser humanos. E nas ações realizadas pelo ser humano,

fazendo-se humano, na manifestação de sua identidade, modificando a natureza para si (Moura, 2014; Ramos, 2014) homens e mulheres fazem história cheia de memórias.

2.1.3 Considerações sobre Documentos: em se tratando de memórias.

As memórias por si só são fugidias e podem até se apresentar equivocadas. A relação com o outro, ou outros, reforça a certeza de acontecimentos onde aquele que rememora busca o passado através de lembranças. Essa procura, por vezes, encontra suporte não em pessoas, e sim em monumentos ou documentos. É acerca desses últimos que tratamos nesta seção.

A diferença entre monumentos e documentos reside, segundo Vieira (2017), em que os primeiros são tudo aquilo que pode evocar o passado, estando ligados ao poder de perpetuação das sociedades, tendo suas principais formas obras arquitetônicas comemorativas, esculturais ou mesmo funerárias; os segundos, por seu turno, são monumentos selecionados pelo pesquisador-historiador.

Ampliando o conceito de documento, Cellard (2008) o define como sendo todo vestígio do passado, que serve como prova, podendo ser textos ou outros tipos de testemunhos que sirvam como prova, tais quais materiais escritos – jornais, revistas, diários, cartas, relatórios, memorandos - e elementos icnográficos – sinais, imagens, fotografias, filmes, documentários.

Os documentos expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, são produtos de informações selecionadas por alguém, ou grupo, em determinado momento, mostrando valores, tendências, recomendações que são constituintes do, e constituídos pelo, momento histórico (Evangelista, 2012). Logo, podemos dizer que a subjetividade desses registros vai muito além daquela de quem os produziu, também se considera a de quem os analisa.

Coadunamos com Junior *et al.* (2021), quando é dito que os diferentes documentos são definidos não por terem sofrido um tratamento, mas pelo uso que o pesquisador vai dar a eles, se são ou não preponderantes para o estudo a que se pretende. Uma lei sobre determinado conteúdo pode ser um documento de menos valia do que uma carta de um morador de comunidade que aborde o mesmo assunto, a depender da intencionalidade do pesquisador.

Gil (2010) chega a dizer que só é possível a investigação social a partir de documentos. O autor sugere que as fontes documentais mais conhecidas são

registros estatísticos, institucionais escritos, pessoais e de comunicação em massa. Segundo Lakatos e Marconi (2003), há dois grupos de tipos de documentos: os iconográficos (desenhos, pinturas, imagens) e os escritos (parlamentares, jurídicos, administrativos, particulares, dentre outros).

Há uma riqueza de informações que pode ser extraída de documentos, isso justifica seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais; há o resgate de conteúdos para a compreensão de um contexto histórico e sociocultural, como dizem Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009). Nisso pode-se encontrar registros muito ricos de memória.

Quanto à autoria, as fontes documentais podem ser pessoais – de domínio privado – ou oficiais – de domínio público; esses podem ser fechados, sem acesso a terceiros, ou abertos, disponibilizado a qualquer interessado (Lakatos; Marconi, 2003).

Ratificando a importância do documento, Cellard (2008) diz que este constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais,

[...] ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (Cellard, 2008, p. 295)

No que se refere diretamente à memória, Santos e Musse (2016) dizem que quando pensamos nela preservada em filmes, fotografias, recortes de jornais etc., que são formas de documentos, compreende-se que esses são arquivos que o ser humano produz ou coleta para recordar-se de fatos ou eventos específicos, ou até de sentimentos familiares, entre amigos e colegas de trabalho. Segundo as autoras, isso ressignifica o próprio papel de cada um em determinado grupo, como forma de manter laços de identidade.

Considerando as memórias como elemento essencial da identidade individual ou coletiva (Le Goff, 2013) e que a partir de trabalhos realizados em determinado tempo por um grupo são identificadas características dele, e que os registros têm fundamental importância nesse processo de prova documental, passamos a discutir agora aspectos da extensão na EPT para, em seguida, conhecermos melhor as características do IFPI – *Campus Parnaíba* como instituição ofertante de atividades extensionistas e destacar o projeto IFPI na Praça e seus registros.

2.2 EXTENSÃO NA EPT

“A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

Extensão ou Comunicação?, Paulo Freire (2022)

As atividades de Extensão estão associadas, historicamente, ao contexto universitário. Dessa forma, cabe, antes de apresentarmos a temática da extensão dentro da EPT, tratar do percurso histórico dessas atividades para conhecermos melhor sua evolução até chegar às concepções atuais dentro dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

2.2.1 Um olhar sobre o histórico da extensão no Brasil: ações e aspectos legais

Esta seção apresenta, de forma geral e cronológica, ações relacionadas às atividades de extensão, notadamente aquelas realizadas por universidades brasileiras. Ainda trata das contribuições de órgãos, grupos e leis para a temática, além da discussão que Paulo Freire faz em “Extensão ou Comunicação? ”, trazendo um olhar crítico sobre a atividade de extensão.

Considerados, a nível nacional, como a primeira abertura da universidade para a sociedade e como primeiras experiências de extensão ofertadas por instituição do país, Peres (2020) fala dos cursos populares direcionados ao público externo oferecidos pela Universidade Livre de São Paulo em 1912. Naquele momento as ações extensionistas desenvolvidas pela Universidade tinham como foco a transmissão de saberes, mas no interesse da própria instituição e ainda com a exigência de conhecimentos prévios sobre os temas por parte da comunidade externa interessada para que a pessoas pudessem participar.

Outro evento relacionado ao desenvolvimento da extensão ligada à universidade foi feito pela Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa em 1920. Naquele ano foi desenvolvida a Primeira Semana do Fazendeiro, além de realizadas cento e sete conferências sobre diferentes temas (Queiroz; Queiroz; Silva, 2022).

Mas a primeira definição legal de extensão no Brasil é feita em 1931 com o Decreto n.º 19.851, em seu Artigo 109, § 1º, onde diz que “A extensão universitária se destina à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo” (Brasil, 1931). Ela é realizada por meio de cursos intra e extra universitários. Percebe-se, assim, que o caráter da extensão é iniciado apenas como difusão de conhecimentos.

Com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre 1938 e 1940, discussões de extensão universitária e atuação política passam a ser evidenciadas (Queiroz; Queiroz; Silva, 2022). Universitários liderados pela UNE desenvolveram, a partir de então, uma série de projetos de alfabetização, cultura e outras formas de Educação.

Já a promoção de estágios de serviço para estudantes universitários surge em 1968, como o Decreto nº 62.927, que institui um Grupo de Trabalho permanente chamado “Projeto Rondon”; esse era formado por professores e alunos cujos estágios eram desenvolvidos durante o período de férias escolares (Brasil, 1968). O Projeto Rondon era voltado para atender as necessidades das populações da Região Norte do país no que se refere a carências de saúde, educação e preservação do meio ambiente (Savali; Paula, 2006). A extensão se mostra nesse documento como forma assistencialista.

Ainda no mesmo ano a Lei nº 5.540, Art. 40, alínea a), fixa normas de funcionamento do ensino superior e articulação dele com a escola média, ao determinar que as atividades de extensão “proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento” (Brasil, 1968). Segundo Peres (2020), embora a extensão comece, com essa lei, a ter foco como instrumento de melhoria da realidade social, ainda não há nela diálogo com a esfera popular.

A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional fez tímida referência à extensão universitária. Em seu artigo 69, alínea c), é dito que nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados cursos “de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos” (Brasil, 1961).

Sete anos depois, a Lei nº 5.540, de novembro de 1968, traz a extensão como atividades de ensino e de resultados de pesquisa inerentes às universidades e

estabelecimentos de ensino superior, na forma de cursos e serviços especiais estendidos à comunidade.

Dentre as formas de Extensão que vinham se apresentando no Brasil da década de 1960, a tradição latino-americana se destaca com o ativismo estudantil de fortes manifestações na área da educação, com bases nos pensamentos de Paulo Freire. Este, em *Extensão ou Comunicação?*, critica o conceito de extensão que leva conhecimento aos que não conhecem, como uma domesticação (Freire, 2022). Nas palavras do autor,

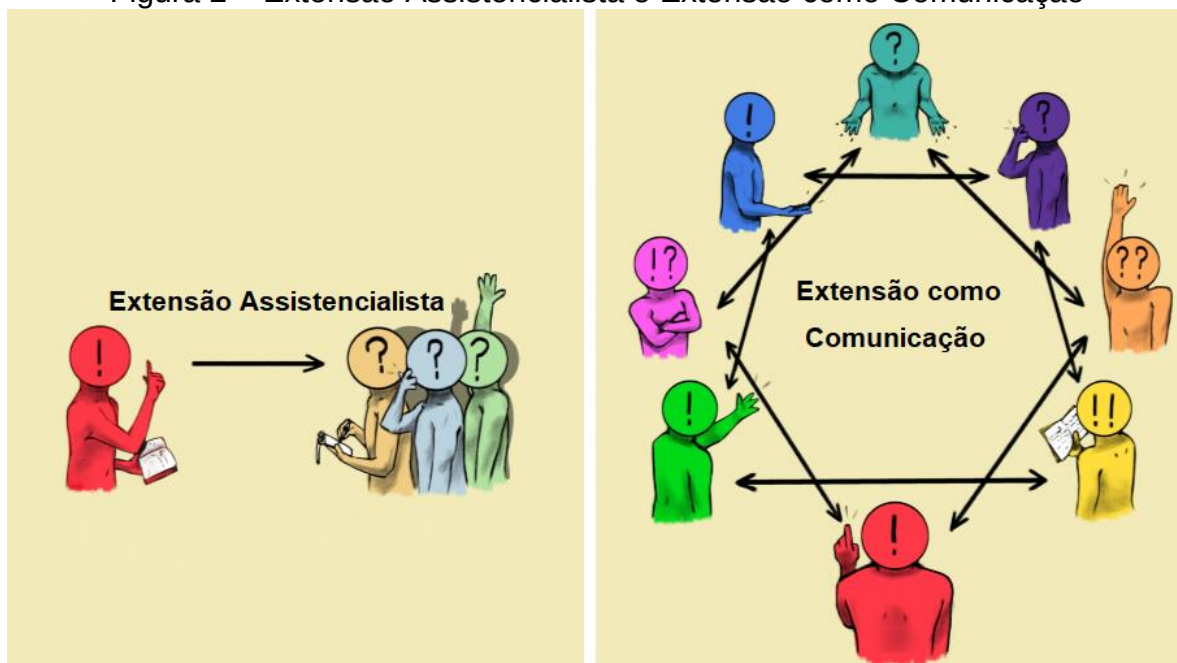
[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (Freire, 2022, p. 25).

Paulo Freire (2022) traz a ideia de que Extensão não é mera transferência de saber e de cultura, mas comunicação, sendo o diálogo entre interlocutores que querem conhecer mais. Nesse ponto, a Extensão deixa de ser assistencialista para ser educação como prática da liberdade, de dupla contribuição: do agente que, a partir de uma instituição, comunica, troca saberes e aprende, para outro agente que, fora da instituição, mas em contato com agentes dela, também comunica, troca saberes e aprende. Nessa reciprocidade há construções de novos conhecimentos.

Esse modo de fazer atividade extensionista tem a intenção de superar a educação chamada bancária, aquela em que alguém, “dono do conhecimento”, apenas transmite informação para outros, como um depósito cognitivo nelas (Freire, 2019). Ao invés dessa, a educação própria daquele que estende também querendo aprender deve ser realizada considerando a visão de mundo do outro, em comunicação aberta para troca e construção de conhecimentos; o contrário disso é invasão cultural (Freire, 2022).

A Figura 2 ilustra a diferença entre Extensão Assistencialista e Extensão como Comunicação trazida pelo intelectual:

Figura 2 – Extensão Assistencialista e Extensão como Comunicação



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Na década de 1970 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) elabora a primeira Política de Extensão Universitária no Brasil. Embora a censura do governo militar estivesse fortemente presente, houve debates e disputas acirradas entre o MEC e as universidades, trazendo avanços conceituais de Extensão. Os termos “troca de saberes” e “abertura a outras instituições e populações” já se mostram presentes (Queiroz; Queiroz; Silva, 2022).

O Plano de Trabalho de Extensão, apresentado pela Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), criada naquela década, sob influências de Paulo Freire, afirma que Extensão é ação institucional voltada para o atendimento das organizações populares com sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular (FORPROEXT, 2012).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, nos anos 1980, e com ele o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, têm por objetivo comum e claro ser o espaço de interlocução com o MEC rumo a uma política nacional de extensão (Bemvenuti, 2005). Nele a concepção de Extensão é dada como processo educativo onde cultura e ciência se articulam com o ensino e a extensão de forma indissociável

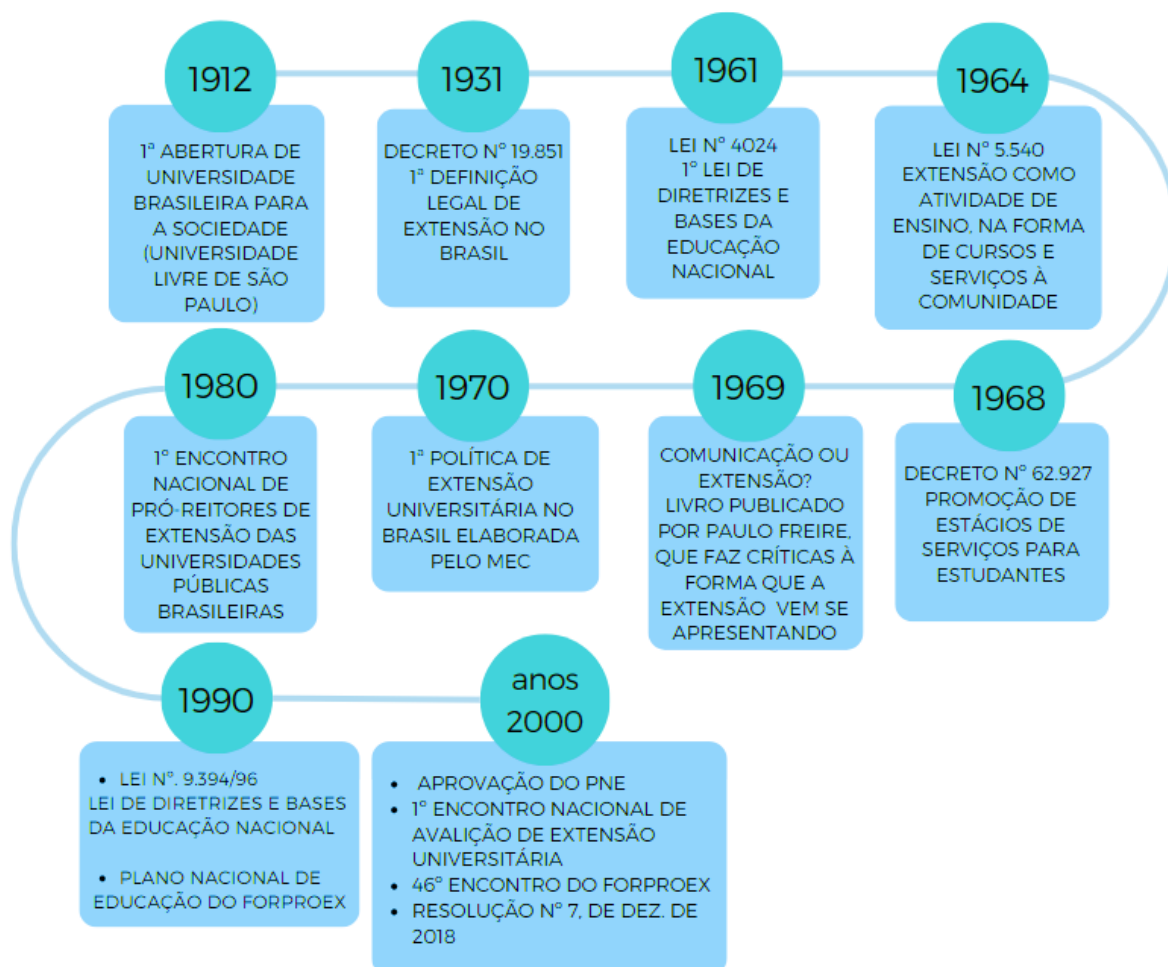
viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade (Queiroz; Queiroz; Silva, 2022).

Dentre as ações e normativas voltadas para a extensão na década de noventa, destaca-se a Lei nº. 9.394, de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em seu Art. 43, inciso VII, a extensão é colocada como uma das finalidades da educação superior “aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (Brasil, 1996). Três anos depois o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEXT) publica o seu Plano Nacional de Extensão.

Nos anos 2000, ações e documentos como o I Encontro Nacional de Avaliação da Extensão Universitária, a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, o 46º Encontro Nacional do FORPROEXT, bem como o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 criaram grupos de trabalho, elaboraram programas de avaliação, divulgaram projetos, estabeleceram curricularização, além de publicarem as Diretrizes da Extensão na educação superior do país (Queiroz; Queiroz; Silva, 2022). Pode-se destacar como constituintes da extensão os termos “interação dialógica entre academia e sociedade”, “troca de conhecimentos” e “articulação e indissociabilidade Ensino/Pesquisa/Extensão”.

A Figura 3 apresenta a linha do tempo das ações, leis e decretos relacionados à Extensão aqui discutidas.

Figura 3 - Ações e aspectos legais da Extensão no Brasil.



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Feita observação sobre as ações e aspectos legais relacionados à evolução da extensão no Brasil, focaremos, em seguida, a temática da Extensão na lei que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

2.2.2 A Extensão e a Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Em 2008 a Lei nº 11.892 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nela os Institutos Federais são definidos como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta

de educação profissional e tecnológica. Mas essa qualidade educacional não se restringe apenas ao ofertado dentro dos *campi*, para os matriculados e profissionais dele. A extensão é colocada como atividade inerente aos IFs, junto ao ensino e à pesquisa.

A Seção II da referida lei versa sobre as finalidades e características dos IFs, o destaque para a extensão fica clara. Nos artigos 6º e 7º a pesquisa aplicada, a inovação tecnológica e as tecnologias sociais são destaques na extensão,

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

(...)

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (Brasil, 2008).

O termo desenvolvimento socioeconômico local, citado no Inciso I, deixa clara a possibilidade de ações extensionistas. O mesmo pode ser observado no Inciso IV, ao falar de “arranjos produtivos, sociais e culturais locais” (Brasil, 2008). Embora apenas o Inciso VII traga explícita a palavra extensão, a indicação da realização dela nos demais não se nega.

As normativas ora apresentadas estão de acordo com as Diretrizes que orientam a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária dadas pelo FORPROEXT (2012), principalmente a que se refere à “Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão”, essa assegurada pela Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 207, quando fala do atendimento ao princípio da indissociabilidade desses termos (Brasil, 1988) e ao “Impacto e Transformação Social” (FORPROEXT, 2012).

No Artigo 7º, por sua vez, são evidenciadas maneiras pelas quais ações extensionistas podem ser realizadas, como observado nos Incisos II, III, IV e V,

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

(...)

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Uma das observações que se pode fazer sobre esses incisos é que onde a extensão pode ocorrer diz respeito tanto ao atendimento de necessidades da comunidade, quanto à formação de trabalhadores e à geração de renda, sempre destacando o desenvolvimento local e regional.

Essas ações estão de acordo com o que traz o Art. 43, Inciso VI, da LDB, que trata do estímulo ao conhecimento, da prestação de serviços especializados e da relação de reciprocidade entre instituição educacional de nível superior, às quais os IFs são equiparados, e a comunidade (Brasil, 1996).

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao apresentar os objetivos da curricularização da extensão, aponta a interação dialógica com a comunidade e os contextos locais como ação necessária. Esse objetivo vai ao encontro do prescrito nos artigos aqui discutidos. Ademais, é reforçada mais uma vez a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão (CONIF, 2020).

Como observado na seção sobre a História e os aspectos legais da Extensão no Brasil e nesta, que aborda a Extensão na lei de criação dos IFs, a Extensão vem sendo desenvolvida de maneiras diferentes ao longo do tempo, a depender do período e intenção daqueles que a promovem.

Para os objetivos deste trabalho daremos foco à atividade extensionista como aquela que é dialógica, comunicativa, pela teoria de Freire (2022), de interação com a comunidade e indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão segundo o

CONIF (2020) e a Constituição Federal de 1988, aberta à participação da população, como prescrito pela LDB.

2.2.3 Diretrizes Extensionistas na Educação Profissional e Tecnológica

Neste tópico abordaremos as Diretrizes da Extensão, primeiramente tratando daquelas prescritas pelo documento Política Nacional de Extensão Universitária apresentada pelo Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEXT. Em seguida, as associaremos à Educação Profissional e Tecnológica.

O FORPROEXT, tendo como documento norteador o Plano Nacional de Extensão Universitária de 1999, apresenta em 2012 o documento Política Nacional de Extensão Universitária. A partir de discussão sobre o histórico das mudanças de conceitos da extensão no Brasil e em outros países, e de análise de como a Extensão tem se dado no contexto nacional, o Fórum propõe estratégias para a efetivação dessa atividade.

No documento foram colocadas cinco diretrizes para nortear a formulação e implementação da extensão universitária, a saber: a) Interação Dialógica, b) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, c) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, d) Impacto na Formação do Estudante e e) Impacto e Transformação Social.

A Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre a universidade e a comunidade externa a ela, por meio do diálogo e troca de saberes. Aqui essa diretriz está de acordo com as ideias de Freire (2022), quando este diz que a educação é comunicação recíproca, é diálogo, como um encontro de sujeitos interlocutores. Não se admite na Interação Dialógica a passividade de um grupo frente às contribuições de um outro. Logo, cabe ao que desenvolve atividade extensionista ensinar aprendendo e aprender ensinado, em comunicação multi e não unidirecional.

Para que tal interação ocorra o documento diz ser necessária: “a aplicação de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores não universitários em sua produção e difusão” (FORPROEXT, 2012, p. 30). Destacam-se nos comentários para o alcance do orientado nessa diretriz os termos democratização do conhecimento e contribuição de atores não universitários.

A Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade como diretriz da ação extensionista busca aliar especialização e visão integral para conhecer a complexidade das realidades sociais e buscar soluções de problemas da comunidade externa à academia. A interação entre modelos, conceitos e metodologias provenientes das variadas disciplinas e áreas do conhecimento podem ser combinadas para materializar ações efetivas (FORPROEXT, 2012).

Nessa orientação nem somente a visão totalmente especializada nem apenas o olhar holístico sobre determinado assunto são o suficiente. Busca-se encarar a realidade como uma totalidade complexa, dialética das partes para o todo e do todo para as partes (Konder, 2014) e, como tal, analisada por estudantes e profissionais de campos variados do saber, juntos e com a sociedade, para desvelar problemáticas que, de outra forma, seriam tratadas apenas superficialmente.

Na Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão o conceito de sala de aula é largamente ampliado para todos os espaços, dentro e fora da instituição educativa; também é ampliado o eixo pedagógico estudante-professor: foi incluída a comunidade (FORPROEXT, 2012). Assim, a ação de aprender é a de ensinar, e se ensina aprendendo, tendo a pesquisa como aprofundamento e descoberta, envolvendo a sociedade como um todo – comunidade interna e externa à Instituição.

De acordo com o documento Política Nacional de Extensão Universitária, a produção de conhecimento a partir da Extensão, viabilizada pela indissociabilidade aqui discutida, “pode e deve ser incorporada aos programas de mestrado, doutorado ou especialização, o que pode levar à qualificação tanto das ações extensionistas quanto da própria pós-graduação” (FORPROEXT, 2012, p. 34). Nota-se, portanto, na indissociabilidade dos três termos, contribuições à instituição e à formação do estudante.

No que se refere ao Impacto na Formação do Estudante, essa diretriz coloca o educando em contato com questões contemporâneas a serem não apenas discutidas dentro das instituições, mas fora delas, aproximando-o daqueles que as vivenciam diretamente: a comunidade que, em seu contexto, vivencia diversas mazelas.

Para tanto, as ações extensionistas devem possuir projeto pedagógico que evidencie a designação do professor orientador, objetivos da ação e as competências daqueles envolvidos nelas e a metodologia de avaliação do estudante participante para que seja dada qualidade na formação dele (FORPROEXT, 2012). Ademais, devem ser considerados: “[...] o estabelecimento de regras relacionadas a campo de

estágio, composição de grade curricular, correlação entre carga horária e créditos atribuídos ou previsão de cronogramas de disciplinas e regras disciplinares” (FORPROEXT, 2012, p. 35).

A inter-relação da universidade com outros setores da sociedade, voltada para a transformação social no interesse da maioria da população em atendimento às suas necessidades é o foco da diretriz Impacto e Transformação Social da atividade de extensão. Nesse ponto o aprimoramento de políticas públicas é focado, tendo a extensão um caráter político (FORPROEXT, 2012).

A própria Universidade deve, com essa diretriz, sofrer impacto de transformação efetiva e positiva, uma vez que ela é parte da sociedade. Vemos aqui a Extensão sendo contributiva com agentes estudantes, como prescrito na diretriz Impacto na Formação do Estudante, com os agentes da Interação Dialógica não matriculadas na instituição de ensino superior com a própria universidade como um todo.

A Extensão, mais especificamente aquela desenvolvida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, não deixa de atender às diretrizes acima descritas. Sendo ela, nos IFs, compreendida como prática acadêmica que articula educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento local e regional consolida a formação do profissional cidadão (CONIF, 2013). Nessa formação, o trinômio Ensino-Pesquisa-Extensão estão interligados indissociavelmente, sem hierarquias, como acima já discutido.

Os projetos sociais realizados pela Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica agregam ações integradas com a população apresentando e desenvolvendo soluções para a melhoria das condições de vida (CONIF, 2013). É a partir dessa interação dialógica que esses projetos se fazem mais eficazes, pois vão até às verdadeiras necessidades das pessoas.

A Resolução Nº 1, de 5 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, em seu Art. 3º, inciso V, diz que a ação voltada ao estímulo e à adoção da pesquisa como princípio pedagógico, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho, é princípio voltado à promoção de impacto social (Conselho Nacional de Educação, 2021).

A Extensão abordada na EPT pelos IFs, juntamente ao princípio contido no Art. 3º, inciso I, da resolução acima - “articulação com o setor produtivo para a construção

coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes” (Conselho Nacional de Educação, 2021) – criam impacto na formação dos estudantes. Seu preparo para o mundo do trabalho requer contato com profissionais de setores variados e comunidade de pessoas em troca de saberes sobre sua futura profissão, ao que há agregação de conhecimentos.

A “interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular” e “o diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, como referências fundamentais de sua formação” presentes, respectivamente, nos Artigos 3º, inciso VIII, e 20º, inciso V, da mesma resolução aqui discutida (Conselho Nacional de Educação, 2021), possibilitam tanto a interdisciplinaridade quanto a Interprofissionalidade na formação do estudante. Esses princípios de estruturação de cursos estão de acordo com o documento Política Nacional de Extensão Universitária.

A Figura 4 ilustra a relação que a EPT segue junto às Diretrizes Extensionistas.

Figura 4 – Diretrizes Extensionista na EPT.



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Observa-se, portanto, que as diretrizes gerais da EPT estão de acordo com aquelas do documento Política Nacional de Extensão Universitária quanto à extensão a ser desenvolvida pelas instituições de ensino superior.

Em suma, acatamos como base conceitual sobre atividade extensionista neste trabalho a definição trazida pelo FORPROEXT (2015) “[...] a extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade”.

Ademais, ainda consideramos o que traz o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI, pela visão que o próprio Instituto traz a que e como se destina a Extensão,

[...] as atividades de extensão visam à promoção e à interação transformadora entre a Instituição e a comunidade, integrando os saberes e buscando o desenvolvimento social. As atividades de extensão pressupõem ação conjunta com a comunidade, tornando disponível a esta última o conhecimento acumulado e produzido pelos múltiplos potenciais desenvolvidos na Instituição. Esta ação produz um novo conhecimento a ser trabalhado e articulado com o ensino. (IFPI, 2020, p. 56)

A partir das abordagens aqui realizadas, passaremos a discutir a extensão na Educação Profissional e Tecnológica tratando da formação humana integral e seus pares politecnia e omnilateralidade.

2.2.4 Formação humana integral, politecnia e omnilateralidade em atividade de extensão na EPT

*“O poder do aprendizado está presente na alma de todos [...], o instrumento do aprendizado de cada um é como um olho que não é capaz de ser girado da escuridão para a luz sem que se gire o corpo inteiro”.
O Banquete, Platão (2003)*

Para tratarmos dos procedimentos seguidos na busca da concretização dos objetivos delineados neste trabalho, buscamos, nos tópicos abaixo, fazer abordagem teórica sobre formação humana integral e prática pedagógica relacionados ao projeto IFPI na Praça.

Concepções de formação humana integral associadas aos conceitos de omnilateralidade, de politecnia e a contribuição das atividades extensionistas em direção a essa formação têm estreita relação com, senão constituintes da, Educação Profissional e Tecnológica. Buscamos, pois, como foco de nossas discussões nessa seção o esclarecimento desses termos, suas inter-relações e complementaridades.

A realidade social é uma totalidade onde tudo está entrelaçado e ocorrendo ao mesmo tempo. Logo, tudo o que o ser humano possa perceber é parte de um todo, de um conjunto articulado (Konder, 2014). A ciência, a cultura, a tecnologia, o conhecimento e o trabalho formam as bases dos saberes do mundo humano e sua realidade concreta.

A Ciência é entendida como conhecimentos sistematizados e produzidos ao longo da História tendo como objetivo a compreensão da natureza, transformando-a para a sociedade; a cultura, por sua vez, é a produção de expressões através de símbolos e materiais que representam e significam valores de cunho ético, político e estético orientadores das sociedades. E a tecnologia pressupõe a transformação dos conhecimentos científicos em força de produção, é ela o que medeia a ciência e a produção; e o conhecimento é a realização humana de transformação da natureza para a existência do próprio homem (Moura, 2014; Ramos, 2014).

Quanto ao entendimento do termo trabalho, Ramos (2014) o traz sob dois sentidos: ontológico, como forma pela qual o homem produz sua própria existência junto à natureza e aos outros homens em ato de interação dialógica (como apresentado pelo FORPROEXT (2012) nas diretrizes já discutidas no tópico sobre Diretrizes Extensionistas na EPT); e histórico, na atualidade como fator econômico no sistema capitalista que transforma o trabalho em atividade assalariada.

É no apropriar-se do acumulado histórico em estudos, práticas e ferramentas, portanto ciência, tecnologia, cultura e trabalho, que se diferencia o ser humano dos outros animais. Logo, a formação de homens e mulheres se faz por aprendizado, por mediação, por estudo e por apropriação, isso porque eles não nascem humanos, mas fazem-se humanos (Della Fonte, 2018).

O “[...] compreender o mundo, para um homem, é reduzi-lo ao humano, marcá-lo com seu selo” (Camus, 2022, p. 30), associado à ideia do fazer-se humano (Della Fonte, 2018), indica a ação ativa das pessoas sobre a natureza, negando-a como ela está e a organizando para si, ação essa que precisa de uma formação prévia.

Portanto, para que a formação de novos homens e mulheres seja voltada para o controle da natureza e para a totalidade social com seus imbricamentos da qual eles fazem parte, a educação precisa ser integral, proporcionadora de acesso ao conhecimento, à cultura, às técnicas e às formas de produção - trabalho - construídos pela humanidade (Ramos, 2008).

Assim, com a apreensão ativa das produções de cada geração, tendo acesso ao patrimônio cultural, nessa uma condição de humanização (Della Fonte, 2018), a formação pode ser dita como integral. Sendo essa aquela que busca a totalidade da pessoa em seus aspectos histórico, social, físico, emocional e intelectual. A esse conceito se relacionam outros dois termos: omnilateralidade e politecnia.

Omnilateralidade é entendida como o desenvolvimento formativo em todas as dimensões. Tem, como colocado por Nicolau (2022), um viés político-emancipatório. Manacorda (2017), embasado na produção marxiana, diz que é a chegada histórica do ser humano à totalidade de capacidades produtivas, de consumo e de prazeres, dos bens materiais e espirituais. Mais uma vez se tem um termo que remete à apropriação de bens próprios da produção de toda a humanidade, daquilo que Manacorda (2017) denuncia como não estando ainda disponível a todos, principalmente ao trabalhador, em consequência da divisão do trabalho.

Autores como Antunes (2015) fazem detalhada contribuição quanto à divisão do trabalho no capitalismo advinda dos modelos de produção fordista/taylorista e toyotista. Segundo o autor, a partir desses modelos, complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a forma de produzir os bens de consumo, e com essa divisão a classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2015). Por consequência, o aprendizado das novas gerações também sofre essas mesmas ações, o que dificulta a formação delas em sua totalidade, em sua omnilateralidade.

Essa fragmentação não se restringe somente à época do surgimento dessas formas de produção e distribuição de bens. Antunes (2020) diz que vivemos agora um período de maior precarização, flexibilização, superexploração, alienação e estranhamento do trabalho. O autor ainda fala do mito de que o avanço das tecnologias da informação e comunicação iriam levar ao fim do sofrimento pelo trabalho. Entretanto, o mundo do trabalho está cada vez mais precarizado, com empregos degradantes e continuamente sendo desvalorizada a pessoa em sua segurança e satisfação pessoais (Antunes, 2020).

Dessa maneira, a preparação do ser humano, futuro trabalhador, passa a ser restrita, unilateral, tendo como objetivo apenas o mercado de trabalho, e por conseguinte, torna-se mais distante a formação em suas amplas possibilidades de ação, produção, lazer, ciência, tecnologia e cultura.

Politecnia, por seu turno, e não se referindo ao restrito conceito etimológico da palavra – muitas técnicas –, é amplo e vai além de treinamento para executar trabalhos variados. Ela remete, segundo Saviani (2003), ao domínio dos fundamentos científicos dos variados processos produtivos modernos em suas técnicas. Aqui a ideia de emancipação e de apropriação está mais uma vez evidente, pois, com a politecnia, não se admite adestramento para o exercício de apenas algumas, ou mesmo uma, determinadas funções.

É, por outro lado, oportunizado o desenvolvimento que abarca todos os lados, multilateral, em todos os ângulos (Saviani, 2003). Mais que uma versatilidade para assumir funções de acordo com as exigências do mercado de trabalho, a politecnia assume função intelectual, científica e também crítica das pessoas, vez que fornece o conhecimento dos processos modernos de produção, dificultando a alienação das pessoas.

A partir desses conceitos e ainda sobre as concepções de formação integral, encontramos a união Educação Profissional e ensino propedêutico como uma de suas possibilidades. Mas o histórico do ensino profissional neste país é adjacente, e não unido, à educação básica, principalmente a ofertada para as elites, que “abrem mão” da Educação Profissional, ficando apenas com o ensino voltado à direção das outras classes. Se de um lado há a formação de mão de obra pelo ensino profissionalizante e tecnicista, do outro é ofertado o ensino da ciência e da cultura (Moura, 2007). É a demonstração da dualidade educacional existente no Brasil.

Somente a partir de discussões sobre a revogação do Decreto n.º 2.208/97, que tornava obrigatória a separação ensino propedêutico e ensino profissional, novas concepções de integração começam a surgir. Essa possibilidade veio apenas em 2004, com a aprovação, pelo Governo Federal, do Decreto n.º 5.154/2004, que criou condições legais para mais do que a articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, como antes acontecia na concomitância e subsequência, essas ainda ofertadas até hoje (Brasil, 2004).

Agora também se oferta a integração do Ensino Médio com a Educação Profissional. No art. 4º, § 1º, inciso I do mesmo decreto, é determinado que a

articulação da Educação Profissional e do Ensino Médio se dará, além das duas outras já existentes, na forma integrada, na mesma instituição de ensino e com matrícula única para cada aluno (Brasil, 2004).

Dentre as premissas que a oferta da Educação Profissional articulada ao Ensino Médio deve seguir está – de acordo com o art. 2º, inciso III, ainda do mesmo decreto – a “centralidade do trabalho como princípio educativo” (Brasil, 2004). O trabalho, como ação intencional de adaptação e transformação da natureza às necessidades humanas, de produção dos meios para sua subsistência (Marx, Engels, 2009), é princípio educativo à medida em que é necessária a apropriação dos conhecimentos históricos, como condição de humanização já mencionado acima, das técnicas e ferramentas utilizadas pelo homem para submeter a natureza aos seus propósitos.

Se, como dizem Marx e Engels (2009), ao produzirem seus meios de subsistência, portanto, por meio do trabalho, os homens produzem indiretamente sua própria vida material, e, como traz Della Fonte (2018), o ser humano precisa fazer-se humano, então o trabalho não pode ter outro sentido senão o de princípio educativo, tal qual prescrito no Decreto n.º 5.154/2004. Nesse ponto também se vê o impacto e a transformação social na formação do estudante.

O trabalho como princípio educativo está em consonância com a pesquisa como princípio pedagógico. Esta última, a pesquisa, favorece a compreensão do mundo em sua materialidade (natureza em si, estrutura física) e sua sociabilidade (organização das sociedades, disputas de poder, educação das gerações, ideologias etc.) através da busca de verificação do dito, confirmando-o, refutando-o ou mesmo o completando e pela busca do não dito, omitido.

É nesse sentido que a pesquisa se caracteriza, segundo Demo (2011), como não admitindo resultados prontos e acabados, sendo ela mesma definida como capacidade de questionamento. São inquietudes que o ser a desvelar situações dadas e interagir com outros no fortalecimento intelectual mútuo. Aqui o Impacto na Formação do Estudante, descrito como diretriz pelo FORPROEXT (2012), fica evidente.

É através da pesquisa que o estudante pode ter percepção mais acurada tanto do mundo quanto do que tem aprendido. Ela lhe cria o sentimento de inquietude, de curiosidade, de negação de visões de mundo estereotipadas, sejam elas vindas de senso comum, de estudos escolares ou mesmo de conhecimentos científicos (Brasil,

2007). É a não comodidade diante do posto que define o comportamento da pessoa que pesquisa, pois, há nela consciência questionadora e, por consequência, política emancipatória (Demo, 2011), a qual tem na pesquisa como princípio pedagógico incentivo e reforço.

A Formação Humana Integral, portanto, aquela que abrange o ser nas dimensões intelectuais, tecnológicas, sociais, culturais e do trabalho, não poderia vir de uma educação que continuasse a manter a divisão entre ensino propedêutico e Educação Profissional, mas por aquela que as une e se configure, além disso, como possibilitadora do saber e do posicionamento ético-político transformadores, comprometidos com a emancipação humana. Existe nisso a perspectiva de totalidade na formação que busca o conhecimento da realidade circundante, também ela uma totalidade (Peres, 2020).

Dessa maneira, considerando o meio em que está inserida a instituição escolar, a educação integral tem em seu bojo concepções, experiências e vivências éticas e políticas a serem discutidas, bem como os conhecimentos científicos e tecnológicos culturais propiciadores da transformação humana almejada por aqueles que estão empenhados na modificação de realidades adversas, aquelas descritas por Antunes (2015, 2020), ao falar de como tem se dado a organização do trabalho na atualidade.

Diante disso, as atividades de Extensão se configuram como possibilidades indispensáveis não apenas de maneiras concretas do aprendizado de teorias aprendidas em sala de aula como também de intervenção no meio social com vistas a modificá-lo e com ele aprender mais. Elas são práticas levadas para, e com, a comunidade visando tanto a aplicabilidade dos conhecimentos acadêmicos no mundo extra sala de aula quanto a integração real com as pessoas, segundo as realidades locais. Nisso há apreensão de certa parcela de totalidade.

Essas concepções estão em consonância com Vázquez (2011), quando diz que a finalidade da atividade prática é a transformação do real, do mundo natural ou social para satisfazer necessidades humanas, tendo como resultado uma nova realidade. A diretriz Impacto e Transformação Social mais uma vez se faz presente.

Se a intenção de uma instituição educacional comprometida com a melhoria de vida de todos é a transformação da realidade segundo o atendimento das necessidades humanas observadas, nas atividades extensionistas se encontram diversas maneiras de realização de trabalhos em busca do aprender e do desenvolver conhecimentos. Há na Extensão a possibilidade de articulação de diferentes eixos e

de suscitar conhecimentos, trazendo a oportunidade de protagonismo dos envolvidos nessa ação junto à sociedade dinâmica da qual os indivíduos fazem parte (Peres, 2020).

Para o conceito de Extensão aqui seguido trazemos o que diz o Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (Brasil, 2001). É essa transformação da sociedade, realizada com a ajuda das instituições de ensino, que vem sendo discutida e colocada como necessária para a formação integral dos indivíduos.

O Conselho Nacional das Instituições Federais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF (2013) diz que às demandas e necessidades da sociedade são aplicados produtos e ações materializados por meio das atividades de extensão; sendo essas intervenções as que envolvem direta e dialogicamente aqueles que não fazem parte das instituições de ensino (diretriz Interação Dialógica), mas também devendo estar vinculadas à formação do estudante.

Somente instituições de ensino comprometidas com a transformação de situações adversas para a melhoria da vida das pessoas podem ter o sentido de extensão cumprido como o descrito pelo Plano Nacional de Extensão. Do contrário, a sociedade terá apenas ensino e pesquisa, formando uma pequena parcela da população e alargando as distâncias entre os que detêm conhecimento científico e os que não o têm, perpetuando a dificuldade de formação integral.

Ainda acerca do sentido de integração, ou formação humana integrada, que ora apresentamos como tendo contribuições das atividades extensionistas, Moraes *et al.* (2021) a conceituam a partir de seus aspectos filosófico, político, epistemológico e pedagógico, portanto, em várias dimensões que a legitimam como necessária. Esses autores se baseiam em Ramos (2017), que apresenta a necessidade de transformação a partir do domínio dos fundamentos científicos, o ensino de saberes em seus campos científicos originais e na sua aplicação social, bem como a organização curricular levando em consideração a história, a cultura, a economia, a sociedade e a tecnologia.

Essa formação não pode ser restringida à sala de aula ou apenas aos matriculados em instituições escolares. Se, como abordado por Ramos (2017), é

necessária a aplicação no social, os cursos de extensão têm destaque de importância nesse processo de formação, pois eles, sendo a “ida a campo” para mais aprendizado e troca de conhecimentos, entram em contato direto com as realidades que almejam mudar.

O ser que passa assim a se formar omnilateral, politécnico, de formação humana integral, compartilhador de conhecimentos adquiridos nos locais de aprendizado – como se faz pelas atividades extensionistas – é semelhante ao Homem Vitruviano¹³, de Leonardo da Vinci, com sua representação de beleza, equilíbrio e harmonia, desenvolvido em suas amplas dimensões.

Mas esse “novo Vitruviano” (Figura 5) tem a diferença de ser acrescido do pensamento político emancipatório e de comportamento de indivíduo social que busca emancipar os demais. As atividades extensionistas, portanto, podem ser entendidas como um acréscimo à formação humana de maneira que torne o conhecimento mais democratizado, acessível e transformador; uma ação rumo à emancipação de si e do outro.

Figura 5 – O “Novo Vitruviano”.



Fonte: Adaptado pelo autor (2024)¹⁴.

Em suma, a formação humana integral e seus pares politecnia e omnilateralidade não permitem o conhecimento adquirido deixar o indivíduo inerte diante da possibilidade de mudança, como apenas a acumular saberes de forma

¹ O Homem Vitruviano é uma criação de Leonardo da Vinci, onde são mostradas as formas e beleza do ser humano. Se agrega a ele a centralidade do homem como medida de tudo, uma representação do Renascimento.

¹⁴ Imagem original disponível em: <<https://istoe.com.br/wp-content/uploads/2021/06/leonardo-1.jpg?x25148>>. Acesso em: 03 jan 2024.

intelectual. E para que todos aproveitem suas capacidades de aprendizado é necessário que lhes sejam dadas as condições de desenvolvimento.

Assim, as atividades de extensão oportunizam que aqueles não matriculados em uma instituição formal de ensino consigam ter tal aprendizado. Formação humana integral, politecnia, omnilateralidade e atividade extensionista são, desta maneira, complementares no desenvolvimento do indivíduo em formação, na sua emancipação e na dos demais.

É nessa temática educativa que os Institutos de Educação Profissional e Tecnológica vêm mudando a antiga concepção e oferta de educação profissional como aquela assistencialista voltada apenas para os menos favorecidos ou aquela tecnicista de formação de mão de obra na sociedade de classes em que historicamente se encontra o país. Essa formação fragmentária tem sido combatida por esses institutos a partir da incorporação das ideias aqui discutidas.

Pretende-se, pois, com esses conceitos e ações educativas, realizar a formação de cidadãos voltados para o trabalho de maneira mais ampla, conscientes, não fragmentados e comprometidos com a superação das dualidades sociais ainda vigentes (Oliveira; Frigotto, 2021).

Com tudo isso, faz-se mister dizer que não conhecer a memória de ações da educação profissional e tecnológica e a contribuição das atividades de Extensão dificulta o próprio entendimento da ideia de Formação Humana Integral, uma vez que essa se dá levando em consideração a formação também do outro. No tópico a seguir tratamos da prática pedagógica tendo por base essa formação na EPT.

2.2.5 Prática Pedagógica na EPT

Antes de discorrermos sobre conceitos de prática pedagógica na EPT, cabe deixar claro que ela não é exatamente o mesmo que prática docente ou atividade docente. Franco (2016) diz que existem práticas docentes construídas sob Pedagogia e há aquelas construídas mecanicamente. Essa última significa uma ação docente que não leva em consideração diversos fatores.

Em primeiro plano é necessário considerar a Pedagogia, ou seja, a teoria abordada, a intencionalidade, o público, os meios e recursos, a estratégia, para se alcançar um fim no ensinar. Se uma prática docente é pedagógica, ela considera esses fatores na formação do ser humano, e quando não, a mera repetição ou leitura

acrítica de manuais e textos didáticos colocados em contextos diversos com a mesma estratégia de sempre já basta.

O sistema dominante é outro fator a ser considerado: no período colonial, com o ensino Jesuíta, a intensão e metodologia de ensino posta na prática pedagógica do professor foi bem diferente daquelas empregadas na abertura econômica para o capital estrangeiro do Plano de Metas de Kubitschek. Enquanto uma servia para catequese dos nativos e formação dos filhos da elite (Saviani, 2019), a outra buscava a formação de mão de obra com abertura para o capital estrangeiro e também formação da elite (Ramos, 2014).

O próprio sistema dominante economicamente determina caminhos de prática pedagógica. Mészáros, em *Educação para Além do Capital*, faz contundente denúncia a esse respeito sobre o capitalismo que impera no mundo atual,

[...] aqui a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo *educação*, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. (Mészáros, 2008, p. 44)

De acordo com o autor, a intencionalidade do capital, e com ela toda a metodologia de prática pedagógica, é o adestramento das pessoas ao sistema econômico desigual vigente. Isso é o que Bourdieu e Passeron (2014) chamam de reprodução, um encucamento do sistema vigente, legitimando-o e o reproduzindo. Assim, “[...] a produtividade específica do Trabalho Pedagógico se mede objetivamente pelo grau em que ele produz seu efeito próprio de inculcação, isto é, seu efeito de reprodução” (Bourdieu; Passeron, 2014, p. 55).

Mas há outros fatores a crescer como determinantes da prática pedagógica. Jacon (2017) fala que existem complexidades a serem notadas nas relações sociais, nos contextos, na multiplicidade de intencionalidades, nas organizações curriculares e nos fatores psicossociais.

Em perspectiva ontológica, ainda segundo Jacon (2017), a prática pedagógica carrega consigo identidades, negociações, identificações, empatias entre os

envolvidos. Mais uma vez, com Freire (2022), a comunicação é indispensável nessa troca de saberes, que precisa considerar o ser humano e suas particularidades.

Outro fator a se pensar é a missão da instituição que realiza essa prática pedagógica. Assim, deve-se observar a intencionalidade da instituição ofertante de determinado conteúdo de ensino. Tendo o órgão ou entidade pretensão, por exemplo, estimular e fortalecer o Capital, sua prática pedagógica será voltada à replicação do sistema econômico vigente; do contrário, essa prática já não terá uma base pedagógica direcionada a manter o status quo, senão uma contracorrente.

Se, como diz Franco (2016), as práticas pedagógicas, de maneira geral, objetivam concretizar expectativas educacionais sendo carregadas de intencionalidades, como aqui já discutido, focamos, então, essa prática na Educação Profissional e Tecnológica, aquela ofertadas pelos IFs.

Esses, buscando observar criticamente o posto, o dado, o sistema que impõe e subsume a Educação como mera adestradora para formar, de um lado, mão de obra e, de outro, dirigentes (Moura, 2014), trabalham de forma contrária ao sistema capital. Eles seguem caminhos dentro de uma nova pedagogia a favor da liberdade, rompendo compreensões rasas da Educação, que se adequam ao mercado de trabalho (Anjos, 2021).

Ao estarem alinhadas à Formação Humana Integral, às dimensões trabalho, ciência, cultura e tecnologia, superando a dualidade formação geral/formação profissional, as práticas pedagógicas desenvolvidas na EPT fazem pensar diferentes formas de romper domínios ao primar pelas capacidades de pensar e criar (Anjos, 2021). São considerados, nesse sentido, os saberes prévios dos alunos, valorizando suas inteligências e atendendo às necessidades da sociedade, favorecendo a construção de saberes dialógicos e contextualizados (Carpim; Behrens; Torres, 2014).

Castro e Duarte (2021) afirmam que a prática pedagógica que se busca no Ensino Médio Integral é aquela fundamentada na politecnia e na omnilateralidade, rumo à emancipação humana, contrária à dualidade de formação geral e formação profissional. Essa intencionalidade não significa ter modelo pronto para o ato de ensinar/aprender. Carpim, Behrens e Torres (2014) se posicionam dizendo que a prática pedagógica não é uma mera concretização de receitas, de modelos didáticos.

E Jacon (2017, p. 745) ainda conclui afirmando que, no que se refere à prática pedagógica, “a diversidade de teorias e diagnósticos ainda não sinalizaram o caminho a seguir”, justamente por conta do contexto de múltiplas relações e ações em curso

na sala de aula. Mas destacamos, na Educação ofertada pelos IFs, a objetividade de sua prática pedagógica: formação humana integral, politécnica, emancipatória, que procura romper a dualidade formação geral/profissional e atender à sociedade em suas necessidades.

Para o atendimento dessas necessidades, a ETP desenvolve atividades extensionistas, como já abordado nos tópicos anteriores, para que a comunidade externa aos *Campi* tenha a oportunidade de se apropriar de conhecimentos desenvolvidos neles e contribuir com eles de forma dialógico, em troca de saberes.

Dessa maneira, estando em consonância com as diretrizes extensionistas e com a própria missão dos Institutos, a prática pedagógica na EPT não se restringe à sala de aula, mas busca levar e desenvolver com a sociedade ações rumo ao tipo de formação aqui discutida para mudança de condições adversas.

A seguir, apresentamos um desses projetos de Extensão, o IFPI na Praça, realizado pelo IFPI - *Campus* Parnaíba.

2.3 O PROJETO IFPI NA PRAÇA: ações do *Campus* Parnaíba

“As atividades de extensão pressupõem ação conjunta com a comunidade, tornando disponível a esta última o conhecimento acumulado e produzido pelos múltiplos potenciais desenvolvidos na Instituição”.

Plano de Desenvolvimento Institucional, IFPI 2022

2.3.1 O *Campus* Parnaíba

Para serem apresentadas características de uma Instituição, dentre outros fatores, tempo e espaço devem ser considerados. Dessa maneira, passamos agora a contextualizar o IFPI – *Campus* Parnaíba dentro da História da Educação Profissional para, em seguida, tratarmos de sua localização, estrutura física, ensino ofertado e profissionais que nele atuam.

Os primeiros indícios da Educação Profissional no Brasil são do início do século XIX, pelo príncipe regente D. João VI. Em 1809 ele instala o Colégio das Fábricas, instituição voltada para o ensino das letras e de ofícios para crianças pobres órfãs ou abandonadas. Assim, os primórdios da Educação Profissional neste país têm viés assistencialista. Ramos (2014) diz que o objetivo dessa educação era, além de

atender aos que não tinham condições satisfatórias, ajudar os menos favorecidos a não ir contra os bons-costumes. A Educação Profissional tem, portanto, objetivos não econômicos em sua origem.

A mesma política sobre a oferta dessa Educação continua até cem anos depois, quando em 1909 o presidente Nilo Peçanha cria as Escolas de Aprendizes Artífices e um ano mais tarde instala dezenove delas em unidades da Federação. Essas Escolas e o ensino agrícola desenvolvem perspectivas em relação à Educação Profissional, o que servirá para atender a necessidades emergentes do país a respeito do crescimento tanto na indústria como na agricultura (Ramos, 2014). Percebe-se que o esforço público da oferta de Educação Profissional começa a deixar de ser assistencialista para ser preparação de operários.

É, entretanto, somente a partir da Constituição Federal de 1937, decretada por Getúlio Vargas, que a Educação Profissional tem organização sistematizada. O chamado ensino pré-vocacional, ofertado pelo Estado, é tido por aquela Carta Magna como destinado às classes menos favorecidas. Ela ainda coloca como dever das indústrias e dos sindicatos econômicos a criação de escolas de aprendizes para os filhos de operários e associados (Brasil, 1937).

É nesse período, com ações como a criação do Liceu Industrial e a Reforma Campanema, do Ministro da Educação Gustavo Campanema, que o governo intervém fortemente na Educação Profissional (Vincentini, 2021). E com o Governo de Juscelino Kubitschek, é reforçada a necessidade da Educação Profissional para a expansão industrial do país.

Embora tenham sido instituídas as Escolas Técnicas Federais (ETF) em 1959, com Kubitschek, e os Centros Federais de Educação Tecnológica em 1978, ainda na Ditadura Militar no Brasil, é somente a partir da Lei n.º 11.892, de 2008, que se institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A ela está vinculado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), do qual a cidade de Parnaíba possui um *Campus*.

Com o processo de expansão da rede federal de Educação Profissional, o *campus* de Parnaíba teve o início de suas atividades em 2007, ainda como Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), ao que, a partir de 2008, passa a ser um *campus* do Instituto Federal do Piauí. Segundo o Parágrafo Único do artigo 1º da referida lei, passam os Institutos criados por ela, como o IFPI - *Campus* Parnaíba, a ter autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógico e disciplinar (Brasil, 2008).

A Imagem 1 mostra um panorama do *Campus* de Parnaíba do Instituto Federal do Piauí.

Imagem 1 - Imagem aérea do IFPI – *Campus* Parnaíba.



Fonte: PHBDRONES (2022)¹⁵.

Atualmente, o IFPI - *Campus* Parnaíba oferta Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio nas formas articulada, subsequente e concomitante, Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional e Educação Profissional Tecnológica de graduação e de pós-graduação. Os cursos integrados ao Ensino Médio são em Edificações, Eletrotécnica e Informática. Os cursos técnicos concomitante e subsequente são em Administração, Análises Clínicas, Edificações, Eletrotécnica e Informática. Quanto às licenciaturas, essas são ofertadas em Física e em Química. Os cursos em tecnologia são em Análise e Desenvolvimento de Sistema e em Processos Gerenciais. E o mestrado é ofertado em Educação Profissional e Tecnológica (IFPI, 2023).

Sua localização é na Avenida Monsenhor Antonio Sampaio, S/N. bairro Dirceu Arcoverde, CEP: 64211-145 Parnaíba – PI, a cerca de 7 km do centro da cidade. Na Imagem 2 podemos observar a localização do IFPI – *Campus* Parnaíba em relação ao mapa da cidade.

¹⁵ Imagem retirada de vídeo em PHBDRONES. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cGO6zeH0pc4>. Acesso em: 16 jan. 2025.

Imagem 2 - Localização do IFPI – *Campus Parnaíba* tendo como referência o centro da cidade.



Fonte: Google Earth (2024).

Quanto à sua estrutura física, ele conta, dentre outros, com salas de: recepção, reunião, chefia de gabinete, coordenação, licitação e contabilidade, patrimônio e logística, serviço social, controle acadêmico e tecnologia de informação; além de coordenação pedagógica e coordenação de ensino; auditório; setor de saúde; dezesseis salas de aula; laboratórios de informática, de comandos elétricos, de hardware/robótica, de energias renováveis, de física, de química, de análises clínicas, de matemática/biologia e de desenho; um refeitório com cozinha, banheiros; duas salas de estudo para professores, uma quadra poliesportiva, uma biblioteca, seis vestiários, dois alojamentos, um estacionamento, duas copas, uma guarita, hall de entrada e diretoria de planejamento. Assim, os estudantes contam com um amplo espaço de circulação e estudo, além de atendimento psicológico e odontológico.

Até o momento desta produção, o corpo docente, por sua vez, é composto, por oitenta professores efetivos, sendo três substitutos. Os técnico-administrativos são no total de cinquenta e nove servidores. Quanto aos funcionários terceirizados, esses são em trinta e seis pessoas.

Com essa estrutura física e profissional o IFPI - *Campus Parnaíba* atende principalmente a estudantes parnaibanos, inclusive com ônibus escolar próprio; mas também, há em seu corpo discente pessoas oriundas de cidades vizinhas como Luís Correia, Ilha Grande de Santa Isabel e Buriti dos Lopes, incluindo de outros estados, como egressos de escolas do Maranhão.

Uma vez tratadas as especificidades do IFPI - *Campus Parnaíba* sobre estrutura física, profissional e público atendido, discutiremos a seguir as normativas que regem suas atividades de extensão.

2.3.2 A Normatização do IFPI - *Campus Parnaíba* para Atividades Extensionistas

A partir das discussões até aqui realizadas, e considerando as Diretrizes Extensionistas apresentadas pelo FORPROEXT em 2012, já tratadas neste texto, apresentamos neste tópico as normativas para as atividades de Extensão seguidas pelo IFPI – *Campus Parnaíba*.

A normativa que rege os cursos de Extensão do IFPI - *Campus Parnaíba* é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento elaborado pela instituição para o período de cinco anos, sendo que o vigente foi criado em 2020. Sua composição conta com a colaboração de docentes, discentes e técnicos administrativos.

De modo geral, no PDI do IFPI são descritos o Perfil Institucional, o Planejamento Estratégico, o Projeto Pedagógico Institucional, o Plano de Oferta de Cursos e Vagas, o Plano Diretor de Infraestrutura Física, a Organização Didático-pedagógica, a Organização e Gestão de Pessoal, a Organização Administrativa e Políticas de Gestão, a Organização de Bibliotecas e Laboratórios, a Política de Ensino a Distância e a Capacidade e Sustentabilidade Financeiras.

No tópico Planejamento Estratégico são tratadas as Políticas de Extensão. Nesse documento ela é tida como atividade de promoção e interação transformadora junto à comunidade na busca do desenvolvimento social; nela há a disponibilidade de conhecimentos produzidos e acumulados pela instituição em ação conjunta com a comunidade (IFPI, 2020).

A normatização do PDI quanto às atividades de Extensão ofertadas pelo IFPI está de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com a

lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei n.º 11.892/98).

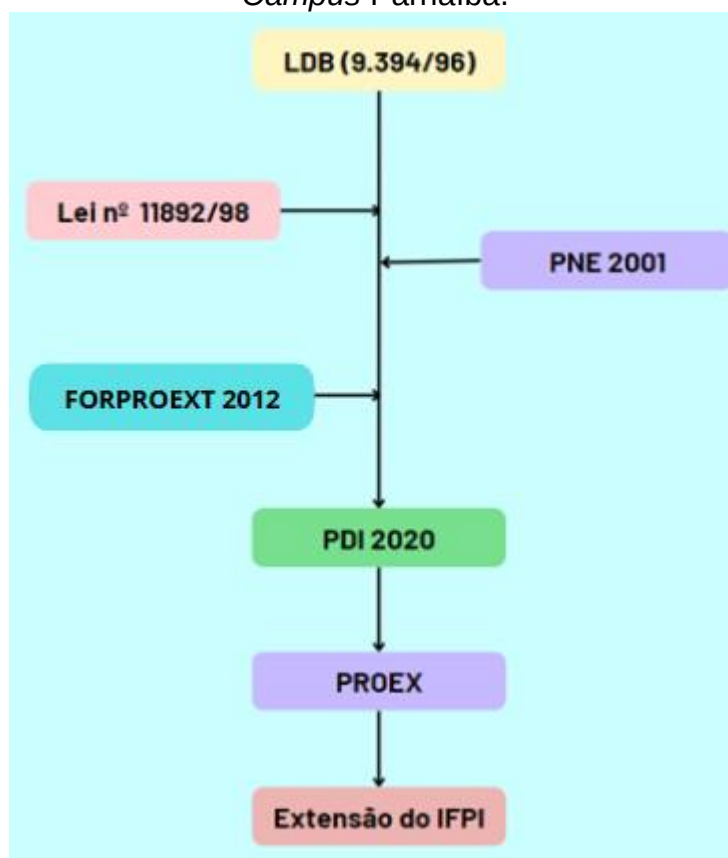
O artigo 43, inciso VII, da LDB, diz que a promoção das atividades extensionistas abertas à participação da comunidade é uma das finalidades da Educação Superior (Brasil, 1996). Já a Lei n.º 11.892/98, no artigo 7º, inciso IV, estabelece que, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, de acordo com os princípios e finalidades da EPT, devem ser desenvolvidas atividades de Extensão (Brasil, 1998).

Fazendo referência ao Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 e sua atualização em 2014, o PDI (IFPI, 2020) diz que a Extensão encontra na comunidade a oportunidade de elaboração de práxis dos conhecimentos produzidos na academia, o que retorna a professores e a estudantes das instituições ofertantes dessa atividade aprendizado e reflexão que enriquecerá seus conhecimentos. Tal é a importância que o PNE (2001) traz como meta para a Extensão assegurar, no mínimo, dez por cento dos créditos curriculares para a graduação em Programas e Projetos de Extensão Universitária.

O órgão do IFPI responsável por planejar, organizar, monitorar e avaliar as políticas de extensão é a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), que tem suas ações norteadas segundo a LDB, a Lei n.º 11.892/98, o Plano Nacional de Educação e pelo próprio PDI. Esse órgão contribui para o desenvolvimento do IFPI junto à comunidade, ao ajudar profissionais e alunos a promover a difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido nos *campi*.

Assim, a Extensão, segundo as ações da PROEX, é compreendida como “[...] espaço em que os Institutos Federais promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região” (IFPI, 2020, p. 59). As normativas e órgão reguladores das atividades extensionistas do IFPI – *Campus Parnaíba* podem ser observadas na Figura 6, a seguir.

Figura 6 - Normativas e órgão que regem as atividades extensionistas do IFPI – *Campus Parnaíba*.



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

O PDI ainda determina que a Política de Extensão do IFPI deve proporcionar aos estudantes experiências na sua área de conhecimento (IFPI, 2020). Isso favorece não só o aprofundamento do aprendizado em sala de aula como também sua aplicação na realidade circundante, preparando pessoas para o mundo do trabalho. No que se refere à comunidade, é a criação de uma das condições de acesso ao IFPI, de conhecimentos que melhorem a qualidade de vida do cidadão por meio de cursos, de serviços que transmitem saberes atualizados e voltados às necessidades sociais.

A Extensão nos IFs, segundo a missão deles, por conseguinte do IFPI - *Campus Parnaíba*, assegura o ensino contextualizado com o social, articulando teoria e realidade desenvolvendo transformações na cidade onde está inserido (IFPI, 2020). Dessa maneira, está o PDI do IFPI de acordo ainda com a Política Nacional de Extensão Universitária, quando essa traz, dentre os objetivos da Extensão, a possibilidade de novos meios e processos de produção, inovações, disponibilidade de conhecimentos, desenvolvimento tecnológico e social por meio do acesso ao saber (FORPROEXT, 2012).

Observadas as normas gerais que regem a Extensão do IFPI como um todo e, conseqüentemente, do IFPI - *Campus* Parnaíba, apresentaremos no próximo tópico especificidades do projeto IFPI na Praça.

2.3.3 O Projeto IFPI na Praça

“O projeto IFPI na Praça, em sua terceira edição, pretende estimular docentes, discentes e demais servidores para a produção de trabalhos investigativos, no formato interdisciplinar, em torno de temas e atividades de ciência e tecnologia, valorizando a criatividade, a atitude científica e a inovação, para divulgar e compartilhar experiências de Iniciação Científica com a sociedade parnaibana”.

(Parte do resumo contido no relatório da edição de 2018 do projeto IFPI na Praça)

“É uma janela de visibilidade”

(Fala do(a) Entrevistado(a) 3)

Um evento regular de uma instituição passa, com o tempo, a ser visto como característico dela. Aqueles que participam, sejam como observadores que se beneficiam ou como realizadores, que também se beneficiam, percebem como as atividades de tal evento têm contribuído para uma dada realidade. Apresentamos, então, especificidades do projeto de Extensão IFPI na Praça.

O IFPI na Praça é um evento anual que tem, dentre seus objetivos, a divulgação de ações realizadas pelo IFPI - *Campus* Parnaíba. Nele são apresentados projetos e atividades que normalmente são criadas e coordenadas por professores junto aos alunos; são executados na prática aquilo que é discutido na sala de aula, além de resultados de pesquisas. Ele é um momento de levar à comunidade outros conhecimentos que os alunos adquirem no *Campus*, fazendo também desse evento uma forma de atrativo para estudantes ainda não matriculados.

A fala do(a) Entrevistado(a) 2, que ainda será melhor discutida na seção de análise dos conteúdos reunidos nas entrevistas, diz o que é o evento:

“O IFPI na Praça é um projeto de extensão do IFPI, que é realizado, como o próprio nome diz, na praça, por alunos do campus mostrando para a comunidade parnaibana e seus arredores, os municípios vizinhos, o que é que nós fazemos. Tanto no ensino, tanto na extensão, tanto na pesquisa”.

As atividades têm acontecido, desde o início, em um dos mais conhecidos logradouros da cidade, a Praça de Nossa Senhora das Graças, ou Praça da Graça, mostrada na Imagem 3.

Imagem 3 - Mapa do Piauí mostrando a localização da cidade de Parnaíba e da Praça da Graça.



Fonte: https://anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-PCI-049_MEIRELES_AFONSO.pdf, adaptado pelo autor (2024)¹⁶.

Entretanto, a edição de 2024, que ocorreu em 17 de janeiro de 2025, deu-se na quadra poliesportiva da Praça Mandu Ladino, outro logradouro de destaque da cidade de Parnaíba, conhecido também como Quadrilódromo. Esta dista cerca de um quilômetro da Praça da Graça. Ainda a diferir dos anteriores, que foram realizados durante a manhã, o IFPI na Praça de 2024 ocorreu à noite. A Imagem 4 mostra como é a Praça Mandu Ladinho.

¹⁶ Imagem retirada do artigo “Praça da Graça em Parnaíba (1964-1985): Patrimônio, memória e identidade”. Disponível em: https://anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-PCI-049_MEIRELES_AFONSO.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

Imagem 4 – Praça Mandu Ladino.



Fonte: Parnaíba em Nota (2025)¹⁷.

No evento, que teve seu início em 2015, são apresentados trabalhos científicos dos alunos de variados níveis de ensino ofertados pelo *Campus*. Suas atividades são expostas em praça pública, para que sejam acessíveis a todos, indistintamente.

Há diferentes e complementares contribuições acontecendo ao mesmo tempo: aprendizado na prática por parte dos alunos matriculados; ensino/aprendizado dos professores, que podem observar se sua didática em sala de aula é aplicável em momento diferenciado de aprendizado; contemplação e participação das pessoas da comunidade e divulgação das atividades do IFPI – *Campus* Parnaíba.

Quanto ao trabalho docente, o IFPI na Praça favorece o aproveitamento da disponibilidade de carga horária voltada para atividades integradas com experiências junto à comunidade. O professor não fica restrito em seu ensino apenas ao ambiente do *Campus*; ali, na interação com a comunidade, o docente pode evidenciar como aquilo que ensina pode ser averiguado e praticado na realidade de vivências cotidianas. A Imagem 5, abaixo, mostra imagem da edição de 2017 do projeto.

¹⁷ Compilação feita pelo autor a partir de imagens do site Parnaíba em Nota. Disponível em: <https://www.phbemnota.com/2018/08/praca-mandu-ladino-serie-parnaiba-174.html>. Acesso em: 18 jan. 2025.

Imagem 5 - IFPI na Praça 2017.



Fonte: Site do IFPI - *Campus Parnaíba* (2017)¹⁸.

Uma vez que a missão do Instituto Federal do Piauí é promover Educação de excelência, direcionada às demandas sociais, o IFPI na Praça se mostra como uma maneira de aproximar os conhecimentos acadêmicos com a realidade das pessoas, como mostrado na declaração abaixo referente ao evento em 2017,

[...] nossa intenção não é só mostrar à sociedade os cursos e projetos que temos no campus, mas também aproximar nossa instituição à comunidade externa. Apresentamos, na praça, nossos cursos e projetos e queremos que a população participe de nossas ações e construa, com a gente, soluções para atendermos às demandas sociais. (Instituto Federal do Piauí, 2017)¹⁹

Para a realização do evento, professores do *Campus* criam projetos, apresentam aos estudantes e passam ao ensino/aprendizado de conteúdo(s). Após um período de preparação do que será realizado, vão a campo na praça; ali acompanham os estudantes e os ajudam na aplicação. Isso tudo reflete, de alguma maneira, na atividade do professor, tanto em sala de aula, antes do evento, quanto

¹⁸ Fotografia retirada do site do IFPI – *Campus Parnaíba*. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/parnaiba/noticias/parnaiba-realiza-o-ifpi-na-praca>. Acesso em: 19 dez. 2024.

¹⁹ Instituto Federal do Piauí – *Campus Parnaíba*. Parnaíba realiza o IFPI na Praça. **Instituto Federal do Piauí**, Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/parnaiba/noticias/parnaiba-realiza-o-ifpi-na-praca>. Acesso em: 28 jan. 2025.

em sua execução, assim como depois nas necessárias reflexões, pois são muitas as atividades desenvolvidas. Outros servidores também apresentam projetos, mostrando que o evento envolve diversos atores do *Campus* em sua realização.

Em 2018, por exemplo, para o IFPI na Praça, com o tema “Ciência para a redução das desigualdades”, foram elaborados e apresentados, segundo os registros que encontramos e ainda sobre os quais discutiremos, vinte e quatro projetos científicos. Foram beneficiados estudantes, professores e gestores das escolas municipais da cidade, previamente convidados a participar do evento, bem como outras pessoas que transitavam na praça naquele dia.

A Imagem 6 mostra imagem de apresentação de projeto da turma de Edificações no IFPI na Praça.

Imagem 6 – Apresentação de projeto da turma de Edificações.



Fonte: Facebook do IFPI – Campus Parnaíba (2025)²⁰.

É possível notar a legitimidade da Instituição dentro da cidade, por conseguinte do evento, que passou a se realizar no Dia Municipal do Instituto Federal do Piauí em Parnaíba, como apresentado em portal de notícia local, conforme a Imagem 7 abaixo:

²⁰ Imagens coletada no Facebook do IFPI – Campus Parnaíba. Disponível em: <https://www.facebook.com/ifpipb/photos/pb.100064038993400.-2207520000/2154810271413137/?type=3>. Acesso em: 01 jan. 2025.

Imagem 7 – Notícia sobre o IFPI na Praça, edição de 2019.

Educação

IFPI na Praça leva ciência, tecnologia e inovação ao Centro de Parnaíba



Uma lei municipal aprovada recentemente definiu 14 de novembro como Dia Municipal do Instituto Federal do Piauí em Parnaíba. E para celebrar a data foi realizado nesta quinta-feira o IFPI na Praça, que levou ciência, tecnologia, inovação e cultura à Praça da Graça, no Centro de Parnaíba.

Fonte: Portal Costa Norte (2024)²¹.

A matéria continua comunicando que,

[...] ultrapassar o limite da sala de aula, proporcionar o contato da comunidade com aquilo que se apreende no dia a dia: este é o objetivo do projeto. Cada uma das áreas de ensino tivera [sic] seu espaço, atraindo a atenção, despertando olhares curiosos e revelando toda a criatividade dos estudantes (Portal Costa Norte, 2019)²².

²¹ Imagem retirada do Portal Costa Norte. Disponível em: <https://portalcostanorte.com/ifpi-na-praca-leva-ciencia-tecnologia-e-inovacao-ao-centro-de-parnaiba/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

²² A lei a que se refere a reportagem é a Lei Nº. 3.455 de 23 de outubro de 2019. Disponível em: <http://transparencia.parnaiba.pi.leg.br/uploads/leis/0b70670afbce749a1ff7497b9098f0c4.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2025.

Ainda como medida de exemplo, em 2022 foram apresentados no evento mais dezesseis projetos na praça. Em 2023 o evento voltou a ser realizado, como mostram as imagens na Imagem 8. Esses dados serão melhor apresentados na seção “Análise e Discussão”, do tópico “Os registros: a análise e a discussão”.

Imagem 8 - IFPI na Praça 2023.



Fonte: *Instagram* do IFPI – Campus Parnaíba (2025)²³.

Assim, a edição de 2024 do IFPI na Praça, que devido à demanda muito grande de atividades realizadas pelo *Campus*, veio a ocorrer em janeiro de 2025, mas em novo endereço: a Praça Mandu Ladino, como já abordado anteriormente. A Imagem 9 mostra o evento naquele dia.

²³ Compilação feita pelo autor a partir de imagens coletadas no *Instagram* do IFPI – Campus Parnaíba. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CztXF3BgXAT/?img_index=6. Acesso em: 16 jan. 2025.

Imagem 9 – Edição de 2024 do IFPI na Praça.



Fonte: *Instagram* do IFPI – *Campus* Parnaíba (2025)²⁴.

Apresentado o que é o IFPI na Praça, trataremos a seguir dos passos para a construção da pesquisa para averiguarmos se as memórias dos convidados a participar deste trabalho nos mostram se o evento está cumprindo papel segundo os objetivos traçados pelo Instituto rumo à formação que se propõe ofertar.

Ademais, identificar os documentos normativos desse projeto, relacionando-os e apontando quais práticas os professores efetivos do IFPI *Campus* Parnaíba têm tido para a sua realização, nos deu respostas sobre se o IFPI na Praça tem contribuído com a memória da Extensão do instituto nesta cidade, e de que maneira. Para discutir esses pontos, previamente apresentamos os procedimentos metodológicos que utilizamos.

²⁴ Compilação feita pelo autor a partir de imagens coletadas do *Instagram* do IFPI – *Campus* Parnaíba. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DE8tl0CuZhV/?img_index=1. Acesso em: 28 jan. 2025.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta os procedimentos da construção da pesquisa, sobre a qual destacamos suas características: o tipo, os instrumentos para a busca das informações e a análise dos dados gerados. Também são apresentados o universo, os participantes, os critérios de inclusão/exclusão e a interpretação das informações. Essa metodologia é, de maneira geral, o que Fonseca (2002) chama de estudo dos caminhos para se fazer ciência, da organização e dos passos percorridos.

3.1 A CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Nosso caminho foi previamente delineado para a pesquisa de abordagem qualitativa, com procedimentos bibliográfico, Estudo de Caso e documental, com objetivo de ser exploratória e descritiva, pelo método dialético e de natureza aplicada, como explicado a seguir.

Segundo a finalidade, a pesquisa é de natureza aplicada. Essa é aquela voltada para a aquisição de conhecimentos, com vistas à aplicação em uma situação específica (Gil, 2022). Uma vez que um dos resultados deste trabalho foi a geração de um Produto Educacional, entendemos que essa natureza de pesquisa atendeu a um dos objetivos por nós delimitados. Gil (2022) diz que a pesquisa aplicada pode contribuir para a ampliação do conhecimento científico e sugerir outras questões a serem investigadas.

A busca pelas informações por meio das respostas das pessoas pesquisadas precisou ser interpretada a partir das subjetividades delas, o que exigiu abordagem qualitativa. Enfatizamos as expressões de sentimentos e experiências, sem limitações ou constrangimentos (Gil, 2021), e não apenas observar quantidade, intensidade e frequência da realidade em estudo.

Uma vez que pretendemos explorar o entendimento do significado que os indivíduos ou grupos têm sobre uma realidade ou atividade em específico (Creswell; Creswell, 2021), a abordagem qualitativa nos foi a melhor escolha para a realização deste trabalho. Para Gil (2021), essa modalidade de pesquisa é um processo não matemático, mas essencialmente interpretativo, onde se estudam os fenômenos em seus contextos, analisando os significados que as pessoas atribuem a esses fenômenos.

Logo, utilizamos a abordagem qualitativa nas entrevistas com gestores e coordenadores dos Cursos Técnico, Médio Integrado ao Técnico e Superior ofertados pelo IFPI – *Campus* Parnaíba, que tiveram algum envolvimento direto com o Projeto IFPI na Praça e questionários para os professores efetivos da instituição que tinham atuado, ou que estivessem atuando, em atividades nele. Essas ações objetivaram identificar, pela ajuda de gestores e coordenadores, os documentos normativos do IFPI – *Campus* Parnaíba quanto às atividades extensionistas para averiguar se o projeto IFPI na Praça estava atendendo à missão do Instituto.

Isso nos permitiu ter visão melhor desses documentos para os relacionar e conhecer mais sobre as atividades do IFPI na Praça no período 2015 a 2024, atendendo a objetivos propostos. E, com as respostas obtidas nos questionários aos professores, pudemos apontar algumas práticas que esses profissionais tem tido com a realização do evento rumo à Formação Humana Integral.

A pesquisa teve por objetivo ser exploratória. Essa se propõe a criar mais familiaridade com o objeto da investigação, com vista a torná-lo mais explícito, coletando dados de diversas maneiras, incluindo, além do necessário levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o assunto e análise de exemplos (Gil, 2022).

Ela também se configurou como sendo descritiva, ao buscar apontar quais práticas os professores do IFPI – *Campus* Parnaíba têm tido com a realização do IFPI na Praça rumo à formação humana integral e o que trazem os documentos/monumentos das atividades desenvolvidas nele. De acordo com Gil (2022), essa forma de pesquisa é voltada para a descrição de características de determinada população ou fenômeno, relacionando-os com o contexto dos acontecimentos, levantando opiniões e atitudes de pessoas investigadas.

Buscando identificar documentos normativos de atividades extensionistas do IFPI - *Campus* Parnaíba, bem como relacionar os registros históricos das atividades do evento foco de nosso estudo, utilizamos como procedimento a pesquisa documental. Essa é entendida por Gil (2022) como aquela que se vale de toda sorte de documentos elaborados com variadas finalidades, como aqueles institucionais de órgãos públicos, exemplificando esses documentos como sendo, dentre outros, relatórios, folders, quadros e fotografias.

Para analisarmos se, e de que maneira, o projeto IFPI na Praça tem contribuído com a memória da Extensão do IFPI – *Campus* Parnaíba no período já indicado,

fizemos Estudo de Caso como uma das ações da pesquisa. Yin (2015) diz que esse Estudo é utilizado em muitas situações, para contribuir com nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, sociais, permitindo que investigadores foquem um Caso e tenham perspectiva ampla a respeito do analisado.

Logo, Estudo de Caso é aquele que faz investigação empírica de um fenômeno contemporâneo em profundidade, no contexto do mundo real. O aspecto diferenciador desse tipo de Estudo “[...] reside em sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações” (Yin, 2015, p. 27).

O método de abordagem utilizado foi o dialético. Segundo Marconi e Lakatos (2021), este é aquele que adentra ao mundo dos fenômenos em investigação através de ação recíproca, de contradições inerentes aos fenômenos e da mudança dialética que acontece na sociedade e na natureza.

Com a necessidade de buscar uma averiguação real em relação à elucidação dos fatos, legislação e ao ambiente de pesquisa, trouxemos a abordagem teórica e adotamos como método e procedimento o método histórico. Esses processos são utilizados para preencher os vazios dos fatos e acontecimentos ocorridos, que se apoiam no tempo, sendo este de certo modo reconstituído ou não, para que assim se assegure a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos, (Marconi e Lakatos 2021).

Apoiamo-nos nesse método como oriundo do Materialismo Histórico Dialético, de Marx e Engels. Para eles, a observação dos fatos se dava a partir da realidade material, concreta, histórica (Coelho, 2023), não da abstração; e essa realidade é apreendida em sua totalidade e transformações ocorridas nelas, considerando diversos fatores (Cavalcanti, 2014). Assim, partiremos da realidade concreta em que se dá nosso objeto de estudo, analisando-o dentro de seu contexto histórico e buscando averiguar as determinações e transformações que observarmos.

O delineamento da pesquisa está sintetizado na Figura 7, a seguir.

Figura 7 - Delineamento da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Caracterizada a pesquisa, passamos a tratar agora do desenho dela no tópico abaixo.

3.2 O DESENHO DA PESQUISA: O TOTAL DE PESSOAS, OS PARTICIPANTES, A SELEÇÃO E O LUGAR

O universo da pesquisa foi constituído por servidores efetivos do IFPI – *Campus* Parnaíba. Os participantes foram divididos em duas categorias: a dos gestores e coordenadores e a dos professores.

Destaca-se que a amostragem do Estudo foi por conveniência, ou seja, não probabilística, pois a escolha dos participantes não seguiu um modelo aleatório. Foi considerada a quantidade de pessoas que responderam aos questionários e aceitaram participar das entrevistas, sem determinar a quantidade máxima ou mínima. Na técnica de amostragem por conveniência o pesquisador seleciona os membros da população mais acessíveis (Loesch, 2014), que vão aparecendo até completar o número de elementos da amostra.

Especificamos as duas partes do universo da pesquisa: a primeira, formada pelo corpo docente do IFPI - *Campus* Parnaíba, composto por 73 professores(as)

efetivos (IFPI, 2021). Assim, a amostra dessa categoria foi constituída por 31 Professores(as) do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Ensino Médio integrado ao técnico, técnico concomitante e técnico subsequente, Cursos de Licenciatura em Física e de Licenciatura em Química, de Processos Gerenciais e de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, ofertados pelo *Campus*.

A segunda, por sua vez, é composta por gestores e coordenadores da instituição que tiveram e/ou estavam tendo algum envolvimento direto com o projeto IFPI na Praça. Dentre esses, destacamos Diretor Geral, Diretor de Ensino, Coordenadores de Extensão, das licenciaturas de Física e Química, do Curso de Tecnologia de Processos Gerenciais, dos Cursos Técnicos em Informática, em Edificações, em Eletrotécnica, em Administração, das áreas da Natureza, Humanas e Letras, totalizando 12 profissionais. A amostra dessa categoria foi constituída por cerca de 6 pessoas.

Portanto, a amostra da pesquisa como um todo foi de 37 pessoas, dentre professores, gestores e coordenadores.

O critério de inclusão levou em consideração os professores participantes que fossem pertencentes ao quadro efetivo do IFPI - *Campus* Parnaíba e que tenham atuado, ou que estivessem atuando, em atividades no projeto IFPI na Praça. Essas duas condições (continuidade no magistério no *Campus* – ser efetivo – e conhecer por experiência própria o projeto IFPI na Praça) nos trouxeram a ideia de que esses profissionais eram os mais adequados para falar quais práticas pedagógicas estão sendo mais adotadas nas edições do evento.

Ainda tivemos dentro do critério de inclusão gestores e coordenadores do IFPI-*Campus* Parnaíba que tiveram e/ou estivessem tendo algum envolvimento direto com o projeto IFPI na Praça, dada as suas proximidades, pelo cargo que ocupam, com atividades extensionistas e do *Campus* e, por conseguinte, com o objeto de nosso estudo.

O critério de exclusão englobou professores efetivos que tiveram participação direta com o Projeto IFPI na Praça, mas que já se encontravam afastados do cargo por qualquer natureza, pois esses profissionais não estavam em situação de continuidade de atuação em sala de aula na instituição e não podiam relatar como o projeto IFPI na Praça poderia estar contribuindo com sua prática pedagógica, ou quais práticas está utilizando no evento ou para a construção dele.

Também fizeram parte do critério de exclusão gestores e coordenadores que tiveram alguma participação direta com o Projeto IFPI na Praça e que não se encontravam em efetivo exercício (afastado por qualquer motivo), pois na busca de identificar os documentos normativos do IFPI – *Campus* Parnaíba quanto às atividades extensionistas, para averiguar se o projeto IFPI na Praça estava atendendo à missão do Instituto e para conseguirmos relacionar os documentos/monumentos das atividades realizadas no evento, no período de 2015 a 2024, precisávamos da colaboração de gestores e coordenadores que estivessem em exercício.

Em pesquisa educacional, na delimitação do local, é necessário identificar situações que sejam relevantes ao tema, como lugares de ensino/aprendizado Gil (2021). Assim, delimitamos como espaço de pesquisa o IFPI – *Campus* Parnaíba. Essa instituição de ensino fica situada na Avenida Monsenhor Antonio Sampaio, S/N. Bairro Dirceu Arcoverde. Parnaíba-PI. CEP: 64211-145, Parnaíba – PI, a cerca de 7 km do centro da cidade, como já apresentado na seção “O *Campus* Parnaíba”, acima. A Imagem 10 mostra o local de desenvolvimento da pesquisa.

Imagem 10 - Local de desenvolvimento da pesquisa.



Fonte: Parnaíba em Nota (2025)²⁵.

²⁵ Imagem do site Parnaíba em Nota. Disponível em: https://www.phbemnota.com/2024/11/ifpi-oferta-vagas-de-professores-para.html#google_vignette. Acesso em: 09 jan. 2025.

Também foram feitas visitas *in loco* onde ocorreram edições do IFPI na Praça, durante o período de realização desta pesquisa, a saber: as praças Nossa Senhora das Graças e Mandu Ladino²⁶. As Imagens 11 e 12 mostram esses logradouros.

Imagem 11 – Vista aérea da Praça Nossa Senhora das Graças.



Fonte: Portal PHB (2025)²⁷.

²⁶ A edição de 2024 do IFPI na Praça, que ocorreria em novembro, só foi realizada em janeiro de 2025.

²⁷ Portal PHB. Disponível em: <https://www.portalphb.com.br/2021/03/praca-da-graca-em-parnaiba-um-jeito.html>. Acesso em: 09 jan. 2025.

Imagem 12 - Vista aérea da Praça Madu Ladino.



Fonte: Pinterest.²⁸

O Lócus, o universo, a amostragem e os participantes da pesquisa são apresentados sinteticamente na Figura 8 a seguir.

²⁸Praça Mandu Ladino. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/chicorasta_quadrilhodromo_parnaiba_pi--756815912363408055/. Acesso em: 18 jan. 2025.

Figura 8 - Desenho da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Passamos a seguir a apresentar os instrumentos e a geração dos dados de nossa pesquisa.

3.3 OS INSTRUMENTOS E A GERAÇÃO DOS DADOS: REGISTROS, QUESTIONÁRIO E ENTREVISTAS.

Nesta seção serão abordados os caminhos e instrumentos para a geração dos dados que compõem o nosso *corpus* de análise. Entendemos que em pesquisa científica tanto os dados são importantes quanto o passo a passo para os encontrar, os produzir. Primeiramente, apresentamos aqueles relacionados aos registros existentes sobre o IFPI na Praça em repositórios oficiais do *Campus Parnaíba* para depois tratarmos daqueles de abordagem com pessoas por meio de questionário e entrevistas.

3.3.1 O caminho na busca pelos registros

Observando toda a variedade de classificação dos documentos e sua importância, como já apresentado na seção teórica “Considerações sobre Documentos”, podemos dizer que eles não são matéria “cinza”, inerte, fria, senão, por

vezes, elementos latentes de um todo, esperando interpretações, espera essa não passiva, posto que os documentos sempre têm algo a dizer.

Shiroma, Campos e Garcia (2005) afirmam que esse material de pesquisa não é restrito a uma única e harmoniosa leitura, pronto para o consumo, mas objeto a ser trabalhado pelo pesquisador na busca de sentido.

Os registros sobre o IFPI na Praça, por exemplo, a um primeiro olhar, nada mais seriam do que dados reunidos sobre o evento como forma de guardar informações para elaboração de relatórios, ou o que se poderia chamar simplesmente de “papelada”. O estudo atendo do pesquisador pode dar novos usos a eles, revelar possíveis objetivos da instituição, bases conceituais, práticas e metodologias utilizadas nas atividades que neles estão gravadas.

Cabe aqui destacar que a pesquisa documental é caracterizada pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens, fotografias, cartas, dentre tantos outros (Oliveira, 2007).

Nesse ponto fala-se de Análise Documental, da qual, de acordo com Alves *et al.* (2021), o pesquisador faz uso a partir de posição ativa na pesquisa, selecionando, analisando, organizando, categorizando, lendo e relendo, sistematizando material para a produção de conhecimento.

No caminho em busca de informações para a construção de nosso *corpus* documental de análise, direcionamo-nos primeiramente à Coordenação de Extensão do *Campus*. Ali recebemos orientações de como acessar as edições dele contidas no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) pelo *login* e senha do aluno, esse o pesquisador. Identificamos que ali há registros somente das edições de 2018 e 2022.

Fizemos *download* de todos os projetos do IFPI na Praça contidos no SUAP para posterior análise. Foi-nos informado, na própria Coordenação de Extensão, que a origem do projeto se deu na Direção de Ensino do *Campus*. Ao nos dirigirmos a esse outro departamento encontramos os registros dos anos 2015, 2017 e 2019 impressos.

Solicitamos, por *e-mail* à Direção de Ensino, acesso aos documentos para os digitalizar e analisar. Sendo permitido o acesso, fizemos a digitalização e deixamos uma cópia lá. Encontramos, além dos projetos, relação de alunos participantes e de atribuições de notas, programação, lista de materiais utilizados, fichas de avaliação

das apresentações e logística de transporte dos materiais e das pessoas: tudo referente ao nosso objeto de estudo.

Em seguida, fomos ao setor Registro do *Campus* de Parnaíba em busca de mais informações. Nele havia um projeto realizado na primeira edição do IFPI na Praça e um folder desse mesmo projeto. Ali nos indicaram *links* oficiais do *Campus* no *Facebook* onde poderíamos encontrar fotografias do evento.

Os locais pesquisados, por se tratarem de setores do próprio Instituto, nos deram a ideia de autenticidade e confiabilidade necessários dos documentos (Cellard, 2008), outra dimensão necessária na Análise Documental.

Pesquisamos também no *Facebook* e no *Instagram* do IFPI – *Campus* Parnaíba, por serem ambientes virtuais de grande visualização, alguma outra informação que nos fosse pertinente e confiável para a reunião de conteúdo que buscávamos. E ao buscarmos no *Google* pelo termo IFPI na Praça, encontramos ainda um portal de notícias e um *blog* falando do evento.

A Figura 9 mostra os caminhos percorridos em busca dos registros.

Figura 9 - Caminhos em busca dos registros sobre o IFPI na Praça.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

De posse do material, passamos à seleção dos projetos. Os registros encontrados das edições nos locais pesquisados foram as de 2015, 2017, 2018, 2019 e 2022. Não havia nada sobre o evento no ano de 2016, pois este não ocorreu devido a uma greve da instituição naquele período. Também os anos da pandemia de Covid-19 o suspenderam, por conta dos cuidados sanitários. A edição do ano de 2023 ainda não estava registrada no SUAP. Não encontramos, por conseguinte, registros dos anos 2016, 2020, 2021 e 2023.

Após discorrer sobre a busca pelos registros que nos interessavam para a construção da nossa pesquisa, passamos agora a tratar dos instrumentos e da geração dos dados: o questionário e as entrevistas.

3.3.2 Os instrumentos e a geração dos dados: questionário e entrevistas

Esta subseção aborda o passo a passo para a geração dos dados, desde a criação das perguntas contidas no questionário aplicado até o ponto para a análise do conteúdo das entrevistas.

Realizamos a aplicação de questionário criado no *Google Forms* com os professores que se enquadravam no critério de inclusão já descrito anteriormente. Seguimos a ordem:

1) Previamente, fizemos um pré-teste com outras pessoas para saber se o tema estava bem esclarecido, se as perguntas eram objetivas e se não deixavam margem para interpretações que fugissem aos objetivos delineados. Marconi e Lakatos (2021) dizem que uma das principais funções do pré-teste é justamente testar o instrumento de geração de dados.

Buscamos com essa avaliação comentários e/ou sugestões que melhorassem a apresentação do questionário como um todo, tanto na linguagem quanto no conteúdo em si. Essa qualidade almejada foi buscada pela avaliação feita por um professor do próprio IFPI – *Campus Parnaíba*, dois professores da Educação Básica não participante dos IFs e um estudante do Mestrado Profissional em Educação do *Campus Parnaíba*.

O intento com esse grupo variado foi ter a certeza de que tanto a temática abordada quanto as perguntas eram inteligíveis a todos, alcançando assim a certeza de que o público alvo receberia um instrumento de geração de dados eficaz. Buscamos ainda saber se a estrutura utilizada era adequada aos objetivos almejados,

se tamanho de fonte, cores e formatos eram agradáveis à leitura e se não havia dificuldade de acesso ao questionário via *link*.

Enviamos o *link* do formulário para o pré-teste por meio do *WhatsApp* dos convidados. O contato com eles foi fácil uma vez que o professor do IFPI e o estudante do Mestrado Profissional em Educação do *Campus* Parnaíba eram colegas de turma do redator desta dissertação, e os dois professores da Educação Básica não participantes dos IFs, são colegas de trabalho dele.

Todos nos deram retorno no pré-teste, mas recebemos apenas uma sugestão de uma das pessoas participantes indicando que as questões de número 10 a 12, construídas como grelha de múltipla escolha, tivessem suas orientações para o preenchimento colocadas antes da questão de número 10 (como se acha presente nos Apêndices), e não repetidamente em cada uma delas como anteriormente se encontrava. O resultado da avaliação nos foi enviado pelo *WhatsApp* no mesmo dia em que foi enviado o *link* de acesso ao questionário para os convidados.

Ficou certa que a aplicação do questionário seria da seguinte forma, como traz o Quadro 1:

Quadro 1 - Aplicação do questionário.

Forma	Questionário
Convite	<i>e-mail</i>
Coleta	Digital
Suporte	<i>Google Forms</i>
Envio/Realização	<i>Link por e-mail</i>
Estrutura	Perguntas abertas e fechadas
Público	Professores
Como	Assíncrona

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

2) Realizada a etapa do pré-teste, solicitamos os *e-mails* dos professores para a Coordenação Pedagógica do *Campus*. Enviamos os convites pelos seus *e-mails* (73 ao todo). Anexado colocamos a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e o link de acesso ao questionário. Neste (questionário) havia outro link que direcionava o convidado ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde estavam descritos os critérios para participação, tais quais ser efetivo, estar em exercício no *Campus* como professor e ter participado do IFPI na Praça.

Dois dos *e-mails* da lista não foram encontrados quando mandando o convite com todos os endereços juntos de uma só vez. O próprio *Gmail* trazia a notificação de

“não encontrado”. Tentamos enviar novamente, separadamente, para um e para o outro, ao que recebemos a mesma notificação.

Inicialmente, demos o prazo de quinze dias para os professores convidados responderem ao questionário e nos enviarem as respostas. Houve apreensão do pesquisador uma vez que passado esse tempo somente quatro convidados responderam. Repetimos o processo de envio novamente dando novo prazo de uma semana, ao que alcançamos mais onze respondentes. No total, participaram da pesquisa por meio do questionário quinze professores.

3) De posse do material, passamos à sua análise utilizando gráficos gerados pelo próprio *Google Forms* e pelo *Excel* para as respostas de múltipla escolha. Também observamos as respostas escritas por extenso fazendo comparações, relacionando-as tanto com a teoria utilizada na elaboração deste texto quanto com perspectivas que tínhamos e as inferências e interpretações que passamos a construir.

Também realizamos entrevista semiestruturada com gestores e coordenadores dos Cursos Técnico, Médio Integrado ao Técnico e Superior ofertados pelo *Campus*. A entrevista, de acordo com Gil (2021), é uma das técnicas mais importantes para a coleta de dados em pesquisa qualitativa, pois tem vantagens de acesso a temas de difícil observação, reconstrução dos eventos, observação de dados em profundidade e das características do entrevistado, flexibilidade e possibilidade de conhecimento das experiências internas das pessoas.

Primeiramente, enviamos *e-mail* para esse público o convidando a participar da pesquisa, à semelhança do que fizemos com os professores. Conseguimos os *e-mails* desses profissionais através da Direção de Ensino do *Campus*. Anexada à mensagem estava o roteiro da entrevista, a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistas ocorreram em horário, dia e lugar da escolha dos convidados. Ela se deu com duração entre trinta a quarenta minutos para que os entrevistados se sentissem à vontade para se expressar livremente. Essa forma de entrevista tem o propósito de provocar opiniões e concepções dos participantes (Creswell; Creswell, 2021).

Propusemos a gravação em áudio de suas falas para depois fazermos a transcrição e análise. Dois convidados participaram da entrevista e aceitaram que suas respostas fossem gravadas. Um terceiro aceitou o convite, mas preferiu que suas

respostas não fossem gravadas em áudio, ao que respeitamos sua decisão. Sua fala foi manuscrita pelo pesquisador no momento em que era proferida.

Devido à conveniência de tempo do quarto convidado a aceitar participação, sua entrevista se deu de forma *online*, pelo envio das perguntas por *e-mail* a partir de um link criado no *Google Forms*.

Até este ponto, obtivemos respostas de quatro dos convidados à entrevista. O Quadro 2 sintetiza a forma e os meios dela.

Quadro 2 – Realização da entrevista.

Forma	Entrevista
Convite	<i>E-mail</i>
Coleta	Gravada e/ou manuscrita
Suporte	<i>Google Forms</i> (quando ocorreu <i>on-line</i>)
Envio/Realização	Presencial ou pelo <i>Google Forms</i> (quando ocorreu <i>on-line</i>)
Estrutura	Semiestruturada
Público	Gestores e coordenadores
Como	Síncrona ou assíncrona (quando ocorreu <i>on-line</i>)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

De posse das respostas, passamos à transcrição daquelas que estavam no formato de áudio, cujo processo foi feito manualmente pelo pesquisador. Em seguida, deu-se à reunião delas, tanto aquelas manuscritas no ato da entrevista em que o pesquisador não quis que sua fala fosse gravada, quanto as que foram gravadas e transcritas e aquela da qual obtivemos respostas pelo *Google Forms*.

Por fim, com o objetivo de conseguirmos mais adesões à pesquisa, ainda enviamos *e-mail* para todos os coordenadores dos cursos do Ensino Médio Integrado e dos Cursos Superiores, aqueles dos quais conseguimos obter os contatos no *Campus* (onze profissionais). Achamos necessária essa ação por conta de conveniência do tempo e facilidade de acesso dos convidados. Aqui, havia as mesmas perguntas da entrevista presencial.

As perguntas foram criadas no *Google Forms* e enviadas para os coordenadores em um *link*. Nos anexos do *e-mail* havia a autorização do CEP e o TCLE. Recebemos as respostas de mais três convidados. Assim, no total, participaram da pesquisa por meio da entrevista sete profissionais, entre gestores e coordenadores.

O Quadro 3, s seguir, mostra o cronograma de atividades realizadas nessa etapa:

Quadro 3 – Cronograma de atividades referentes às entrevistas e questionários.

Atividade referente às entrevistas e questionários/Datas	03/11	07/11	08/11	14/11	18/11	01/12	02/12	03/12	10/12
Envio dos convites para as entrevistas presenciais com gestores e coordenadores									
Realização das entrevistas presenciais									
Envio dos questionários para professores									
Reenvio dos questionários aos professores									
Envio de perguntas aos coordenadores dos cursos por meio de link									
Reenvio de perguntas aos coordenadores dos cursos por meio de link									

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ao todo, desde o primeiro envio de convite à participação na pesquisa até o recebimento das últimas respostas, o tempo da geração dos dados utilizando entrevistas e questionários se estendeu do dia 03 de novembro de 2024 a 01 de janeiro de 2025. Feita a exposição de como se deu a geração dos dados com a aplicação dos instrumentos da pesquisa, passamos à sua análise e discussão.

4 A ANÁLISE

Após obter nosso *corpus*, deu-se o momento de se fazer a tabulação e apresentação dos dados seguido da necessária análise deles.

Apoiamo-nos em Cellard (2008), no que diz respeito propriamente à análise documental. Para o autor, são necessárias algumas etapas para esse tipo de análise: a) conhecer o contexto de produção dos documentos (global, social, época), b) saber qual a sua autoria (individual, grupal, institucional), c) buscar pela autenticidade e confiabilidade deles (procedência dos registros), d) identificar a sua natureza (suporte, tipologia, gênero, estrutura) e e) compreensão dos conceitos-chave e lógica interna (compreensão satisfatória dos termos usados e argumentações observadas).

Tudo isso culmina na análise dos documentos com todos os questionamentos, inferências, confrontos e esclarecimentos que surgiram. Segundo o autor, essa análise se faz indispensável, pois os documentos possibilitam realizar alguns tipos de reconstrução que são extremamente importantes para todo pesquisador em Ciências Sociais, ainda mais porque muito frequentemente eles permanecem os únicos testemunhos de atividades ocorridas num passado recente (Cellard, 2008).

Embasamo-nos ainda na Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2020) e Franco (2018). Segundo as autoras, o ponto de partida dessa análise é a mensagem, por meio de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem (Franco, 2018) e por um conjunto de instrumentos metodológicos sutis e em constante aperfeiçoamento (Bardin, 2020).

Assim, foram seguidos os seguintes passos: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Durante a Pré-análise realizamos (1) a Leitura Flutuante - como um conjunto de buscas iniciais de primeiros contatos para a constituição de um esquema objetivando a elaboração de um plano de análise (Bardin, 2020); (2) a Escolha de Documentos - essa feita a partir dos objetivos já determinados, sendo o universo de documentos aquele que fornece informações sobre o problema já levantado (Franco, 2018); (3) a Formulação das Hipóteses - como o momento em que são formuladas afirmações provisórias a serem verificadas na submissão à prova de dados seguros (Bardin, 2020); (4) a Referência aos Índices - correspondendo à menção explícita sobre o tema (Franco, 2018) e a Elaboração de Indicadores - a partir da frequência da menção do tema em questão; e (5) a Preparação do Material - a organização do

corpus para facilitar o acesso às informações, como, por exemplo, transcrição de gravações, recortes de artigos de imprensa ou anotações em fichas (Bardin, 2020).

Ainda sobre a Escolha dos Documentos, essa se deu, de acordo com Bardin (2020), seguindo as regras de exaustividade (quando se considera todos os elementos do *corpus*, ou seja, do conjunto de documentos), representatividade (a amostra apresentando-se válida, se for uma parte representativa do universo pesquisado), homogeneidade (necessitando os documentos escolhidos obedecer a critérios precisos que não permitam demasiada singularidade entre eles, divergindo sobre o que se busca a respeito do tema) e pertinência (sendo os documentos retidos adequados aos objetivos da análise).

Após a Pré-análise, foi o momento em que realizamos a Exploração do Material, essa constituída pela codificação e enumeração em função das regras formuladas (Bardin, 2020). A codificação consiste na transformação dos dados brutos permitindo atingir uma representação do conteúdo de maneira que esclareça aquele que analisa acerca das características do texto, podendo servir de índices (Bardin, 2020). Enumeração, ainda segundo Bardin (2020), é o modo de contagem que se faz na exploração do material; essa pode focar na presença/ausência de informações, na frequência em que aparecem, na intensidade, na ordem, bem como na coocorrência.

Ainda durante a Exploração do Material, foi feita a escolha das unidades de registro, essas englobadas pelas unidades de contexto. Enquanto estas são a parte mais ampla do conteúdo a ser analisado e ajudam na compreensão das unidades de registro, aquelas são as menores partes do conteúdo, cuja ocorrência é registrada (Franco, 2018). Segundo Bardin (2020), as unidades de contexto ajudam na compreensão exata das unidades de registro. Assim, as unidades de contexto abarcam as unidades de análise para que essas últimas não sofram, por parte do pesquisador, um tipo de interpretação qualquer.

Na sequência, fizemos o Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação. Nesse momento foi realizada a categorização, que é uma operação de classificação de elementos por agrupamento baseado em semelhanças e analogias, isso segundo critérios definidos (Franco, 2018). As categorias foram criadas a partir da leitura e análise do material coletados. Franco (2018) diz que essas vão emergindo à medida que surgem respostas, fazendo classificação de convergências; e Bardin (2020), por seu turno, afirma que o que permite o agrupamento é a parte em comum existente entre elas.

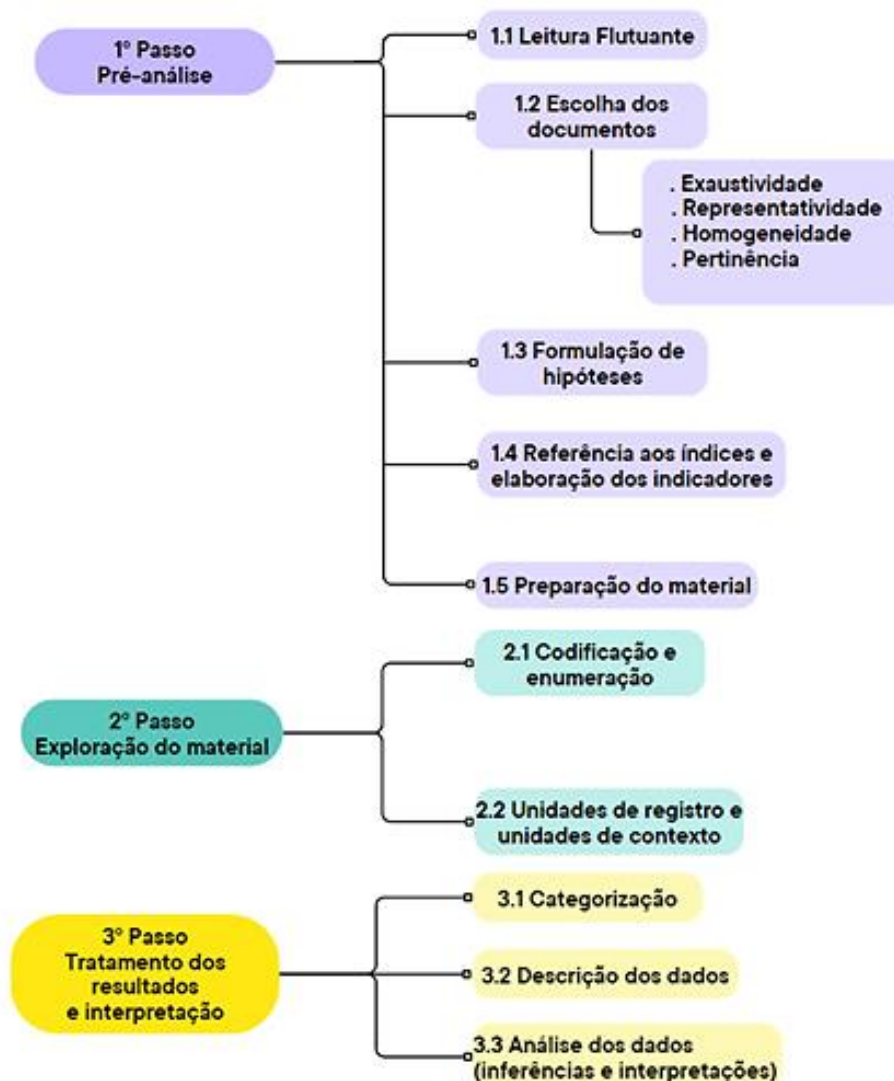
A partir de então, fizemos a descrição das categorias, fazendo análises preliminares dos conteúdos em cada uma delas a fim de auxiliar a interpretação dos dados, como recomendado por Franco (2018), relacionando-os ao conteúdo bibliográfico teórico e documental de acordo com os objetivos delimitados.

Depois desse processo, realizamos a análise fazendo inferências e interpretações. Inferência é o procedimento intermediário entre descrição e interpretação (Franco, 2018), é o que Bardin (2020) chama de interpretação controlada. Nesse momento ocorreram comparações não restritas apenas às descrições, mas sendo relacionados dados sobre o conteúdo com outros dados destacando sua importância para a pesquisa.

E, em seguida, fizemos a interpretação a partir de análise categorial, realizando operações de desmembramento do texto em unidades (Bardin, 2020), em categorias e subcategorias. Inicialmente surgiu um maior número de categorias que foram reduzidas por associação com outras, criando-se assim categorias maiores e menos fragmentadas facilitando as leituras, ao que se deu à busca por dados e pela teoria que serviu de fundamento nas interpretações, de acordo sempre com os objetivos da pesquisa.

A Figura 10 sintetiza o caminho aqui explicitado na análise e interpretação das informações.

Figura 10 - Passos seguidos na Análise de Conteúdo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A partir do que fora abordado, passamos a apresentar as nossas discussões sobre os registros e as respostas e falas dos participantes no questionário e nas entrevistas.

4.1 OS REGISTROS: A ANÁLISE E A DISCUSSÃO.

“Um documento desconhecido não cumpre uma importante função, a de ser uma peça que ajude a conhecer um pouco sobre uma sociedade na história”
Vieira (2017)

Levando em consideração que os registros “dizem”, apresentamos na seção abaixo a análise e as nossas discussões sobre cada achado referente ao que

almejavamos encontrar sobre o IFPI na Praça na análise dos documentos por nós selecionados e aquilo que se mostrou emergente.

Para que ocorra a análise eficaz de documentos, o pesquisador necessita preliminarmente fazer um exame do contexto de produção deles ou dos eventos que levaram à sua produção (Cellard, 2008). O contexto que levou à justificativa da criação do Projeto IFPI na Praça, por exemplo, foi o desconhecimento que tinha parte da população parnaibana sobre o que é o IFPI - *Campus Parnaíba*²⁹ e como se dá a educação nele. O evento teve como origem a ideia de divulgação do próprio Instituto dentro da cidade, e os documentos que o registram vieram a partir de então.

Ao tentarmos fazer narrativas sobre pessoas e/ou instituições que ainda estão em curso de ação no momento de pesquisa, como faz o historiador do tempo presente (Ramalho, 2023), procuramos a origem temporal do IFPI na Praça. Encontramos nos projetos da primeira edição que ela se deu no dia 05 de dezembro de 2015. A Figura 11 mostra a arte criada para ele naquele ano.

Figura 11 - Arte para a primeira edição do projeto IFPI na Praça.



Fonte: Arquivo do IFPI - *Campus Parnaíba* (2025).

²⁹ "...muitas pessoas achavam que o IFPI era uma escola particular, outros confundiam com a universidade federal". (Parte de resposta dada pelo(a) Entrevistado(a) 3).

Passamos, então, a analisar a natureza dos textos, como indicado por Cellard (2008), para averiguar se havia alguma linguagem técnica, jargão ou outra variação linguística que nos exigisse algum grau de iniciação no contexto particular da produção daqueles relatórios, e qual o seu suporte textual. Vimos que a linguagem, pelo gênero textual usado, era simples e objetiva, sem dificuldades para o entendimento das informações contidas neles.

Ainda observamos a organização visual, os esquemas, colunas, tabelas, gráficos, o que facilitou nossa compreensão dos projetos, como orientado por Cellad (2008). Os registros do IFPI na Praça de 2022, contidos no SUAP, possuem estrutura de tabela, tópicos e quadros diferentes daqueles que não estão nele. Isso nos demonstrou que a partir da inserção deles na plataforma, houve outra forma de padronização, que se seguiu dali em diante.

Selecionamos o material por ano, organizando-o por curso realizador de cada projeto, essa uma categorização a partir dos dados. Nesse processo, utilizamos tabelas criadas na planilha eletrônica Excel.

A Tabela 3 abaixo mostra sinteticamente a compilação dos projetos que eram identificados pelos Cursos que os realizavam, segundo o que encontramos nos repositórios.

Tabela 3 – Resumo do quantitativo de projetos realizados por curso e ano no IFPI na Praça.

(continua)

Ano	Curso	Quantidade de projetos
2015	Desenvolvimento de Software	2
	Informática	2
	Edificações	5
	Eletrotécnica	7
	Licenciatura em Química	2
	Física	1
2017	Informática	8
	Edificações	5
	Eletrotécnica	9

(conclusão)		
Ano	Curso	Quantidade de projetos
2018 ³⁰	Médio Integrado	9
	Edificações	1
	Licenciatura em Química	1
	Licenciatura em Física	1
	Administração	2
2019	Informática	5
	Edificações	4
	Eletrotécnica	4
	Licenciatura em Química	7
	Administração	1
2022	Informática	2
	Edificações	4
	Eletrotécnica	2
	Licenciatura em Química	1
	Licenciatura em Física	1
	Processos Gerenciais	1
Total		89

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ao observar os registros, tanto no SUAP quanto aqueles obtidos na Direção de Ensino do *Campus*, percebemos que muitos deles não apresentavam especificamente o nome do curso ao qual pertenciam, logo não os colocamos no quantitativo da tabela acima. Ou continham como identificação a área de atuação, ou eram identificados pelo título do projeto, ou ainda estavam registrados como “interdisciplinares”.

Vimos que seus autores eram, em sua maioria, professores da Instituição e/ou Coordenadores de Cursos. Mas também, encontramos projetos realizados por outros servidores. Por vezes um projeto tinha mais de um responsável, sendo em atividade interdisciplinar ou não. Essa tarefa cumpriu o que Cellard (2008) prescreve como necessária na Análise Documental: a identificação dos autores.

Ao contabilizarmos todos os títulos, notamos que há um número bem maior do que os registrados com nome do curso apresentados na Tabela 3, cento e dez ao

³⁰ Não encontramos os projetos de 2018, mas um relatório contendo o quantitativo deles e as turmas envolvidas: 24 projetos, 14 turmas. Os nove projetos do Médio Integrado não foram especificados de quais eram os cursos. O quantitativo de 2018 apresentado na tabela não é de projetos, mas de turmas envolvidas. Embora não tenhamos encontrado os projetos dessa edição do evento, o relatório final traz que o público atendido foi de cerca de novecentas e vinte pessoas, incluindo aquele externo ao Instituto.

todo: 21 em 2015, 23 em 2017, 24 em 2018, 26 em 2019 e 16 em 2022. Considerando que alguns projetos não foram registrados e que aqueles realizados no ano de 2023, até a conclusão deste trabalho, não foram incluídos no SUAP, conclui-se que o número deles e variedade de seus temas são maiores.

Ainda fizemos categorização de temáticas semelhantes entre os projetos do evento em cada ano separadamente. Percebemos que a edição de **2015** apresentou bastantes variedades de temas, que vão desde gamificação, automação, valor da herança africana para a sociedade até arte contemporânea e orientações sobre saúde nos aspectos físico e psicossocial.

Em **2017**, por outro lado, houve uma prevalência de projetos em matemática, com títulos como “A matemática construindo pontes”, “Aplicações lúdicas da proporção áurea e o número de ouro”, “A matemática por trás dos semáforos”, “Quiz da Matemática”, “Cafemática” e “Matemática na Robótica”. No entanto, outros temas também foram trabalhados, como tecnologias voltadas à biologia, magnetismo e construção civil.

Meio ambiente, reciclagem e sustentabilidade foram muito abordados na edição de **2019**. Bioeconomia, turismo ecológico, produção sustentável de biogás, bioarquitetura, biodigestor caseiro, empreendedorismo com valores sustentáveis, dentre outros, estiveram presentes naquele ano.

A edição de **2022**, por seu turno, trouxe a inovação tecnológica com aplicações práticas como maior destaque nos projetos observados. Podemos citar, por exemplo: “Usando QR Codes para Aplicações Turísticas e Outras Inovações”, “Inovações tecnológicas no combate ao Abuso Sexual”, “Inovações tecnológicas e suas contribuições no desenvolvimento da construção civil da cidade de Parnaíba-PI” e “Utilização da Plataforma Open Source Arduino para controle de semáforo”.

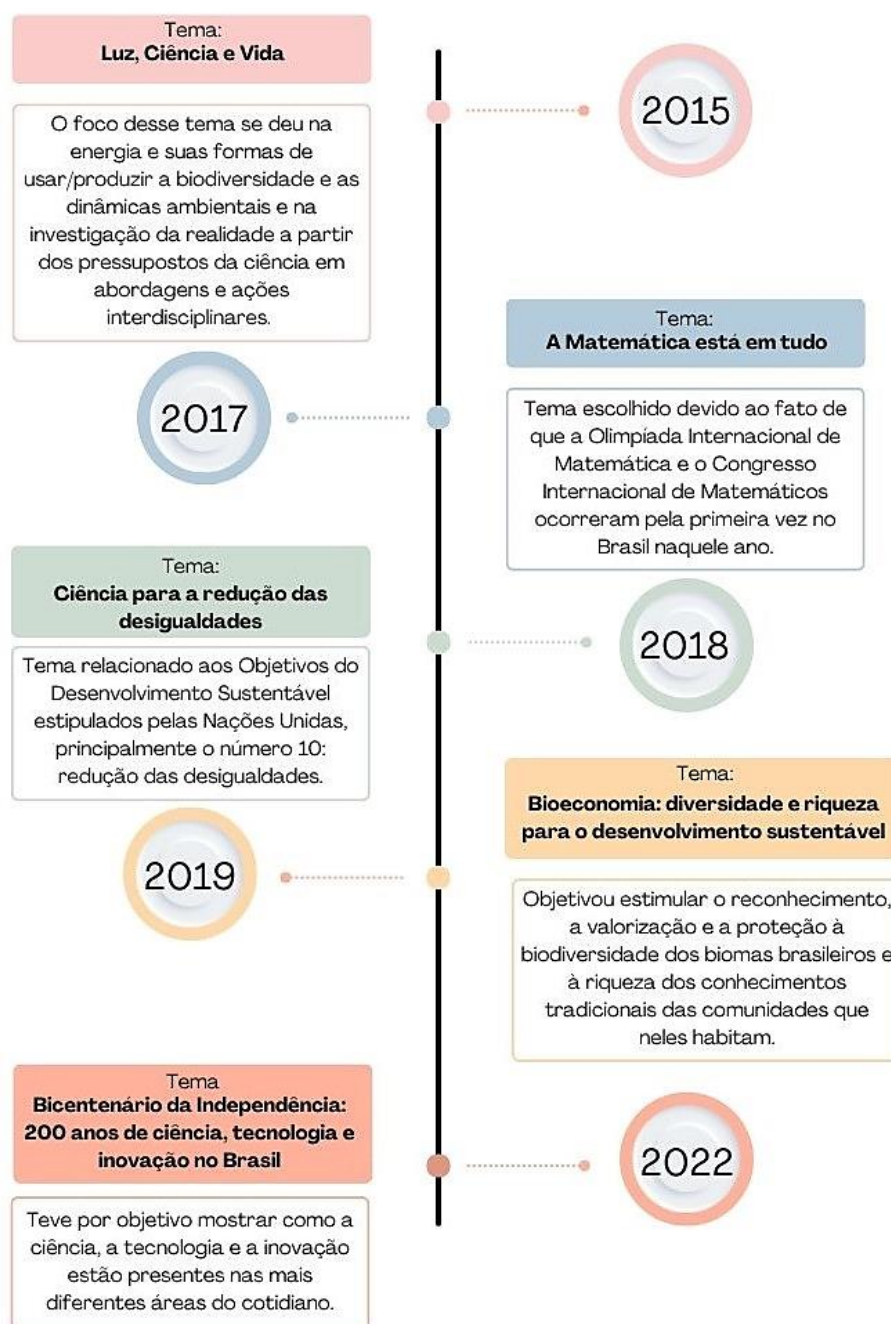
Chamou-nos a atenção que um dos projetos daquele ano teve como título “IFPI na Praça: 200 anos de ciência, tecnologia e inovação no Brasil”, o que remetia aos temas História da EPT, ao próprio IFPI na Praça e, por conseguinte, memórias. Encontramos nesses trabalhos, como já apresentado por Santos e Valentim (2021), tanto a legitimidade do valor social do grupo quanto sua memória institucional.

Inferimos que havia uma normativa ou orientação para a temática geral de cada edição do evento. Com o objetivo de explorar melhor o nosso *corpus* de forma satisfatória, buscando esgotar as pistas que oferecem informações relevantes sobre ele (Cellard, 2008), fomos além dos documentos encontrados; e descobrimos, pela

fala dos entrevistados, que ainda discutiremos neste texto, um ponto importante a destacar: o IFPI na Praça tem seguido o proposto por cada edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Fizemos a relação entre os temas de cada uma delas, seu objetivo principal, de acordo com os anos em que foram realizadas as edições do IFPI na Praça, como mostrado na Figura 12 a seguir.

Figura 12 –Temas da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em cada ano que ocorreu o IFPI na Praça.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ao relacionarmos os projetos de cada ano do IFPI na Praça com os temas da Semana de Ciência e Tecnologia³¹, essa uma outra categorização que fizemos, vimos que há uma ligação direta entre eles. Isso explica o porquê da diversidade temática abordada em 2015, da prevalência da matemática em 2017, da biodiversidade em 2019 e da Ciência em inovações tecnológicas com aplicação prática em 2022 nos registros das apresentações no evento.

Como um todo, pelo observado, percebemos que diversas foram as disciplinas envolvidas, como matemática, física, história, português, biologia, dentre outros, com cursos, por exemplo, de extensão em Língua Brasileira de Sinais, atividades desenvolvidas por egressos do Proeja e ações de grupo representante da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba³². Isso mostra ainda que o IFPI na Praça seguiu não apenas o proposto pela Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, mas também temas de atividades realizadas durante o ano no *Campus*.³³

Aqui entendemos que o evento revela um pouco da identidade do *Campus*: a de levar à comunidade atividades multi e interdisciplinares, com variados temas e ainda atendendo a propostas nacionais, como as da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Atividades que nele são criadas não ficam restritas apenas a um momento, mas são guardadas por um tempo até o evento e passam a ser foco de divulgação do que se faz e aprende na Instituição.

Esse divulgar-se foi observado em todas as edições das quais pertencem os projetos do IFPI na Praça analisados. Encontramos aqui a contribuição de Candau (2021), quando diz que de modo geral a identidade é aquilo que permanece semelhante a si mesmo no tempo; sendo que há o fortalecimento dessa identidade pela memória a cada ano com a realização do evento.

³¹ “A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia é um projeto de realização anual coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ela tem por finalidade mobilizar a população, por meio de linguagem acessível e atrativa, em especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades que valorizem a criatividade, a atitude científica e a inovação”. Disponível em: <https://snct.im.ufrrj.br/o-que-e/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

³² “A Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba foi criada em agosto de 1996, possui uma área de extensão de 307.590,51 hectares e abrange três estados do Nordeste, Piauí, Maranhão e Ceará, percorrendo todo litoral Piauiense”. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-delta-do-parnaiba/informacoes-sobre-visitacao-apa-delta-do-parnaiba/area-de-protecao-ambiental-delta-do-parnaiba>. Acesso em: 14 dez. 2024.

³³ “São também apresentados no evento atividades desenvolvidas durante todo o ano pelos alunos. A gente faz uma seleção dos projetos e leva para a praça”. (Parte de resposta dada pelo(a) Entrevistado(a) 2).

Ainda analisamos o PDI da instituição para averiguar se IFPI na Praça, em suas edições realizadas, estava de acordo com o prescrito nesse documento. Observamos os tópicos Políticas de Ensino e Políticas de Extensão, tendo em vista que os relatórios encontrados estavam na Direção de Ensino e na Coordenação de Extensão do *Campus*.

Consoante com a LDB o PDI diz, no que se refere ao ensino, que a Educação ministrada pelo IFPI tem por finalidade: “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e **comunicar** o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação” (IFPI, 2020, p. 54, grifo nosso). No tópico Política de Extensão do mesmo documento é expresso que, “por meio da extensão, os Institutos podem promover a **difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido**” (IFPI, 2020, p. 59, grifo nosso).

A correlação dos dois, extensão/ensino, é colocada de forma direta, e ainda incluindo a pesquisa,

[...] ora a Extensão intensifica sua relação com o Ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, onde professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, propiciando a socialização e a aplicação do saber acadêmico, ora aumenta sua relação com a Pesquisa, utilizando-se de metodologias específicas, compartilhando conhecimentos produzidos pela Instituição e, assim, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade. (IFPI, 2020, p. 59)

Aqui percebe-se a ideia da complementariedade e indissociabilidade do trinômio Ensino/Pesquisa/Extensão. Destacam-se as transformações no processo pedagógico, a socialização do saber e o compartilhamento de conhecimentos produzidos pela instituição, como ocorre nos eventos realizados por ela, a exemplo do IFPI na Praça, como discutiremos na seção “Das Entrevistas”.

Pelos registros vimos que o próprio local de origem do IFPI na Praça se deu no Ensino, sob responsabilidade da Direção de Ensino do *Campus* e passou a ser registrado e acompanhado pela Coordenação de Extensão e ainda pela Direção de Ensino. Nas entrevistas realizadas, ponto que será melhor discutido adiante, obtivemos a informação de que o evento, no ano de 2023, passou a receber recursos advindos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Sabe-se que uma atividade extensionista, para ser concretizada, precisa passar pelo momento de ensino e pela necessária pesquisa de conhecimentos. Mas é interessante notar que o IFPI na Praça, pelos projetos analisados, tem percorrido formalmente esse tripé, incluindo nisso os próprios departamentos físicos do *Campus*.

Ainda procuramos no *site* do Instituto Federal – *Campus* Parnaíba alguma informação sobre o IFPI na Praça. Encontramos apenas uma publicação datada de 28 de novembro de 2017 contendo seis fotografias da edição daquele ano e algumas informações básicas de como se deu o evento. A Imagem 13 mostra parte da publicação:

Imagem 13 - Informações sobre o IFPI na Praça no *site* do *Campus* Parnaíba.



**INSTITUTO
FEDERAL**
Piauí
Campus
Parnaíba

Parnaíba realiza o IFPI na Praça

Publicado: 28/11/2017 08h45
Última modificação: 28/11/2017 08h45

O CAMPUS

- Administração
- Assistência Estudantil
- Cursos
- Localização

PROCESSOS SELETIVOS



MAIS FOTOS 

O campus Parnaíba do Instituto Federal do Piauí realizou no sábado(25), o projeto "IFPI na Praça" na praça da Graça na cidade de Parnaíba-PI. O evento tem como objetivo principal divulgar ações e projetos realizados no campus.

A programação contou com apresentações científicas dos alunos dos cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Informática, Administração, Comércio, além dos cursos de Licenciatura em Química e Física e Tecnólogo em Processos Gerenciais. De acordo com o diretor de ensino do campus, professor Assis Barbosa, o resultado do projeto foi fascinante, principalmente pelo engajamento dos alunos.

Fonte: Site do IFPI – *Campus* Parnaíba (2017)³⁴.

Também nos dirigimos ao setor de Registro do *Campus*, onde nos foi indicada a existência de apenas um projeto apresentado no evento em 2015 e um folder desse mesmo projeto. Ali também nos foram repassados links que nos direcionava para páginas do *Facebook* e *Instagram* onde poderíamos encontrar informações do evento.

³⁴ Parnaíba realiza o IFPI na Praça. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/parnaiba/noticias/parnaiba-realiza-o-ifpi-na-praca>. Acesso em: 19 dez. 2024.

Assim, nas buscas por algum registro do IFPI na Praça contidos no *Facebook* e no *Instagram* da instituição, encontramos principalmente fotografias, a exemplo da Imagem 14. Também encontramos alguns vídeos curtos³⁵, programação para o dia na edição de 2015 e uma reportagem sobre o evento do ano de 2018³⁶ no *Facebook* da TC Costa Norte, canal de televisão local.

Imagem 14 – Fotografia retirada de apresentação do projeto ArqCultura, na primeira edição do IFPI na Praça.



Fonte: Facebook Arquivo Memória IFPI – Campus Parnaíba (2024)³⁷.

³⁵ Vídeo sobre a edição de 2023 do IFPI na Praça. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/CzqTxv0uYiu/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 01 jan. 2025.

³⁶ Reportagem local sobre o IFPI na Praça. Disponível em: Soluções práticas são apresentadas por estudantes do IFPI na Praça - ASSISTA MAIS EM www.portalcostanorte.com | By TVcostanorte | Facebook. Acesso em: 01 jan. 2025.

³⁷ Página do Facebook Arquivo Memória IFPI. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=134976866869049&set=pcb.134977176869018&locale=pt_BR. Acesso em: 10 jan. 2025.

Também encontramos convites para participação do evento, como o mostrado na Imagem 15.

Imagem 15 - Convites para participação no IFPI na Praça 2023 e 2024.



Fonte: Instagram do IFPI – Campus Parnaíba (2025)³⁸.

Tomamos o cuidado de buscar registros do IFPI na Praça em repositórios que tivessem alguma ligação, que tratassem, que tenham tratado diretamente dele ou façam parte do próprio *Campus* de Parnaíba. Dessa maneira, garantimos a autenticidade dos registros identificados, segundo Cellard (2008)

Embora não tenha ainda ocorrido um estudo sobre a memória ou o valor histórico desse evento para a instituição, percebemos que houve e há alguma preocupação em guardar informações do apresentado nele, o que nos permitiu realizar este trabalho. Entretanto, esses mesmos documentos encontram-se dispersos nos locais citados, o que, pelo tamanho e continuidade que o evento tem tido até a presente data de conclusão deste trabalho, requer uma compilação deles para garantir maior acessibilidade em futuras pesquisas.

Os documentos, como os que encontramos, na concepção de Le Goff (2013), não são qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que os fabricou. Esse cuidado em ter deixado registros foi e é fundamental para ser estudado um período, uma comunidade ou evento, como foi o caso.

³⁸ Compilação feita pelo autor a partir de imagens retiradas do Instagram do IFPI – Campus Parnaíba. Disponível em: https://www.instagram.com/ifpi_parnaiba/. Acesso em: 16 jan. 2025.

Observamos ainda pelos registros que o IFPI na Praça tem buscado atender à missão da instituição – “Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais” (IFPI, 2020, p. 32) – uma vez que as atividades realizadas nele procedem das orientações da Semana de Ciência e Tecnologia, o que, por si só, já é voltado para temáticas importantes. Os trabalhos apresentados têm se mostrado como elemento de divulgação do que se aprende, pesquisa e ensina no Instituto, essa uma forma de promover educação. Ademais, muitos dos projetos analisados mostraram ter estreita relação com a comunidade ou a abarcavam.

Dessa maneira, com tais buscas e análises, pudemos relacionar os documentos/monumentos das atividades do projeto IFPI na Praça, no período de 2015 a 2024, como desejamos com um de nossos objetivos. Nesse processo, observamos que há projetos que ainda não foram registrados no SUAP e nem se encontram nos outros locais pesquisados, que o evento apresenta atividades multi e interdisciplinares e que há correlação direta dele com temáticas nacionais, como as da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Após discutirmos os registros observados, passamos à comunicação da análise e discussão das respostas obtidas com os questionários e as entrevistas.

4.2 FALAS E RESPOSTAS: ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE O QUE NOS MOSTRAM O QUESTIONÁRIO E AS ENTREVISTAS.

“Falo da memória comum dos homens, especialmente daqueles que se dedicam a algum ramo especializado do saber e da arte, cuja capacidade mental é difícil de estimar, tão rica é a sua memória”.

Discussões Tusculanas, Cícero (2014)

Nossa pesquisa qualitativa tem exposto até aqui o que nos trouxeram os documentos referentes ao IFPI na Praça. Como aqueles que o realizaram ainda são testemunhas ativas dentro da instituição, observamos a fala deles para analisarmos suas informações acerca do nosso tema de estudo. Buscamos nesse ponto aquilo que Benjamin (1994) fala que o narrador conta: sua própria experiência.

Entendemos que chega a ser inevitável fazer inferências ao nos debruçarmos sobre conteúdo gerado de um trabalho que se pesquisa, uma vez que já se tem perspectivas, intenções e apreensões acerca do que vai ser encontrado. Dessa

maneira, começamos a fazer suposições prévias sobre cada resposta. O ato de relacionar as respostas e as falas dos participantes criou novas suposições e percepções que não tínhamos. Trataremos desses quesitos a seguir.

4.2.1 Dos Questionários

A primeira etapa da pesquisa envolvendo diretamente abordagem com pessoas foi a aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas. Esse teve a seguinte composição de questões: 3 (três) de múltipla escolha; 1 (uma) de múltipla escolha com opção de acréscimo, pelo participante, de outro item; 2 (duas) contemplando “sim” e “não”, contendo espaço para justificativa da resposta; 4 (quatro) organizadas em escala *Likert* e 2 (duas) abertas discursivas.

A escolha do questionário se deu, segundo Gil (2021), por ser instrumento e técnica ideais para o levantamento de informações e geração de dados com um universo elevado de participantes, tal qual o nosso de professores. Essa escolha nos proporcionou maior celeridade na geração dos dados com esse público. Do total, responderam ao questionário quinze profissionais.

Neste ponto notamos na prática a real diferença quantitativa entre universo, amostra e pessoas que aceitam participar da pesquisa. O critério de conveniência nos permitiu aceitar o número de participantes para a análise dos dados gerados.

Para apresentar a análise das informações obtidas com esse instrumento, organizamos esta seção em quatro categorias com base nas perguntas do questionário: a) Participação no evento, b) Prática pedagógica, c) Formação humana integral; d) História, memória e identidade;

Conhecer o envolvimento dos(as) profissionais, as ações realizadas, a credibilidade do evento, as dificuldades encontradas em sua realização e as expectativas, tudo isso pela ótica dos(as) professores(as), trouxe-nos informações importantes para analisarmos a contribuição do IFPI na Praça para a memória, a identidade e as práticas pedagógicas da instituição.

Entendemos que aqueles que estão engajados em uma atividade, quando tendo espaço de fala, têm oportunidade de contribuir, questionar, reclamar, elogiar, opinar e expor com orgulhos suas ações. Um momento de pesquisa com tais pessoas, as fazem se sentir ativas e talvez valorizadas no seu trabalho que, por vezes, não é notado ou não lhes traz o retorno que almejavam.

Avaliar a percepção dos(as) docentes sobre o Projeto IFPI na Praça nos possibilita sair das inferências vagas e da imaginação e ir até a concretude dos fatos, segundo a visão desse grupo. A partir de então, podemos apontar lacunas, empecilhos e práticas exitosas que vem ocorrendo nas edições do evento.

4.2.2 Participação no evento

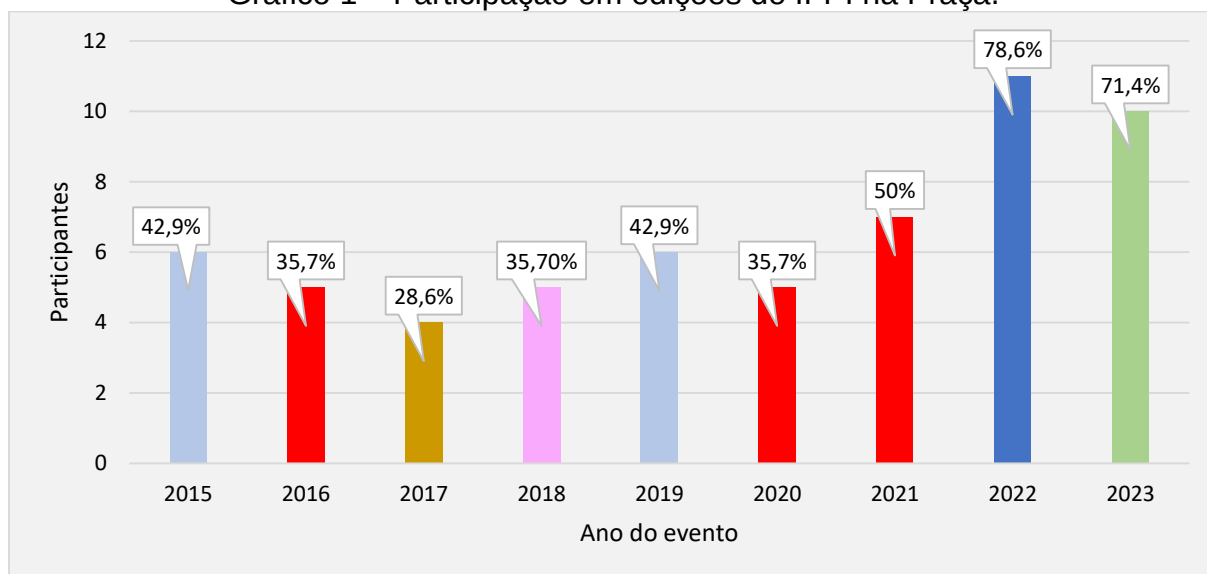
Objetivamos averiguar, com as respostas dadas às perguntas 1 e 2 do questionário, qual a adesão dos(as) profissionais no evento, isso pela quantidade de edições que participaram e quantidade de cadastros no SUAP.

Fizemos as seguintes perguntas que apresentamos nesta categoria: “De quais edições do projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba, o(a) Sr.(a) já participou?” e “Quantos projetos IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba, o(a) Sr(a) cadastrou no Sistema Unificado da Administração Pública - SUAP/IFPI?”.

As respostas obtidas nos deram os seguintes resultados:

Para a primeira pergunta (De quais edições do projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba, o(a) Sr.(a) já participou?), quatorze professores nos deram as respostas que são apresentadas no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Participação em edições do IFPI na Praça.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os resultados mostram que quase metade dos respondentes (42,9%) estiveram presentes na primeira edição do evento. Isso é positivo, pois assim eles possuem elementos para opinar sobre o processo evolutivo dele. Também isso sugere que suas respostas ao resto das perguntas contidas no questionário apresentam legitimidade, pela experiência que eles têm “de IFPI na Praça”.

Fazendo uma comparação entre a quantidade de participantes dos anos de 2015, inaugural do evento, e 2023, última edição³⁹, da qual 71,4% dos(as) professores(as) pesquisados(as) estiveram presentes, podemos dizer que realmente eles possuem “bagagem” de experiência para falar do assunto. Nota-se que de 2015 para 2023, dos 14 entrevistados, pelo menos metade trabalharam nas duas edições.

Aqui podemos falar de identidade segundo as concepções de Bauman (2021), para quem essa característica associada ao pertencimento não ocorre de uma vez, mas tão somente por meio de uma tarefa a ser realizada várias e várias vezes. Essa ação leva ao que Santos e Valentim (2021) chamam de memória institucional, que tem íntima ligação com o grupo e com suas ações, que são atreladas ao ambiente de trabalho do qual fazem parte.

Embora não tenha sido o objetivo da questão conhecer a ideia de identidade e pertencimento dos participantes do IFPI na Praça a um grupo pela quantidade de edições das quais participaram, não se nega, segundo a teria desses autores, que esses professores e professoras já fazem parte de uma comunidade institucional, que podem se identificar com ela pela realização de uma atividade específica com frequência e que podem falar dela com propriedade.

A edição de 2017, pelo que se nota no gráfico, é a que teve menos participação dos(as) docentes pesquisados(as), apenas 28,6%. Fazendo correlação com a quantidade de projetos registrados naquele ano, que foram encontrados na Direção de Ensino do *Campus*, vimos que há dois registros a mais que em 2015. Logo, inferimos que pode ter havido maior participação de professores(as) na edição de 2017 do que na de 2015. Possivelmente esses profissionais podem apenas não ter participado desta pesquisa. Assim, não falar de uma queda de produção ou menor participação no evento de um ano para o outro, mas tão somente alguns(as) professores(as) não responderam ao questionário.

³⁹ Falamos aqui “última edição” devido ao fato de o IFPI na Praça de 2024 ainda ter ocorrido até o momento de finalizarmos a geração dos dados com os participantes do questionário.

A participação, no evento, dos(as) respondentes do questionário foi crescente de 2018 para 2019, 35,7% e 42,9%, respectivamente. Recorrendo novamente à quantidade de projetos encontrados sobre o IFPI na Praça nos locais pesquisados, vimos que no primeiro destes anos houve 24 projetos; e 26 no segundo, o que denota realmente um maior envolvimento em atividades e, por conseguinte, provavelmente, de professores(as).

O crescimento de participação dos(as) respondentes do questionário no evento foi exponencial na edição de 2022, 78,6%. Levando em consideração que nos dois anos anteriores houve o isolamento devido à pandemia, essa participação elevada de docentes no IFPI na Praça pode ter se dado por diversos fatores, como uma política de incentivo do próprio *Campus* para a retomada de atividades e exposição de trabalhos realizados ou mesmo vontade pessoal de voltar a ter contato em ambiente externo com outros depois do isolamento por medidas sanitárias.

A última edição do evento, 2023, apresentou uma queda de 7,2% dos participantes entrevistados, como mostrado no gráfico. Percebemos essa diminuição desde a edição anterior, 2022, nos registros de projetos no SUAP, 16 ao todo. No entanto, não significa que esse tenha sido o total real de projetos apresentados no evento, pois, pela fala do(a) Entrevistado(a) 1, que será melhor abordada na seção “Das Entrevistas”, *“precisa de visualização, para isso precisa de registro”*⁴⁰, alguns deles não foram colocados na plataforma. Da mesma forma, não podemos dizer com certeza que houve uma real queda de participação de professores(as) no IFPI na Praça de 2023, posto que muitos não responderam ao questionário.

Observando o número de participantes da pesquisa por meio do questionário, pelas respostas dadas para a primeira pergunta, e ainda fazendo correlação com alguns dados encontrados nos registros já discutidos, podemos dizer que o engajamento dos(as) professores(as), na verdade, tem sido crescente. Os números de 42,9%, da primeira edição, para 71,4%, da última, mostram que há uma evidência positiva de adesão dos(as) docentes ao IFPI na Praça.

Os anos de 2016, 2021 e 2022 não apresentam nenhum registro nos locais pesquisados, pelos motivos já descritos anteriormente (greve de servidores da instituição e pandemia). Entretanto, o gráfico mostra que alguns dos(as) respondentes

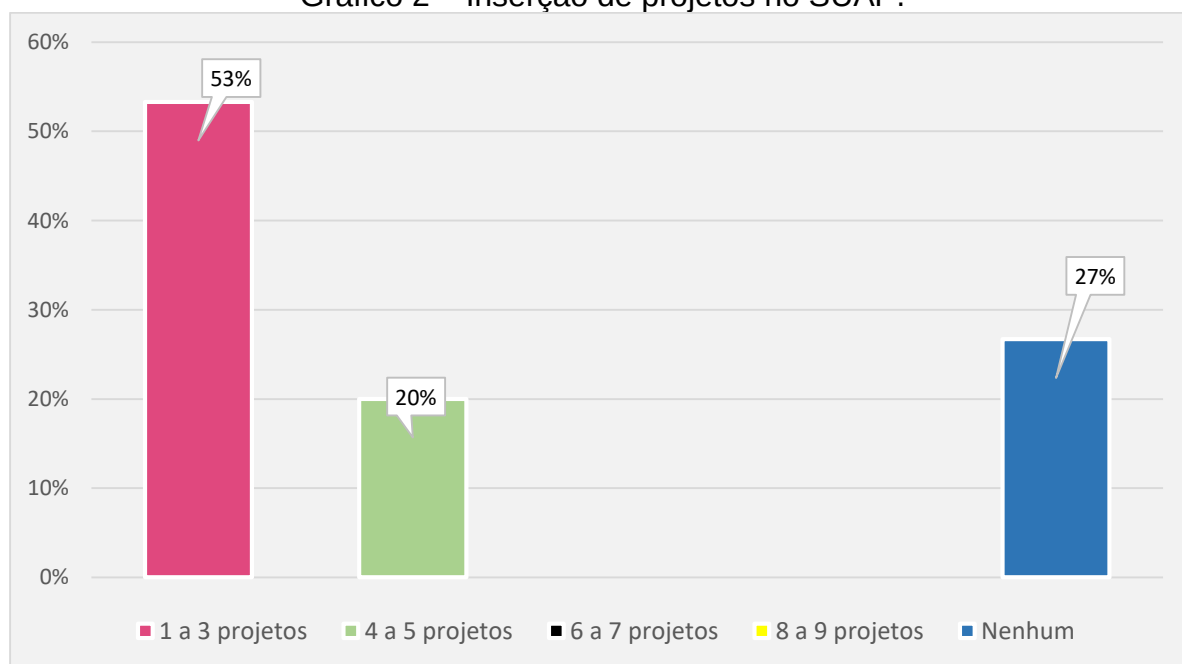
⁴⁰ Aqui (o)a Entrevistado(a) 1 fala que muitos projetos executados no IFPI na Praça, bem como outros, são esquecidos porque deixam de ser registrados. Logo, esses dados são difíceis de serem encontrados ou mesmo, provavelmente, perdidos.

marcaram como tendo participado do IFPI na Praça naquelas edições que não ocorreram. Encontramos nessas respostas a necessidade do que Halbwachs (1990) chama de apelo aos testemunhos para recordar uma ação realizada, ou não, por um grupo para buscar memórias coletivas. É o não se lembrar sozinho de uma gama de ações de uma coletividade (Ricœur, 2007).

Sobre esse “erro” de datas marcadas pelos participantes, atribuímos parte do esquecimento ao fato de o questionário ter sido respondido isoladamente por cada convidado. Fosse ele preenchido por um grupo de professores(as) que estiveram juntos no IFPI na Praça, não ocorreria o equívoco, haveria o apoio da memória do outro, como traz Halbwachs (1990).

A segunda pergunta (“Quantos projetos IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba, o(a) Sr(a) cadastrou no Sistema Unificado da Administração Pública - SUAP/IFPI?”), respondida por todos os participantes, gerou os seguintes dados, trazidos pelo Gráfico 2:

Gráfico 2 – Inserção de projetos no SUAP.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O Gráfico 2 mostra que a maioria dos participantes da pesquisa (53%), registrou de 1 a 3 projetos no SUAP. Deve-se levar em consideração que, embora o IFPI na Praça tenha sua origem em 2015, e que já tenha ocorrido seis edições dele, a implantação desse sistema no *Campus* de Parnaíba só se deu a partir de 2020.

Lembramos que no SUAP só encontramos registros dos anos 2018 e 2022, sendo que do primeiro não havia nenhum projeto, mas um relatório final, como já discutimos anteriormente. Não encontramos explicação para essa lacuna dos registros no sistema, mas, depois de sua implementação e pela quantidade de edições depois dela no *Campus*, vemos que não foram muitos.

Somente 20% dos respondentes disseram ter inserido de 4 a 5 projetos no SUAP e mais de um quarto do total (27%) sequer registrou qualquer um. Observamos nesses dados um problema, pois, se, de acordo com Cellard (2008), documentos são vestígios do passado que servem de prova, quais provas teremos das atividades executadas no evento se não há registros no sistema sobre elas para que não sejam esquecidas?

Sem registros há uma certa dificuldade de analisar se, e de que maneira, o IFPI na Praça contribui para a memória da extensão da instituição. A memória quando armazenada apenas na mente não é de tão fácil acesso para outros, ou para si mesmo, quanto aquela documentada. Relacionar registros, por exemplo, em textos manuscritos, impressos ou digitais, fotografias ou desenhos, é mais fácil e a fonte muito mais duradoura do que aquelas que ficam “só na cabeça” das pessoas que viveram a situação.

Rossi (2010) traz um subtópico inteiro de O Passado, a Memória e o Esquecimento somente dedicado às “Patologias da lembrança”. O mesmo faz Ricœur (2007), com um capítulo em A memória, a história, o esquecimento”. Os autores discorrem sobre os riscos de doenças da mente, manipulações de lembranças e até mesmo de morte como fatores que distorcem ou apagam as memórias. Fazem-se, pois, imprescindíveis os registros.

Se os documentos são constituintes do, e constituídos pelo, momento histórico e mostram valores e tendências (Evangelista, 2012), então são fundamentais para as análises de um evento como o aqui pesquisado, que faz parte da história do IFPI – *Campus* Parnaíba. No que se refere ao ato da pesquisa em si, eles são indispensáveis em investigações sociais (Gil, 2010), por isso a necessidade de os projetos do IFPI na Praça serem registrados.

4.2.3 Prática pedagógica

Objetivamos apontar com as perguntas 3, 4, 5, 6, 7 e 8 aspectos relacionados à prática pedagógica dos(as) professores(as) quanto à realização do IFPI na Praça, como: quais práticas e empecilhos encontrados, se o(a) professor(a) acredita que o evento contribui para o ensino-aprendizagem, se há um retorno de conhecimentos para a sala de aula após sua realização, sugestões para o melhorar e possível material didático/instrucional como auxiliar para o planejamento e execução do projeto.

As perguntas que formam esta categoria são: “Qual(is) prática(s) pedagógica(s) o(a) Sr(a) tem tido com a realização do projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba, rumo à formação humana integral de seus alunos?”, “O(a) Sr(a) acredita que o projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba contribuiu, ou contribui, com o processo de ensino-aprendizagem?”, “Em sua opinião, qual o maior empecilho/dificuldade na execução do projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba?”, “O(a) Sr(a) acredita que após a execução do projeto IFPI na Praça houve ou haverá algum retorno para a sua prática pedagógica em sala de aula?”, “Qual sugestão o(a) Sr(a) daria para melhorar o projeto IFPI na Praça?” e “Em sua opinião, que tipo de material informativo/instrucional o(a) Sr(a) consideraria utilizar como auxiliar no processo de planejamento e execução do projeto IFPI na Praça que contribua com sua prática pedagógica?”

As respostas obtidas nos deram os seguintes resultados:

A pergunta de número 3, objetivou saber quais as práticas pedagógicas o docente tem tido com a realização do evento rumo à formação humana integral dos alunos. Devido às respostas virem em forma discursiva, optamos por apresentá-las agrupadas, em subcategorias, a partir das ideias contidas nessas mesmas respostas, como se observa no Quadro 4:

Quadro 4 – Prática pedagógica realizada pelo(a) professor(a) no IFPI na Praça.

Qual(is) prática(s) pedagógica(s) o(a) Sr(a) tem tido com a realização do projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba, rumo à formação humana integral de seus alunos?			
Índice de frequência	Conceito para as respostas	Indicador de frequência	Respostas obtidas
1º	Trabalho em equipe e interdisciplinar	6	1 - Trabalho em equipe.
			2 - Projetos integradores, pois cada projeto costuma inserir grupos de professores de diversas áreas.
			3 - Durante a realização do projeto "IFPI na Praça" no Campus Parnaíba, adotamos diversas práticas pedagógicas. Entre elas: Aprendizagem Baseada em Projetos, Aprendizagem Colaborativa, Aprendizagem Interdisciplinar e Aprendizagem Ativa.
			4 - Integração dos conteúdos abordados no curso integrados ao tema do IFPI na praça (interdisciplinaridade).
			5 - Sempre buscando uma maneira da minha área (ciências humanas - sociologia) possa dialogar com as áreas técnicas, no sentido de pensar projetos que possam contribuir para melhoria da nossa cidade.
			6 - Estudo de caso e trabalhos em grupo.
2º	Específica do curso	2	1 - Realizei atividades metodológicas pertinentes a prática de vendas, empreendedorismo social e desenvolvimento de talentos.
			2 - Habilidades de organização, atendimento ao público, planejamento e execução de metas.
	Negativa	2	1 - Nenhum.
			2 - Não participei dos projetos.
	Avaliação e incentivo	2	1 - Minha participação foi como avaliadora de trabalhos.
			2 - Incentivando o uso prático dos assuntos passados em sala.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ao analisarmos as respostas desta questão, percebemos que a maior incidência delas se mostra na prática pedagógica em forma de trabalhos em equipe e

trabalhos interdisciplinares. Na subcategoria, “Trabalho em equipe e interdisciplinar”, que emergiu a partir do aqui posto pelos(as) respondentes, podemos notar que são diversas as práticas pedagógicas utilizadas, como observado na resposta 3.

Segundo os(as) professores(as), são desenvolvidas atividades que colocam o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem, como na aprendizagem ativa; que estimulam a investigação a partir de desafios lançados pelos docentes, como na aprendizagem baseada em projetos; que põem os estudantes em situação de interação e cooperação, como é o caso da aprendizagem colaborativa; e que inserem os discentes em pesquisa ampla sobre determinado assunto específico, como é o estudo de caso.

O foco foi dado não apenas na ação direcionada ao aluno, mas na interação de professores(as), de diversas áreas, como se pode observar na resposta 2 desta subcategoria, quando o(a) respondente fala dos Projetos Integradores⁴¹. Isso também pode ser visto na resposta 4, pela interdisciplinaridade, e na resposta 5, com a busca de “uma maneira da minha área (ciências humanas - sociologia) possa dialogar com as áreas técnicas”.

Ainda a respeito dessa última resposta, diálogo entre uma disciplina com as das áreas técnicas, vê-se que ela traz um elemento importante da prática pedagógica, segundo Franco (2016): a de estar conectada com um todo, de não ser avulsa, de não isolar uma disciplina ou tema em estudo. A preocupação do(a) respondente em fazer essa interação da Sociologia, sua disciplina, com outras da área técnica, faz com que sua prática possibilite ao aluno um olhar contextualizado, conectando assuntos, temáticas, campos estudo.

A subcategoria “Específica do curso” apresenta atividades que denotam práticas pedagógicas de professores(as) de cursos como o Técnico em Administração ou o Tecnólogo em Processos Gerencias. Outros dois participantes responderam que ou não desenvolveram nenhum projeto, ou não realizaram nenhuma prática

⁴¹ O Projeto Integrador (PI) está disciplinado no Projeto Pedagógico de cada Curso e caracteriza-se como uma atividade de promoção e desenvolvimento de iniciação científica que visa promover a interdisciplinaridade, ao estabelecer a integração dos conhecimentos desenvolvidos em uma disciplina, de forma articulada com as demais. É uma abordagem que se aproxima, de forma atualizada, dos problemas experienciados pelo mundo do trabalho na área de formação pretendida. Os Projetos Integradores implicam atividades grupais e de classe, em relação às diferentes habilidades e conceitos que são aprendidos ao longo do curso. Projeto Integrador: orientações complementares. Disponível em: projeto-integrador.pdf. Acesso em: 29 dez. 2024.

pedagógica direcionada para o evento, tal qual pode ser observado na subcategoria “Negativa”.

Na última subcategoria estão contidas as duas respostas que a formam, onde uma das respondentes afirma ter participado como avaliadora e outro(a) incentivando o uso prático de assuntos. Entendemos que a avaliação pode ser encarada como uma das partes da prática pedagógica, quando adequada a fins, quando tem por trás uma pedagogia (Franco, 2016), sendo um passo da análise do(a) professor(a) sobre o aprendizado do estudante. Nesse processo, o incentivo, embora não encontramos uma teoria que a negue ou a confirme como prática pedagógica, é de suma importância para qualquer ato de ensino aprendizado.

Inferimos que talvez alguns(as) professores(as) possam confundir prática pedagógica com prática docente, esta última no sentido mecânico de realizar atividades sem um fim, ou princípios norteadores. Franco (2016) chama a atenção dizendo que será pedagógica a ação do docente que assegure intencionalidades e o necessário encaminhamento na busca de alcançá-las. Do contrário, será apenas uma prática, por vezes, repetitiva e sem um porquê.

A questão de número 4 apresenta a estrutura de opções de marcação “sim” ou “não”. Acaso o(a) professor(a) optasse por marcar “sim”, era-lhe dado o espaço para responder o porquê de sua resposta para a pergunta “O(a) Sr(a) acredita que o projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba contribuiu, ou contribui, com o processo de ensino-aprendizagem?”. Todos responderam positivamente, mas somente seis deles justificaram. Apresentamos as respostas, por serem discursivas, no Quadro 5 a seguir, levando em consideração a incidência delas, correlacionando-as e as organizando em subcategorias.

Quadro 5 – Possível contribuição do IFPI na Praça para o processo de ensino-aprendizagem.

O(a) Sr(a) acredita que o projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba contribuiu, ou contribui, com o processo de ensino-aprendizagem?			
Índice de frequência	Conceito para as respostas	Indicador de frequência	Respostas obtidas
1º	Teoria e prática	3	1 - <i>Trabalha teoria e prática.</i>
			2 - <i>Contribui acentuadamente na aprendizagem científica dos alunos participantes.</i>
			3 - <i>Importante para a prática dos assuntos vistos em sala.</i>
2º	Ideia de teoria e prática da extensão	2	1 - <i>Pois a teoria e a pratica vivenciada em sala de aula podem ser levadas a pessoas leigas e os alunos são instigados a apresentar seus conhecimentos fora da instituição.</i>
			2 - <i>Pois envolve toda a comunidade acadêmica e expõe o IFPI para a sociedade, oportunizando aos discentes práticas de extensão.</i>
3º	Teoria, prática e formação	1	1 - <i>Forma profissionais com habilidades de planejamento e execução.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Aqui os(as) professores(as) comentam o aprendizado oriundo de atividades realizadas no IFPI na Praça a partir da teoria e prática, associando o que os alunos aprenderam em sala de aula com a ida a campo interagindo com não participantes da instituição.

A palavra prática é bem mencionada (em quatro das seis respostas, sendo que, em outra, “execução” pode ser considerada seu sinônimo). Isso indica que o evento, de acordo com o observado, tem oportunizado a ação, o movimento, o fazer, a partir da cognição, como forma de aprendizado.

Contribuição acentuada de aprendizagem científica e formação de profissionais com habilidades de planejamento e execução são apresentados como proporcionados pelo evento, o que denota muita credibilidade dos(as) respondentes a ele.

Notamos que as respostas se voltam de alguma maneira tendo como maior foco o aluno, deixando de lado a aprendizagem também do(a) professor(a). Embora o(a) docente tenha em sua profissão por excelência o ato de ensinar, ele é um ser em constante aperfeiçoamento, não diferente dos estudantes. A pergunta tratava de ensino-aprendizagem, não especificamente dos discentes. Talvez os(as) respondentes estejam priorizando os conhecimentos adquiridos no IFPI na Praça apenas para os alunos, deixando em segundo plano aqueles que também adquirem ali.

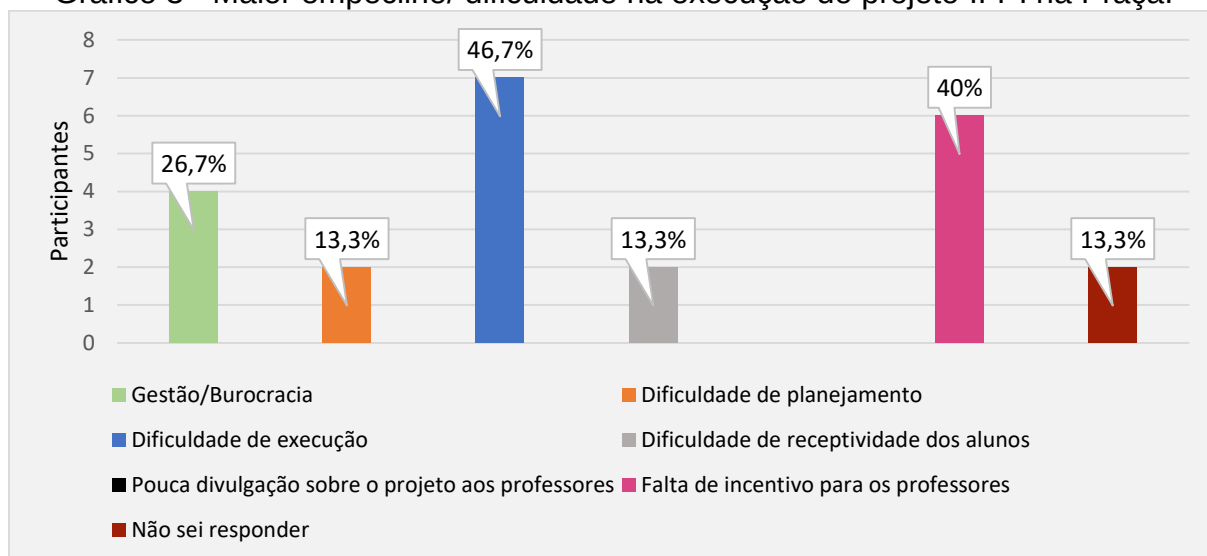
Ainda surgiu a ideia de prática de Extensão, como apresentado nas respostas da subcategoria “Ideia de teoria e prática da extensão”. Entretanto, segundo a Freire (2022), levar teoria e prática vivenciada em sala de aula “a pessoas leigas” se configura como atividades de extensão em sentido negativo, daquele que apenas entrega seus conhecimentos para que outros os recebam passivamente. Usamos a palavra “ideia” justamente por entendermos, segundo a teoria já apresentada neste trabalho, que Extensão é bem mais que isso.

Ela precisa ser Extensão no sentido de comunicação, não aquela assistencialista, de apenas levar algo a alguém, de doar. “O que caracteriza a comunicação enquanto esse comunicar comunicando-se é que ela é diálogo” (Freire, 2022). Mas, entendemos também que o ato de envolver toda uma comunidade acadêmica e expor a instituição indo a campo, como traz a resposta 2 da mesma subcategoria em discussão, cria uma excelente oportunidade de prática extensionista.

Inferimos, embora não tenha sido o objetivo inicial da pergunta e discussão das respostas, que a Extensão poderia ser objeto de maiores estudos e debates entre os(as) professores(as).

A pergunta número 5 (“Em sua opinião, qual o maior empecilho/dificuldade na execução do projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba?”) nos gerou os dados mostrados no Gráfico 3, a respeito do qual discutiremos a seguir.

Gráfico 3 - Maior empecilho/ dificuldade na execução do projeto IFPI na Praça.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O gráfico, gerado a partir de respostas que poderiam ser marcadas em mais de uma alternativa, mostra que as maiores dificuldades para a realização do IFPI na Praça são dificuldade de execução (46,7%), falta de incentivo para os professores (40%) e gestão burocrática (26,7%). Todas as três respostas envolvem ter espaço de tempo, de lugar e material, bem como organização para que sejam realizadas atividades com mais facilidade.

Esses empecilhos listados pelos(as) respondentes podem estar sendo gerados pela falta do que Freire (2022) apresenta como imprescindível: a comunicação na troca de saberes considerando as particularidades do ser humano. Um evento como o IFPI na Praça envolve muitas pessoas entre docentes, coordenadores, gestores, alunos e outros servidores da instituição. Observar as necessidades de cada um na elaboração de uma atividade como essa é algo bastante trabalhoso, ainda mais por ser fora do *Campus*, envolvendo a comunidade, mas é necessário.

Ainda há, segundo Jacon (2017), a empatia entre os envolvidos, pois nas relações sociais, principalmente em momentos e ambientes de aprendizado, há negociações, e nisso estão presentes afetividade, amizade, respeito e considerações, o que leva a engajamentos ou não. Esses fatores também devem ser considerados como incentivo para o planejamento e realização do evento.

Instituições como um todo devem seguir certos caminhos e regras formais que as permitem agir na legalidade e organização. Quando atividades e práticas de seus servidores encontram ambientes externos como campo de ação, ainda mais levando

em consideração o cuidado com estudantes que estão sob sua responsabilidade, os cuidados devem ser redobrados.

O IFPI na Praça é formado por etapas até sua execução, o que demanda tempo e burocracias a serem cumpridas⁴². Essas os(as) professores identificam como uma das principais dificuldade, o que talvez possa ser resolvido, novamente, com comunicação e negociações entre os envolvidos. Ainda há a questão da necessidade de se criar os projetos a serem apresentados (escritos e inseridos no SUAP), esses mesmos que analisamos os encontrados nos repositórios já tratados na seção “Os registros: a análise e a discussão”.

Nessa direção, 13,3% dos participantes relataram dificuldade de planejamento como o principal empecilho para a execução do IFPI na Praça. Pensamos, então, que são necessárias capacitações que cumpram o papel de minimizar esse problema. Talvez os(as) professores(as) mais experientes neste quesito possam, dentro de sua carga horária de trabalho, ajudar os demais.

A dificuldade de receptividade dos alunos também foi mencionada nas respostas (13,3%). Fica a dúvida sobre se eles estão sendo motivados com precedência para eventos que levem conhecimentos para a comunidade em interação com ela, como o IFPI na Praça. Talvez essa seja uma lacuna a ser observada para que haja maior engajamento dos estudantes e menores dificuldades por parte dos(as) docentes.

Com a questão de número 6 objetivamos saber se após a execução do IFPI na Praça houve ou ainda haveria algum retorno para a prática pedagógica dos professores em sala de aula. A pergunta apresentava apenas duas opções, sim ou

⁴² Os trechos de fala (com cortes nossos) do Entrevistado 2 tratam em parte da organização interna e externa do IFPI na Praça. **Interna** - “Primeiro existe a reunião com coordenadores e com professores também [...] Nessas reuniões, se discute o que vai ser feito, como vai ser feito e a avaliação que os alunos vão ter [...] Então nós colocamos essa avaliação como uma prova mensal, uma das duas notas do bimestre. [...] A nota mensal do aluno é dividida em três notas: a primeira é do professor coordenador [...] A outra parte da nota é uma banca examinador externa, que no dia da apresentação, lá no IFPI na Praça, que é a culminância do projeto, eles vão ter que explicar para essa banca examinadora o que é a pesquisa [...] E a terceira nota é a nota do professor da disciplina”. **Externa** – “Então: faz o ofício para o secretário de infraestrutura [...] Além disso, nós temos que ir na Equatorial, solicitando um ponto de energia para aquele dia. Então você vai para a Equatorial com autorização da prefeitura, paga uma taxa que varia...53 reais...não é uma taxa cara, mas é um recurso a mais que tem que utilizar. E aí, um dia, antes do evento, a Equatorial vai no local que é a Praça da Graça, que a gente faz o evento, e coloca o ponto de energia”. Cabe destacar que, como resultado das atividades externas do IFPI na Praça, os contratos da instituição com empresas terceirizadas, que eram voltadas apenas para ambientes internos do *Campus*, passaram a abranger também ambientes externos, como as praças onde o evento ocorresse.

não, sendo que se o(a) participante respondesse com a afirmação, era convidado a justificar.

Pelas respostas organizamos sua análise em quatro subcategorias: “Trabalho em equipe”, “Diálogo e comunicação”, “Aprendizado” e, por fim, “Negativa”, como observado no Quadro 6 a seguir.

Quadro 6 – Contribuição para a prática pedagógica do professor após o IFPI na Praça.

O(a) Sr(a) acredita que após a execução do projeto IFPI na Praça houve ou haverá algum retorno para a sua prática pedagógica em sala de aula?			
Índice de frequência	Conceito para as respostas	Indicador de frequência	Respostas obtidas
1º	Diálogo	3	1 - Os alunos tiveram oportunidade de se apresentar ao público. Colocar em prática os conhecimentos.
			2 - Espaço para discutir desafios encontrados.
			3 - Podemos observar as dificuldades encontradas pelos alunos no momento da prática respectiva e tentar minimizá-la dentro de sala de aula.
2º	Trabalho em equipe e interdisciplinar	2	1 - Há melhoria nas atividades dos discentes em equipes.
			2 - Projetos de ensino ou projetos integradores podem ser realizados visando a temática do IFPI na Praça.
	Negativa	2	1 - Creio que não interfere. 2 - Não executei nenhum projeto.
3º	Aprendizado	1	1 - Melhora no aprendizado científico dos alunos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Todos os participantes opinaram, mas apenas oito dos doze que responderam “sim” disseram o porquê.

A primeira subcategoria que nos surgiu, “Diálogo”, mostra que no momento de realização do IFPI na Praça os estudantes tiveram oportunidade para se apresentar

ao público, e logo após os(as) professores(as) discutiram juntamente com eles desafios encontrados na busca de tentar sanar os problemas encontrados. Se a participação deles no evento se restringisse apenas ao expor, sem uma conversa em seguida acerca dos acontecimentos, a participação do(a) docente nas instruções prévias seria apenas uma prática docente mecânica, como diz Franco (2016).

A prática pedagógica, de acordo com Jacon (2017), carrega negociações e empatias entre os envolvidos. Isso só pode ocorrer por meio de diálogo, antes, durante e depois de atividades como, por exemplo, um evento levado à comunidade externa de uma instituição, onde os estudantes, a maioria sem experiência de comunicação ao público, precisa de ajuda.

O tentar minimizar, dentro da sala de aula, os problemas encontrados durante as apresentações ocorridas no IFPI na Praça, como trazido pela resposta 3 desta categoria, significa bastantes exposições de ideia, opiniões, memórias, suposições e negociações para se alcançar o fim almejado. É uma busca pela concretização de expectativas educacionais (Franco, 2016). Vemos que o projeto pode, segundo as respostas obtidas, melhorar a comunicação entre os envolvidos nas práticas pedagógicas do(a) professor(a).

A subcategoria “Trabalho em equipe e interdisciplinar”, mostra que os respondentes não discorreram especificamente sobre como sua prática pode ser melhorada a partir do evento, mas nos dá dicas de uma das formas pela qual eles saem do isolamento de sua disciplina. Atividades em equipe e Projetos Integradores, por exemplo, demandam do(a) docente tato ao organizar alunos em grupos e ao associar-se com outros(as) professores(as) em investigações e soluções para problemas.

Uma vez que a diversidade de teorias sobre práticas pedagógicas não deu um caminho pronto a seguir, e nem poderia dar devido à gama de complexidades nas relações sociais, dos contextos e intencionalidades (Jacon, 2017), trabalhos em equipe e interdisciplinares ajudam tanto o(a) aluno(a) quanto o(a) professor nas socializações do ato de ensino-aprendizagem.

Quanto a subcategoria “Negativa” mostra que um(a) dos(as) professores(as) não executou nenhum projeto. Isso pode indicar que ele participou do evento, mas pensou que só poderia opinar acaso tivesse realizado algum projeto no evento. Entendemos que o simples fato de estar presente e observar as apresentações e interações com a comunidade, as formas como são expostos os trabalhos e a reação

dos envolvidos já contribui muito para a prática pedagógica do(a) docente do *Campus* que quiser incluir seus alunos em atividades de grupo como o IFPI na Praça. Outro(a) dos professores(as) disse que o evento não interfere em sua prática pedagógica.

E ainda a última subcategoria traz “Melhora no aprendizado científico dos alunos” como resposta. Mais uma vez o(a) respondente não fala especificamente de como o IFPI na Praça lhe trouxe, ou trará, algum retorno para sua prática pedagógica em sala de aula.

As respostas para essa pergunta nos mostraram tanto ações realizadas, quanto aquelas que ainda podem ocorrer a partir do evento, levando para dentro da sala de aula práticas pedagógicas de interação em grupo, comunicação, socialização, inclusive interdisciplinares. Nessas práticas e em suas possibilidades de resultados, vemos a perspectiva do que Ramos (2014) chama de formação humana integral, ou seja, aquela que tem por base, dentre outras, a ciência, a cultura e a tecnologia no processo educativo para o pleno desenvolvimento do educando.

A questão de número 7 tinha por objetivo saber qual indicação o participante do questionário daria para melhorar o projeto IFPI na Praça. O resumo das respostas está contido no Quadro 7.

Quadro 7 – Indicação para melhoria do projeto IFPI na Praça.

(continua)

Qual sugestão o(a) Sr(a) daria para melhorar o projeto IFPI na Praça?			
Índice de frequência	Conceito para as respostas	Indicador de frequência	Respostas obtidas
1º	Organização	4	1- <i>Cobrar dos docentes mais engajamento.</i>
			2 - <i>Alinhar o modelo de apresentação e apresentar previamente aos avaliadores os projetos escritos.</i>
			3 - <i>Mais projetos dos discentes.</i>
			4 - <i>Mais tempo para os professores pensarem os</i>

			<i>projetos. Ter uma semana específica, por exemplo.</i>
--	--	--	--

(conclusão)

Qual sugestão o(a) Sr(a) daria para melhorar o projeto IFPI na Praça?			
Índice de frequência	Conceito para as respostas	Indicador de frequência	Respostas obtidas
	Divulgação	4	1 - <i>Aprimorar a Divulgação; Aprimorar a Logística.</i> 2 - <i>Ampliar ainda mais a divulgação e convidar alunos de outras escolas.</i> 3 - <i>Talvez uma feira de ciências voltada para os alunos de escolas públicas do ensino fundamental seria mais interessante para despertar o interesse de novos alunos para o campus e exige menos logística. Esses alunos iriam ser buscados pelo ônibus do IFPI. Já foi feito isso antigamente.</i> 4 - <i>Parceria com redes de comunicação, outras escolas e empresas.</i>
2º	Recursos financeiros	3	1 - <i>Que o evento se torne evento institucional com orçamento previsto de um ano para outro, garantindo continuidade.</i> 2 - <i>Ampliar a captação de recursos para ampliar a capacidade logística.</i> 3 - <i>Acredito que seria aplicação de recursos financeiro no evento.</i>
3º	Contentamento	1	1 - <i>Não vejo formas de melhorar.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As respostas nos geraram as subcategorias: “Organização”, “Divulgação”, “Recursos financeiros” e “Contentamento”, como observado no quadro acima. Sobre organização, os participantes apontaram que a participação dos(as) professores(as) e dos(as) alunos(as) por meio de mais engajamentos seria uma das melhorias. A

questão tempo também foi apontada, incluindo nisso a entrega dos projetos para que os avaliadores o lessem previamente⁴³.

Maior disponibilidade de tempo para os(as) professores(as) organizarem as atividades a serem apresentadas, entrega dos projetos com antecedência para os avaliadores lerem e alinhamento de modelo de apresentação, como indicado pelas respostas dessa categoria, são formas de burocracia que podem facilitar o trabalho dos que participam do evento. Infere-se que quando os docentes dão ideias para a melhoria do evento indica que eles se importam com a realização dele, há nisso uma preocupação para que ocorra da melhor forma.

A segunda subcategoria, “Divulgação”, nos trouxe um dado interessante: os(as) respondentes indicaram a ideia de divulgação para outras escolas, como podemos ver na resposta 3 desta subcategoria: *“Talvez uma feira de ciências voltada para os alunos de escolas públicas do ensino fundamental seria mais interessante para despertar o interesse de novos alunos para o campus...”*. Mais duas das quatro respostas citaram outras escolas como possibilidade de envolvimento de outros alunos. Ficou claro neste ponto o interesse em captar novos estudantes para o *Campus*.

Ainda temos como emergente a subcategoria “Recursos financeiros”. Entendemos que o IFPI na Praça, por ter se tornado uma ação já própria da instituição e de realização periódica, tem, segundo os(as) participantes da pesquisa, a necessidade de recursos para ele. Isso se comprova pela primeira resposta obtida: *“Que o evento se torne evento institucional com orçamento previsto de um ano para outro, garantindo continuidade”*.

Além da ideia de recursos, a garantia de continuidade mencionada demonstra que o(a) professor(a) aprova o evento, ainda dando a ideia de que ele se torne institucional. A institucionalização do evento denota que ele seja parte do *Campus*, como exigência, possivelmente, prescrita no seu projeto político pedagógico ou em outra normativa.

A resposta que forma a terceira subcategoria, que chamamos de “Contentamento”, trouxe-nos as dúvidas de o participante da pesquisa ou estar

⁴³ Ao discutirmos a questão 5, que tratou dos maiores empecilhos para a realização do IFPI na Praça, o terceiro maior número de respostas foi gestão burocrática. Expusemos um trecho de fala de uma das participantes da entrevista, em nota de rodapé, que explica como funciona a avaliação das apresentações no dia do evento.

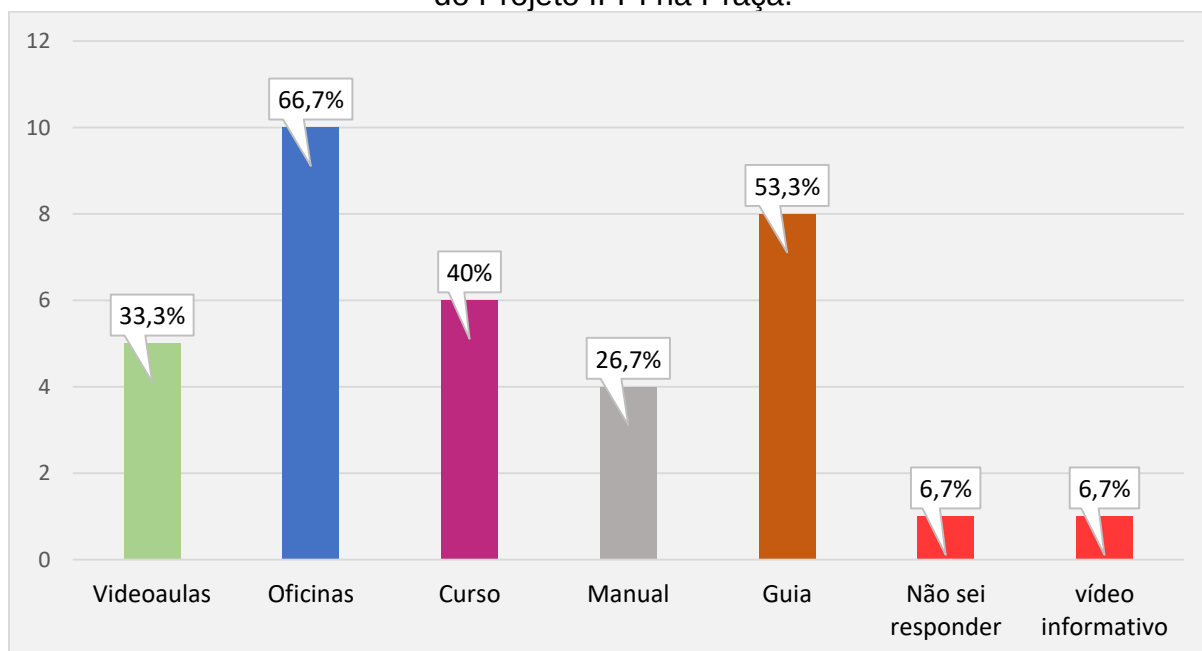
satisfeito com o evento a ponto de dizer que esse não precisa de melhorias, ou de achar negativamente que ele não tem como ser melhorado, ou simplesmente não pensou acerca do quesito.

Cabe destacar que as respostas 1 e 3 da subcategoria “Divulgação” e a resposta 2 da subcategoria “Recursos financeiros” formam uma interseção: apontam a melhoria na logística como um dos pontos a serem feitos no IFPI na Praça para seu aperfeiçoamento.

As opiniões obtidas não se restringiram a informar o que poderia ser acrescentado no evento para o melhor, mas também nos indicaram possíveis engajamentos dos(as) participantes e aprovação do evento por parte deles(as).

A pergunta número 8 (“Em sua opinião, que tipo de material informativo/instrucional o(a) Sr(a) consideraria utilizar como auxiliar no processo de planejamento e execução do projeto IFPI na Praça que contribua com sua prática pedagógica?”) nos gerou os dados apresentados no Gráfico 4, sobre o qual discutimos agora.

Gráfico 4 – Material informativo/instrucional que utilizaria no planejamento-execução do Projeto IFPI na Praça.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Primeiramente cabe ressaltar que poderiam ser dadas mais de uma sugestão pelos respondentes. As propostas que mais se destacaram acerca de material didático/instrucional dadas pelos(as) participantes da pesquisa como possíveis

auxiliares no planejamento e execução do IFPI na Praça foram oficina, guia e curso. Entende-se que toda prática pedagógica precisa ter planejamento, não se ensina por acaso e nem de qualquer maneira, são necessários passos a serem seguidos. Pelas respostas obtidas, os(as) professores(as) demonstram interesse em obter instrumentos que os ajudem nesse processo, considerando que é para uma atividade em específico.

No ensino-aprendizagem que ocorre com um evento como o IFPI na Praça é necessário, como diz Franco (2016), considerar as teorias abordadas, as intencionalidades, o público, os recursos, as estratégias, dentre outros pontos importantes que levem ao alcance dos objetivos pretendidos. É natural que diante disso tudo os(as) participantes/organizadores(as) sintam a necessidade de um instrumento que os auxiliem.

Oficinas e cursos – principalmente o primeiro deles, o mais citado – são atividades de ensino que agem na prática. Demonstram, pois, os(as) respondentes que têm interesse de estarem munidos de teoria e de experiência para criação e execução das atividades no evento. Os guias são orientadores curtos que dão uma direção de por onde se deve seguir para o alcance de objetivos. Para profissionais que estão envolvidos em muitas demandas também são ótima opção.

Manuais e vídeoaulas também foram citados, mas em menor número. Esses não têm a mesma ação prática que os anteriormente citados, embora também sejam instrutivos. Concordamos, com Vázquez (2011), que o fim da atividade prática é a transformação real e objetiva para o alcance de uma nova realidade. Oficinas, diferentemente dos manuais e vídeoaulas, têm maiores chances de trazer essa transformação de aprendizado, pois agem diretamente com o fazer e não apenas assistir/ler, daí talvez o interesse maior dos(as) respondentes por esse material.

Esse aprendizado pode ser levado para a sala de aula e auxiliar o(a) professor(a) durante sua prática pedagógica com os alunos. Sendo o material criado visando o IFPI na Praça, como proposto pela pergunta, as aulas voltadas para o evento já contariam com suporte direcionado especificamente para ele.

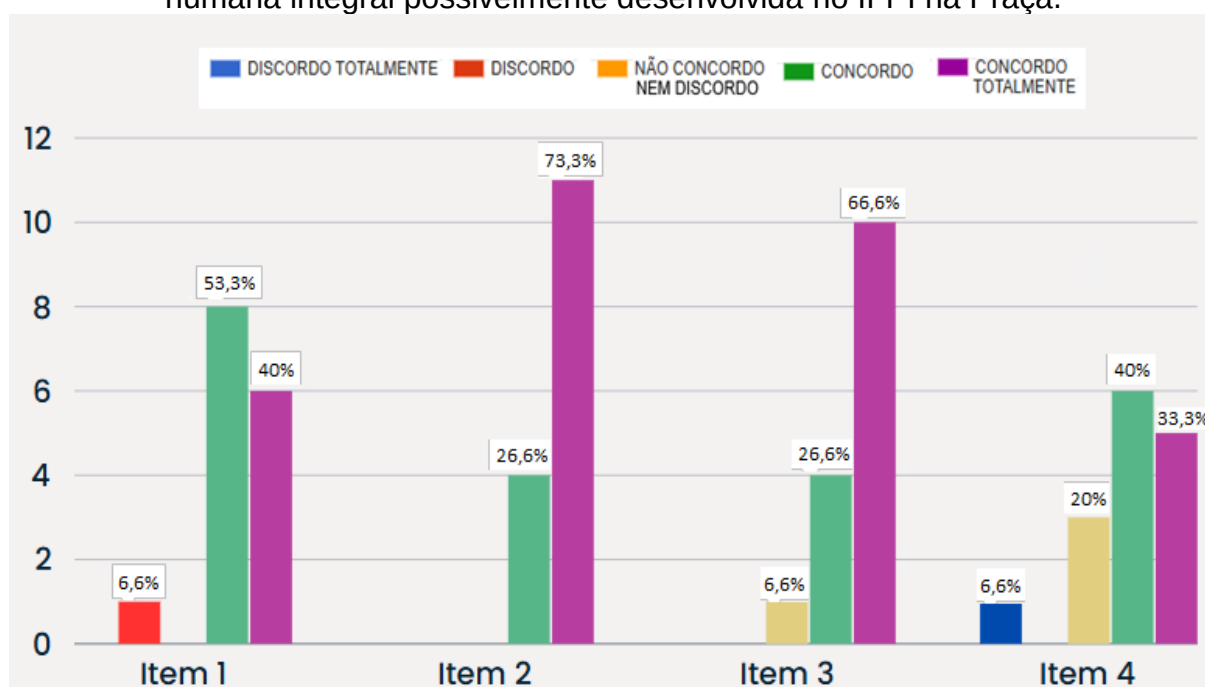
Deixamos espaço nas opções para que os(as) convidados(as) dessem ideias de outro material não contido na lista previamente estabelecida. Somente dois professores(as) responderam essa parte: um com “vídeo informativo” e outro com “não sei responder”.

4.2.4 Formação Humana Integral

O objetivo desta categoria foi apresentar as respostas dos(as) participantes(as) quanto a temas relacionados com a formação humana integral por meio de possíveis ações do IFPI na Praça que promovam ação interdisciplinar, transformação social, interação entre Ciência, Cultura e Tecnologia rumo a essa formação.

A questão 9 foi construída objetivando conhecer o nível de concordância dos(as) docentes em relação às assertivas: item 1 - O projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI – Campus Parnaíba, é um exemplo de atividade que leva à formação humana integral; item 2 - Há uma interação entre Ciência, Cultura e Tecnologia por meio do projeto IFPI na Praça; item 3 - O projeto IFPI na Praça promove a interdisciplinaridade entre os professores do Campus; e item 4 - O projeto IFPI na Praça promove a transformação social dos estudantes e da comunidade externa. As colunas em azul, vermelho, amarelo, verde e roxo referem-se, respectivamente, às opções de resposta “discordo totalmente”, “discordo”, “não concordo nem discordo”, “concordo” e “concordo totalmente”, como referidas na legenda do Gráfico 5.

Gráfico 5 – Opinião dos participantes sobre aspectos relacionados à formação humana integral possivelmente desenvolvida no IFPI na Praça.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Para o primeiro item (O projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI – Campus Parnaíba, é um exemplo de atividade que leva à formação humana integral) a maioria (53,3%) dos(as) participantes afirma que concorda, sendo seguido por “concordo totalmente”, 40% deles(as). 6,6% dos(as) docentes optaram por discordar.

Ao relacionarmos essas respostas com as dadas para a segunda assertiva (Há uma interação entre Ciência, Cultura e Tecnologia por meio do projeto IFPI na Praça) vemos que os(as) professores(as) apresentam maior certeza ainda quanto ao evento estar proporcionando formação humana integral. A maior parte, 73,3%, disse concordar totalmente com a interação ciência cultura e tecnologia ofertada no evento. Outros 26,6% marcaram que concordam.

Levamos em consideração, de acordo com Moura (2014), que formação humana integral é aquela que desenvolve o ser em seus amplos aspectos, correlacionando Ciência, Tecnologia e Cultura. Percebemos, pelas respostas dadas, que os participantes não têm a menor dúvida quanto ao evento realizar essa formação.

Para a assertiva 3 (O projeto IFPI na Praça promove a interdisciplinaridade entre os professores do Campus), novamente obtivemos resposta “concordo totalmente” como a maioria, 66,6%, seguidas por 26,6% que concordam.

A assertiva 4 (O projeto IFPI na Praça promove a transformação social dos estudantes e da comunidade externa) traz o número de 40% das respostas para “concordo” e 33,3% para “concordo totalmente”. 20% marcaram “nem discordo nem concordo” e 6,6% afirmaram discordar totalmente.

Uma Educação que busca abranger aspectos ético-políticos transformadores, com perspectivas de totalidade na forma de buscar o conhecimento da realidade circundante, como aborda Peres (2020) a respeito de Formação Humana Integral, não pode deixar de lado a transformação social dos estudantes e da comunidade para a qual serve. Isso pode ser alcançado pela integração Ciência, Tecnologia e Cultura que os respondentes do questionário afirmam ver no projeto IFPI na Praça.

4.2.5 História, memória e identidade.

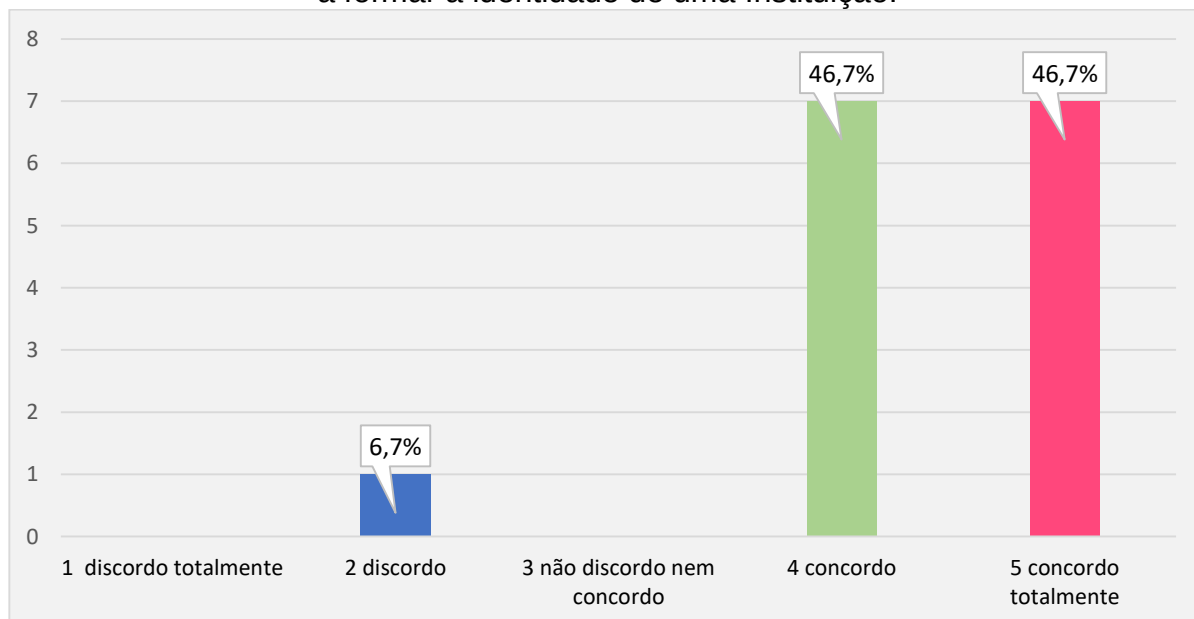
Esta categoria está constituída pelas seguintes proposições (questões 10, 11 e 12) para concordância ou não dos(as) respondentes: “O registro histórico de atividades realizadas por grupos ajuda a formar a identidade da instituição a qual

fazem parte”, “Atividades realizadas por instituições de ensino contribuem para a formação da identidade individual das pessoas que fazem parte dessas instituições”, e “As memórias daqueles que realizam atividades ligadas a uma instituição servem de registro histórico importante tanto para a instituição quanto para os participantes dela”.

Com as respostas objetivamos conhecer qual a opinião dos(as) participantes sobre a formação da identidade pessoal e institucional a partir de ações, memórias e registros históricos de atividades realizadas. As questões que formam esta categoria foram construídas na estrutura escalar linear, onde as respostas deveriam ser dadas a nível de concordância, que variavam de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

A questão de número 10 (O registro histórico de atividades realizadas por grupos ajuda a formar a identidade da Instituição a qual fazem parte.) nos gerou as respostas que apresentamos no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Nível de concordância sobre o registro de atividades de um grupo ajudar a formar a identidade de uma Instituição.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Dos quinze respondentes, somente um disse discordar que o registro histórico de um grupo ajuda a formar a identidade da instituição da qual esse grupo faz parte. Os outros 90% ou disseram que concordam ou concordam totalmente. Há nítida percepção de que os(as) professores têm boa ideia da importância dos registros para a identidade do seu ambiente de trabalho.

Fazendo correlação dessas respostas com as dadas para a pergunta dois do questionário (“Quantos projetos IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba, o(a) Sr(a) cadastrou no Sistema Unificado da Administração Pública - SUAP/IFPI?”), já discutida anteriormente, vemos que a concordância desses profissionais se faz verdadeira pela ação de registrar seus projetos no SUAP – a maior parte deles fez isso, 53%.

Manuais, vídeos, fotografias, desenhos, esculturas, composições relacionadas a ações de uma instituição não apenas registram fatos, mas podem ser influenciadores de ações presentes e futuras dela. Tomemos como exemplo outro tipo de documento: o Projeto Político Pedagógico de uma escola, ou o PDI do IFPI. Esses são normas que regem planejamentos e ações de funcionários. Deliberações de conselhos e atas de reuniões com coordenadores(as), gestores(as) e professores(as), projetos e relatórios guardados em repositórios, quando revisitados, mostram como é a dinâmica daquele lugar e servem como modelo para novas ações. Uma mudança de atitude brusca sobre o histórico de ações anteriores registradas causa estranhamento e até aversões.

Esse tipo de registro guarda e produz a memória institucional (Santos e Valentim, 2021). A legitimidade é provada com ações, que são mostradas na história e nas memórias. Essas, por sua vez, sendo registradas, ao serem analisadas, além de revelarem, ajudam a criar a identidade de um grupo e de uma Instituição. Evangelista (2012) diz que um material como esse mostra valores, tendências, recomendações, e mais ainda, que são constituintes do, e constituídos pelo, momento histórico.

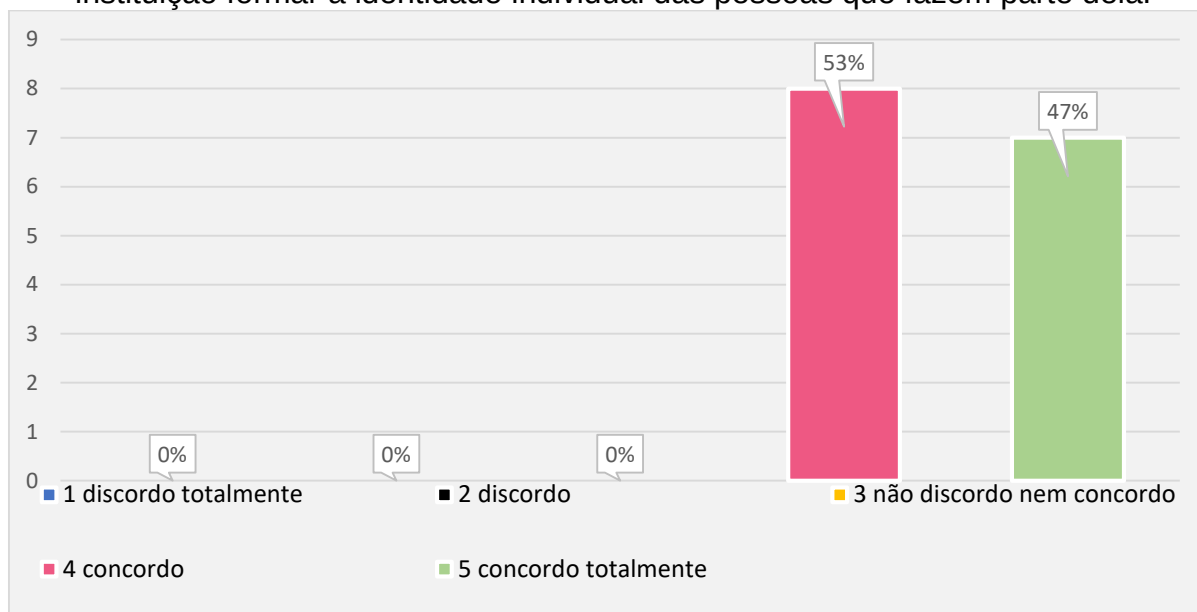
Os(as) docentes demonstram ter noção dessa importância pelas respostas dadas. Sendo dessa maneira, surgiu-nos um questionamento: se os professores, em sua maioria, têm certeza da necessidade dos registros históricos como importantes para a formação da identidade da instituição da qual fazem parte, e mesmo a maioria deles tendo respondido que os fazem no SUAP, por que há lacunas de registros sobre o IFPI na Praça em suas edições realizadas? Um estudo sobre a forma de registros das atividades do IFPI - *Campus Parnaíba* poderá trazer respostas.

Se há uma certa influência dos registros históricos de atividades de um grupo sobre a identidade de uma instituição, como discutido nas respostas anteriores, buscamos com a questão a seguir conhecer o nível de concordância, ou não, dos

participantes acerca de atividades de uma instituição ter influência sobre a identidade individual daqueles que fazem parte dela.

O Gráfico 7 nos mostra os dados gerados pelas respostas para essa questão.

Gráfico 7 - Nível de concordância sobre o registro de atividades realizadas por uma instituição formar a identidade individual das pessoas que fazem parte dela.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O gráfico mostra que só obtivemos duas respostas dos quinze participantes: concordo (53%) e concordo totalmente (47%). Eles entendem que suas identidades são influenciadas por atividades desenvolvidas pela instituição da qual fazem parte.

Sendo assim, o Projeto IFPI na Praça, evento desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, instituição que tem por base teórica um ensino que seja de formação integral do ser humano, em todas as suas dimensões, pelo que os(as) professores(as) responderam, tem sobre suas identidades essa concepção de formação.

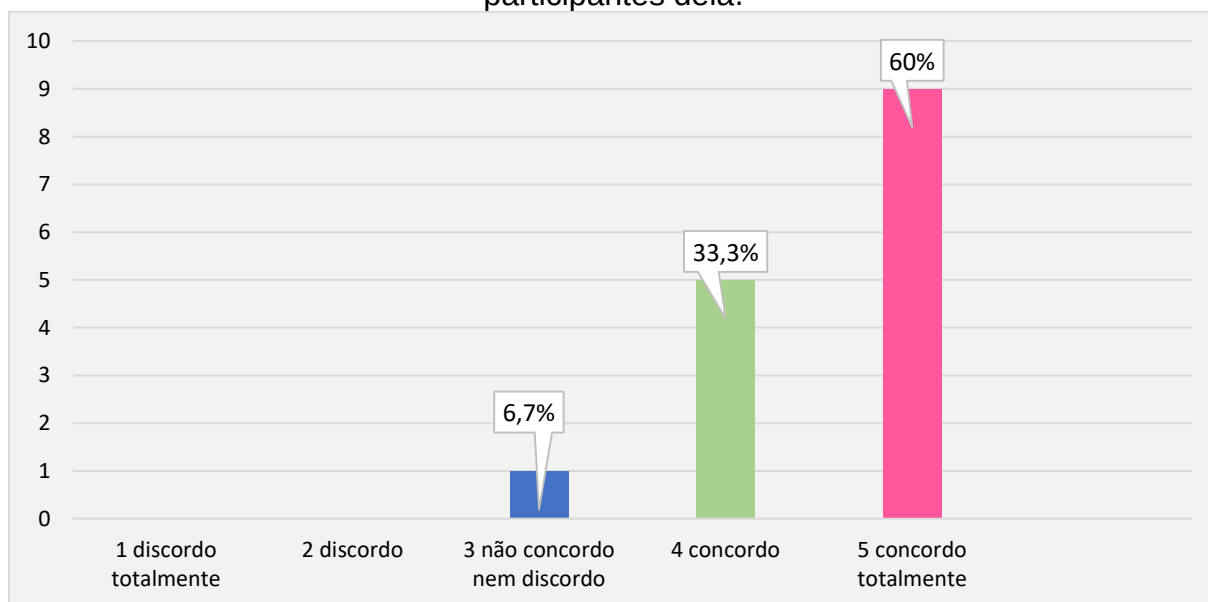
Aqui focamos a identidade da Instituição, de suas atividades como legítimas dela, a tal ponto de terem “força” sobre a identidade pessoal de cada um que nela está inserido. Como traz Santos (2021), o indivíduo pode ser sujeito, mas também é objeto da memória, as instituições são sistemas sociais, e a memória deve ser analisada como fenômeno social. Para Ricœur (2007), consciência e memória são uma única e mesma coisa, logo há influência do ambiente e suas atividades sobre seus membros. Os(as) professores(as), pelas respostas dadas, demonstram certeza disso.

A Instituição como sistema social é formada por um corpo de pessoas e suas atividades deixam um rastro de memórias de acontecimentos que afetaram as pessoas envolvidas (Ricceur, 2007). Essas são memórias coletivas, que estimulam, recordam, incentivam e até mesmo definem, em certa medida, as características tanto do grupo quanto de cada membro constituinte dele.

Dessa maneira, podemos dizer que o IFPI na Praça, como já sendo uma parte ou ação do *Campus* de Parnaíba, de muita interação entre professores, alunos e comunidade, multidisciplinar, interdisciplinar, de divulgação e comunicação de saberes, contribui, pela teoria vista e as respostas dadas, tanto para ações das pessoas que nele estão envolvidas – tal qual discutidas nas respostas da categoria Prática Pedagógica acima - como para as individualidades delas.

A questão de número 12, terceira desta categoria (As memórias daqueles que realizam atividades ligadas a uma instituição servem de registro histórico importante tanto para a Instituição quanto para os participantes dela) nos trouxe as informações que apresentamos no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Memórias como registros históricos para a instituição e para os participantes dela.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Pelo observado no gráfico, somente um dos(as) participantes se mostrou neutro quanto à afirmativa proposta. 33% concordaram que sim, que as memórias daqueles ligados a atividades de uma instituição tanto servem de registros históricos

para a instituição quanto para si mesmos. A maioria, 60%, disse que concorda totalmente com isso.

Como já discutido anteriormente, a memória tem tanto a ver com o indivíduo quanto com o grupo, o lugar. Há uma reciprocidade de influências entre elas. E o testemunho de cada um que esteve presente em eventos, como no IFPI na Praça, por exemplo, são, pelas próprias respostas obtidas com os(as) professores(as), importantes para o registro histórico da instituição que o realiza, bem como para as pessoas que dele fizeram parte.

Rossi (2010) diz que as memórias têm a ver com o passado e com a identidade. Assim, elas servem como material indispensável de registros de fatos, eventos, exposição de características, de individualidades, de grupos, institucionalizados ou não.

Quando se busca na memória das pessoas aquilo que elas têm de pessoal, suas experiências, são encontradas narrações com olhar subjetivo sobre os acontecimentos (Benjamin, 1994). Mas, para além disso, também são expostas percepções do mundo que as rodeia, momentos históricos (Pinto, 2013). O contar, o narrar, o relatar, qualquer que seja a denominação dada, tem nas memórias fértil campo de pesquisa que ajudam a conhecer mais sobre pessoas e instituições.

Quando mais de 90% dos pesquisados afirmam essa importância, entendemos o valor que dão para si, o que trazem em suas lembranças, suas vivências, e as dos outros. Coaduna com isso Le Goff (2013) ao falar das memórias como elemento essencial da identidade tanto individual quanto coletiva.

Se a identidade tanto é revelada pelas memórias como é fruto delas (Candau, 2021), então aquelas vindas de atividades realizadas por servidores em um determinado tempo, com certa frequência, mostra a identidade deles e da instituição da qual são provenientes.

Inferimos que essa certeza dada pelas respostas dá espaço para trabalhos que valorizam a memória individual e coletiva dos professores do IFPI – *Campus* Parnaíba. Podem ser trabalhados temas voltados para a história da Instituição, de eventos, como o aqui abordado, projetos individuais, interdisciplinares, dentre outros, sem, teoricamente, dificuldade de acesso a informações vindas dos(as) professores(as), pela importância que demonstram ter suas memórias como fonte de registros.

As afirmações contidas nesta categoria nos apresentaram as informações trazidas pelos(as) docentes confirmando que as atividades de uma instituição de

ensino ajudam na formação da identidade individual de seus servidores. Dialeticamente, os registros de atividades desses servidores ajudam a formar a identidade da instituição. Nesse processo, segundo as respostas obtidas, as memórias dos envolvidos são fontes importantes de registros históricos para ambos.

Pelo obtido no questionário, através das respostas dos(as) participantes, pudemos conhecer mais sobre a opinião deles acerca do IFPI na Praça, sua participação no evento, a importância dada aos seus registros, às suas memórias e o quanto ele influencia sua identidade e a da instituição. Apontamos quais práticas pedagógicas os(as) professores(as) mais têm tido rumo à formação humana integral com o evento.

Acerca dessas práticas podemos listar: (a) diálogo em sala de aula após o evento para sanar problemas; (b) trabalhos em equipe e interdisciplinares, como aprendizagem ativa; (c) aprendizagem baseada em projetos; (d) aprendizagem colaborativa, (e) estudo de caso, e (f) participação como avaliadores de projetos no momento das apresentações. Ainda foram mencionadas integração de conteúdos de curso, relacionando-os com o tema do IFPI na Praça, ações com os projetos integradores e atividades específicas de determinadas áreas, como atividades metodológicas sobre prática de vendas, empreendedorismo social, habilidades de organização, atendimento ao público e planejamento e execução de metas.

Essa análise nos permitiu alcançar nosso terceiro objetivo específico “Apontar quais práticas os professores do IFPI – *Campus Parnaíba* têm tido com a realização do IFPI na Praça rumo à formação humana integral”.

Passamos, a seguir, à análise das respostas obtidas com as entrevistas.

4.2.6 Das Entrevistas

A segunda etapa da pesquisa envolvendo diretamente pessoas foi a realização de entrevista semiestruturada. Nesse momento contribuíram com nosso trabalho sete profissionais dentre coordenadores e gestores.

Por ter a vantagem de reconstrução dos eventos, de observação das características dos participantes e dos conhecimentos de suas experiências internas (Gil, 2021), a entrevista se mostrou a melhor escolha para o levantamento de dados com o grupo pequeno de pessoas que nos ajudaram com suas memórias e conhecimentos. Para Szymanski *et al.* (2018) a entrevista é fundamentalmente uma

situação em que estão em jogo percepções, expectativas, sentimentos e interpretações dos envolvidos.

A partir dos dados gerados pelo uso desse instrumento, passamos à análise do material obtido, sistematizando esta seção pela discussão das falas dos entrevistados sobre cada pergunta que compôs o roteiro da entrevista. As leituras, comparações, associações e analogias das respostas nos geraram categorias.

Logo esta seção ficou organizada nas seguintes categorias de discussão: Ação e Contribuição do Projeto; Conformidade com a Missão do Instituto e outras normativas; Documentos e Registros; Práticas Pedagógicas e Formação Humana Integral; e Desenvolvimento de Material Didático e Histórico.

4.2.7 Ação e Contribuição do Projeto

A primeira categoria, gerada a partir das respostas dos entrevistados, mostra-se, e como, as ações do IFPI na Praça têm contribuído para a valorização da extensão do IFPI – *Campus Parnaíba* de 2015 até 2024.

O evento, segundo as falas do(a) Entrevistado(a) 4 e do(a) Entrevistado(a) 6, tem realizado essa valorização, pois:

*Acredita-se que o local e o período são estratégicos para atingir objetivos extensionistas ao levar o IFPI à comunidade central da cidade e de levar projetos realizados dentro da instituição como **ideias para transformar a sociedade local** (Entrevistado(a) 4, grifo nosso).*

*O evento coloca em evidência os projetos de extensão realizados pelos alunos, professores e técnicos do IFPI, permitindo que a comunidade local conheça de perto as ações desenvolvidas pela instituição. **Muitas dessas atividades são focadas no desenvolvimento de soluções para problemas sociais, culturais e ambientais da região**, e, ao apresenta-las ao público, o evento contribui para o reconhecimento da importância dessas iniciativas (Entrevistado(a) 6, grifo nosso).*

Os entrevistados afirmam que o evento possui atividades que fazem a transformação da comunidade local. Ainda é apontado que há busca de desenvolvimento de soluções para problemas de amplos aspectos: sociais, culturais e ambientais. Essas ações demonstram que os trabalhos realizados no IFPI na Praça valorizam as atividades de Extensão criadas pelo *Campus Parnaíba*.

A transformação da sociedade local a partir de projetos realizados dentro da instituição, projetos esses que passam a fazer parte do evento, ou seja, colocados à disposição da sociedade, mencionada pelos entrevistados, atende ao que propõe a diretriz extensionista Impacto e Transformação Social. Aqui deve-se ter em mente que a comunidade deve fazer parte dos benefícios oriundos dos estudos, produção cultural e conhecimentos acadêmicos.

A inter-relação com outros setores da sociedade voltada para o atendimento das necessidades da maioria da população (FORPROEXT, 2012) também é ao que se propõe com essa diretriz. Dessa forma,

[...] a expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária contribua para o processo de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da polis, a comunidade política. Nesse sentido, a diretriz Impacto e Transformação Social imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político (FORPROEXT, 2012, p. 36).

Se uma instituição educacional se propõe a ter atividade de extensão e não busca atender às demandas da (re)construção da comunidade onde ela está inserida, não está realmente cumprindo com seu papel. Assim, percebemos, pela fala dos respondentes, que o evento, de fato, tem valorizado a atividade de extensão ofertada pelo *Campus*.

Especificamente sobre os Institutos Federais, “*as ideias para transformar a sociedade local*”, como fala o(a) Entrevistado(a) 4, está de acordo com o que traz o CONIF (2013, p.45),

[...] à Extensão cabe cumprir o papel de Agente de transformação e de enriquecimento do conhecimento. Ou seja, em todas as Políticas Públicas aqui referendadas, a Extensão, em consonância com o Ensino e a Pesquisa, deve possibilitar uma mudança socioeconômica e cultural na realidade onde atuam os Institutos Federais, na medida em que atribui maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana.

A Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica – Lei Nº 11.892, de dezembro de 2008 – diz, no Art. 6º, inciso IV, que cabe aos IFs desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, e, no Art. 7º, inciso IV,

[...] desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e **difusão de conhecimentos** científicos e tecnológicos (Brasil, 2008, grifo nosso).

A difusão de conhecimentos a partir do IFPI na Praça pode ser observada pela fala do(a) Entrevistado(a) 4:

*O IFPI na praça leva o IFPI para próximo de pessoas que desconhecem a instituição ou que apenas reconhecem no IFPI o valor da educação profissional e tecnológica. **Por acontecer no centro comercial da cidade, comunidades de diferentes regiões conseguem acessar a projetos educacionais expostos na Praça da Graça, na cidade de Parnaíba, no dia do evento** (Entrevistado(a) 4).*

O levar à praça os projetos educacionais é uma forma de difundir conhecimentos acadêmicos. A própria localização do Instituto, cerca de sete quilômetros do centro da cidade, na zona rural, como já exposto em outra seção deste trabalho, dificulta o acesso ao prédio e, por conseguinte, causa desconhecimento do que se realiza nele. Muitos cidadãos da cidade de Parnaíba não sabem o que é o IFPI - Campus Parnaíba.

A fala do(a) Entrevistado(a) 3 explica bem esse problema:

Ele [referindo-se ao IFPI na Praça] é uma visibilidade para a sociedade parnaibana do que acontece aqui. Por que? Porque há algum tempo atrás...eu acho que ainda têm algumas pessoas que acham que o instituto é pago [...] ⁴⁴ Às vezes as pessoas perguntavam: “onde você trabalha?”.
- “Eu trabalho no CEFET”, no Instituto, né? Antigo CEFET. Eu dizia: “antigo CEFET”.
- “Ah é a Federal?” [aqui referindo-se ao Campus de Parnaíba da Universidade Federal do Piauí, atual Universidade Federal do Delta do Parnaíba]
- “Não, não é a Federal. É o Instituto Federal”.
Tá bom. Aí, às vezes, quando eu falava que ia ter seletivo para os meus vizinhos próximos:
- “quanto é a mensalidade?” Aí eu digo: “não, o Instituto, ele é público. Inclusive o seu filho ganha livros de ensino médio”.
- “É mesmo?”.
Eu digo: “é” (Entrevistado(a) 3).

⁴⁴ Aqui suprimimos esse trecho pois seria fácil para alguns leitores a identificação do(a) Entrevistado(a) 3.

O diálogo que o(a) Entrevistado(a) 3 traz da memória, de como seus vizinhos não conheciam a Instituição, mostra essa dificuldade de acesso ao prédio e do trabalho desenvolvido nele, seja pela localização ou seja porque, no período em que é tratado, poderia não haver visibilidade o CEFET, atual IFPI.

Assim, levar à praça uma variedade de atividades e grupos de pessoas envolvidas atende ao que determina a lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica no que se refere à difusão de conhecimentos, esses que parecem estar longe das pessoas.

O(a) Entrevistado(a) 7 reforça a ideia do(a) Entrevistado(a) 4, de que o evento facilita o acesso aos projetos por ser realizado no centro comercial, e mostra que diminui o problema exposto pelo(a) entrevistado(a) 3, desconhecimento das pessoas sobre o que é a instituição:

O IFPI na Praça leva o Campus para a comunidade, mostra um pouco do que vem sendo desenvolvido nas disciplinas, projetos de extensão, de pesquisa. É uma forma de aproximar o público externo, mostrar que podem fazer parte (Entrevistado(a) 7).

Vemos, pela fala dos respondentes que há, por meio do IFPI na Praça, a difusão de conhecimentos, com pesquisa e extensão, como determina a lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O evento ocorrer nos logradouros já apresentados aqui neste trabalho facilita com que alunos, professores e demais profissionais envolvidos façam a difusão de conhecimentos e que as pessoas da comunidade externa tenham acesso a eles.

Considerando a localização do Instituto dentro da cidade, se não fosse um evento extensionista como esse, ter contado direto com tantos projetos ao mesmo tempo seria difícil para a maioria das pessoas não matriculados ou servidores do *Campus*.

Ainda destacamos que, durante a análise das falas dos entrevistados acerca da valorização da atividade de Extensão por meio do evento, encontramos uma coocorrência temática: a preocupação com a visibilidade da instituição para que a comunidade externa a conheça, como já tratado pela fala do(a) Entrevistado(a) 3 e pode ser observado pela fala dos entrevistados colocadas no Quadro 8.

Quadro 8 – Preocupação em tornar o IFPI mais visível à comunidade externa.

Participante	Comentário
Entrevistado(a) 1	<i>O IFPI na Praça é um evento de visibilidade ao Instituto. Nele participam alunos monitores, alunos recebem certificados. Segue a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (Grifo nosso).</i>
Entrevistado(a) 2	<i>Todo mundo que passa na praça e que prestigia o IFPI, ele vê, ele visualiza aqueles alunos mostrando o que sabem fazer. E os alunos gostam disso, de mostrar para a comunidade o que faz [sic.]. Então, é importante essa visibilidade do aluno e do aluno se engajar, “quero mostrar para a população o quê que a gente faz aqui” (Grifo nosso).</i>
Entrevistado(a) 4	<i>O IFPI na praça leva o IFPI para próximo de pessoas que desconhecem a instituição ou que apenas reconhecem no IFPI o valor da educação profissional e tecnológica (Grifo nosso).</i>
Entrevistado(a) 6	<i>O evento coloca em evidência os projetos de extensão realizados pelos alunos, professores e técnicos do IFPI, permitindo que a comunidade local conheça de perto as ações desenvolvidas pela instituição (Grifo nosso).</i>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das falas dos entrevistados (2025).

A origem do IFPI na Praça, como se pode observar pela fala do(a) Entrevistado(a) 3, demonstra essa preocupação em tornar o IFPI – *Campus Parnaíba* visível à comunidade externa.

*Então a gente disponibilizava o instituto. [As escolas eram convidadas a ir até o Campus]⁴⁵. A logística era gigante da gente receber. Teve uma feira da gente receber mais de mil pessoas aqui. Mais de mil alunos das escolas, né? Aí a gente parava o instituto um dia. Das oito...as visitas começavam às nove. Os meninos chegavam às 7:30 para preparar as salas e aí a gente abria e ficava até as 18:00 horas. Então todo mundo organizava, né? A gente passava aqui o dia. E aí era muito bom. E aí fizemos a primeira Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em 2014. Em 2015 fizemos também. E aí em 2015 [...] a gente falou: “vamos levar isso pra praça”. E a ideia também era divulgar o classificatório. Então a ideia do IFPI na Praça era fazer essa janela de visibilidade, divulgar o classificatório⁴⁶, né? Porque nós tínhamos o ENEM, tínhamos o classificatório para o ensino médio. Então, nós montávamos a feira por área. Então, os meninos do ensino médio muitas vezes aproveitavam os projetos da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia [...]. Então, os mesmos projetos, eles eram levados para a praça. E a gente levava mais. A gente fazia iniciação científica, a gente fazia iniciação científica júnior. A extensão em si, ela não era bem elaborada e regulamentada na época do IFPI na Praça. [...] E ele é um evento de divulgação pra sociedade [...]. **Então, é justamente para a sociedade entender o que é que as pessoas estudam aqui, né? Qual é a prestação de serviços do IFPI como instituição pública pra sociedade parnaibana. É uma janela de visibilidade** (Entrevistado(a)3, grifo nosso).*

Esse trecho da entrevista evidencia que houve uma preocupação de mostrar para as pessoas da cidade de Parnaíba aquilo que era exposto e visto no *Campus* nas visitas convidadas em um dia especial de feira de ciências. E foi essa preocupação que gerou o IFPI na Praça.

Além da difusão de conhecimentos e de aproveitar o evento como uma forma de dar visibilidade ao *Campus* Parnaíba, é necessário considerar que a atividade extensionista também precisa contribuir com a Instituição. Ela, como parte da sociedade, também deve ser impactada.

Peres (2020) diz que a Extensão deve ser encarada como um processo de formação dos estudantes por meio de uma Pedagogia Crítica que facilite a construção de novos conhecimentos, uma via de mão dupla que deve tanto contribuir com a sociedade quanto com a instituição educacional.

Ainda quanto à contribuição para a Extensão por meio do evento foco de nosso estudo para o *Campus* de Parnaíba, os(as) Entrevistados(as) 6 e 2 dizem que:

⁴⁵ Optamos por escrever esse trecho com nossas próprias palavras, pois, como estava no original, seria de fácil identificação para alguns leitores quem seria o(a) Entrevistado(a) 3.

⁴⁶ O classificatório aqui mencionado é o exame de acesso para os alunos que vão ingressar no Ensino Médio Integrado do IFPI.

*O IFPI na Praça é a culminância dos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, a **apresentação dos projetos para a comunidade traz um retorno positivo para a instituição, como aumento no número de alunos, aumento de empresas solicitando estagiários e aumento da visibilidade na região*** (Entrevistado(a) 6, grifo nosso).

***Sempre fazemos uma reunião pós, para ver o que foi bom e o que pode melhorar. Ano passado nós fizemos as avaliações dos projetos de uma maneira diferente e foi muito bom, mas poderia... Esse ano nós já melhoramos. [...]** Sempre a gente melhora a cada ano. Como te falei: a gente faz uma reunião pós IFPI na Praça. Então, nessas reuniões saem muitas coisas de ideias para o próximo. Então, essas reuniões pós ajudam muito para construir o próximo IFPI na Praça* (Entrevistado(a) 2, grifo nosso).

O(a) Entrevistado(a) 6 deixa claro que há retorno positivo para Instituição, como, por meio da visibilidade do evento, aumento do número de alunos e até empresas solicitando estagiários, além de ser citado mais uma vez a visibilidade já mencionada. Notamos então, uma importância que é dada para a busca por novos estudantes para o *Campus* e chance de inserção dos já matriculados no mundo do trabalho.

O(a) Entrevistado(a) 2, por sua vez, diz que sempre é feita uma reunião após cada IFPI na Praça para ver o que pode ser melhorado. Nesse ponto pode ser percebido que o evento cria a necessidade de diálogo para que os servidores deem suas opiniões e ideias para a edição do ano seguinte. Isso significa, pela expressão “a gente sempre melhora a cada ano”, mais projetos, incluindo de extensão, sendo criados e levados para a comunidade.

Dessa maneira, com as apresentações, atividade focadas em soluções para problemas sociais da região, reuniões entre os servidores na busca por mais ideias para as edições do evento e com a escolha do próprio lugar onde é realizado, o IFPI na Praça tem contribuído para a valorização da Extensão do *Campus* Parnaíba, além de conseguir visibilidade diante da comunidade externa, o que tem proporcionado benefícios para o próprio IFPI na cidade.

4.2.8 Conformidade com a Missão do Instituto e outras normativas

Esta categoria foi gerada a partir das respostas dos entrevistados para o questionamento acerca de quais os documentos normativos que orientam as

atividades extensionistas do IFPI – *Campus* Parnaíba e como o IFPI na Praça está alinhado com a missão e os valores estabelecidos por esses documentos.

De uma maneira geral, os respondentes disseram que os documentos normativos para as atividades de extensão do *Campus* de Parnaíba são o PDI e documentos que se referem à extensão no ensino superior, esses dois já discutidos por nós na seção “A Normatização do IFPI - *Campus* Parnaíba para Atividades Extensionistas”.

Segundo o PDI,

[...] as atividades de extensão visam à promoção e à interação transformadora entre a Instituição e a comunidade, integrando os saberes e buscando o desenvolvimento social. As atividades de extensão pressupõem ação conjunta com a comunidade, tornando disponível a esta última o conhecimento acumulado e produzido pelos múltiplos potenciais desenvolvidos na Instituição. Esta ação produz um novo conhecimento a ser trabalhado e articulado com o ensino (IFPI, 2020).

Ainda de acordo com esse documento, os *Campi* devem proporcionar aos estudantes, por meio da extensão, experiências na sua área de conhecimento (IFPI, 2020). A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 diz, no Art. 7º, Inciso IV, como já apresentamos na categoria anterior, que cabe aos Institutos “desenvolver atividades de extensão [...] em articulação com os segmentos sociais”.

A própria missão do IFPI, ao falar da Educação que se propõe ofertar, já traz esse olhar voltado para as necessidades das comunidades: “Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais” (IFPI, 2020).

O Plano Nacional de Extensão afirma que,

[...] a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (Brasil, 2001).

Assim, vê-se que há uma ampla produção sobre atividade de extensão que rege essa atividade no IFPI – *Campus* Parnaíba, inclusive são referenciadas no próprio PDI da instituição. O(a) Entrevistado(a) 3 fala qual é o documento normativo do *Campus* para Extensão e como era antes, no início do evento.

PDI, como estou dizendo, na época a extensão não era bem fundamentada, bem distribuída. Então, o IFPI na Praça está caracterizado como evento...é uma extensão, porque já existia a pró-reitoria de extensão. PDI de 2010. Desde que estou aqui esse é o terceiro, estamos encaminhando para o quarto PDI. O PDI de 2010, ele só regulamentava o que era extensão, evento, projeto. A gente não tinha nem projeto de extensão por fomento, a gente não tinha muito. A gente tinha muito era PIBIC⁴⁷. Aí, no PDI de 2014 a 2018, já entrou o projeto de extensão fomentado, da PROEX (Entrevistado(a) 3).

Mas deve-se levar em consideração, pelas respostas dadas nos questionários e em algumas nas entrevistas, que foram mencionados diversos projetos que são apresentados no IFPI na Praça; e os registros encontrados por nós, já discutidos na seção “Os registros: a análise e a discussão”, comprovam isso. Esses projetos, que passam também por outras normativas, são executados em forma de atividades durante todo o ano, como fala o(a) Entrevistado(a) 3:

*Eu vejo o IFPI na Praça como um evento. Ele é um evento de culminância. Como eu estou lhe dizendo: ele foi criado com esse intuito, uma janela de visibilidade do instituto. Então, uma culminância **de tudo o que o instituto faz ao longo do ano**. A gente tem que fazer um levantamento dos projetos que vão, quantidade alunos, quais materiais que vão ser precisos (Entrevistado(a) 3, grifo nosso).*

Pensando na quantidade de cursos, modalidades e níveis de ensino ofertados pelo Campus Parnaíba, além do número de alunos, (esses dados são tratados na seção “O CAMPUS PARNAÍBA”), o ser “uma culminância de tudo o que o instituto faz ao longo do ano” denota que o IFPI na Praça tem um leque muito variado de atividades que passa a fazer parte dele, e muitas são as normativas ou orientações.

A seleção dos projetos que vão ser levados à praça tem como um dos “filtros” o tema da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de cada ano, como abordado pelos Entrevistados 2 e 3:

E aí os alunos, eles sempre têm um tema anual, que é o tema da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Então, todo ano o tema do IFPI na Praça é modificado, tá? Porque ele segue o tema da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. [...] Não é um tema criado por nós. Nós apenas seguimos a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (Entrevistado(a) 2).

Segue a mesma temática da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, até mesmo porque é um evento científico, com abrangência social (Entrevistado(a) 3).

⁴⁷ PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, como mencionado pelo(a) Entrevistado(a) 2, muda a cada ano, e com ele o foco temático do IFPI na Praça. Os Projetos selecionados são aqueles que, de alguma maneira, se encaixam nela, ou são criados de acordo com ela.

Então os meninos do ensino médio muitas vezes aproveitavam os projetos da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia [...], “pode levar pra praça”, porque [...] seguia a temática da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Então os mesmos projetos, eles eram levados para a praça. E a gente levava mais (Entrevistado(a) 3).

E aí nós vamos fazer alguma pesquisa e mostrar para a sociedade do tema da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (Entrevistado(a) 2).

Mas outros documentos norteadores e instituições também são citados, como editais de fluxo contínuo do próprio IFPI, editais de fomento, CNPQ, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí (FAPEPI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), como pode ser observado na fala dos entrevistados 2, 3, 5, 6.

Professores hoje, eles participam de editais de projetos científicos que conseguem recursos, justamente para o IFPI na Praça. Não só para o IFPI na Praça, mas incluem o IFPI na Praça. Então, vamos para o terceiro ano com recursos oriundos do CNPQ, de FAPEPI, que auxiliam no IFPI na Praça (Entrevistado(a) 2).

Então o IFPI na Praça, [...], foi pensando justamente nesse atendimento que a SBPC tinha (Entrevistado (a) 3).

O IFPI oferece editais de fluxo contínuo sem bolsa para ações extensionistas para uso comum a todos os docentes. Enquanto os cursos superiores foram contemplados com a obrigatoriedade de ações extensionistas pela curricularização da extensão (Entrevistado (a) 5).

Os documentos são os editais de fluxo contínuo e editais com fomento (Entrevistado (a) 6).

É visível, pelo que dizem os participantes, que muitas das atividades executadas ao longo do ano no *Campus* de Parnaíba, e que passam a compor o IFPI na Praça, vem de projetos científicos, fomentados ou sem bolsa, de fluxo contínuo ou não, provenientes do próprio IFPI, do CNPQ, da FAPEPI e atendendo à SBPC e aos temas da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, como já abordamos.

Assim, embora o PDI do IFPI, que já é elaborado a partir de outras normativas, seja material que rege a Extensão do IFPI, dentre outros já discutidos neste trabalho, há diferentes documentos, como editais e mesmo orientações, missão e valores de outras instituições que influenciam a execução de projetos extensionistas no *Campus* e, por conseguinte, do IFPI na Praça.

A missão da SBPC, por exemplo, dentre outros aspectos, ressalta a promoção e a disseminação do conhecimento científico por meio de ações de divulgação da ciência. E entres seus valores está o desenvolvimento científico e tecnológico que atenda sobretudo às necessidades e aos interesses maiores da sociedade brasileira, e amplo acesso público à divulgação da Ciência e da Tecnologia e das políticas públicas do setor⁴⁸.

A FAPEPI, por sua vez, tem como missão promover e apoiar a formação, a pesquisa e a inovação científica e tecnológica para o desenvolvimento do Estado do Piauí, tendo um de seus objetivos estratégicos promover a integração entre universidade, empresa e sociedade através da difusão da ciência e transferência de tecnologia⁴⁹. Quanto ao CNPQ, compete-lhe, apoiar, promover e participar da realização e participação em eventos técnico-científicos⁵⁰.

O(a) Entrevistado(a) 6, sobre o alinhamento do IFPI na Praça com órgãos de incentivo à pesquisa e extensão como esses, resume: *“Não há uma norma específica para o IFPI na Praça. Sobre os valores, missão e visão, podemos afirmar que estamos alinhados”*.

Pelo que vimos na fala dos participantes da entrevista, em expressões como proporcionar que comunidades de diferentes regiões consigam acessar os projetos educacionais expostos na praça, levar projetos realizados dentro da Instituição como ideias para transformar a sociedade local, trazer um retorno para dentro da Instituição, desenvolver soluções para problemas sociais, culturais e ambientais da região e aproximar o público externo, mostrando que pode fazer parte, observa-se que o IFPI

⁴⁸ Missão e Valores da SBPC. Disponível em: <https://portal.sbpnet.org.br/a-sbpc/missao-visao-e-valores/#:~:text=lutar%20pela%20qualidade%20e%20universalidade,embaracem%20o%20progresso%20da%20ci%C3%Aancia>. Acesso em: 07 jan 2025.

⁴⁹ Mapa estratégico da FAPEPI. Disponível em: <https://www.fapepi.pi.gov.br/mapa-estrategico/>. Acesso em: 07 jan 2025.

⁵⁰ Portaria CNPQ nº 1.118, de 20 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-cnpq-n-1.118-de-20-de-outubro-de-2022-437946031>. Acesso em: 07 jan 2025.

na Praça tem estado alinhado com a missão, valores e objetivos tanto do IFPI como de outras instituições parceiras.

4.2.9 Documentos e Registros

Durante as buscas por registros do IFPI na Praça nos locais já mencionados na seção “O caminho na busca pelos registros” encontramos o folder do projeto intitulado ArqCultura (Imagem 16), apresentado na primeira edição do evento.

Imagem 16 - Folder do projeto ArqCultura.



Projeto ArqCultura

Memória e Difusão Cultural

Instituto Federal do Piauí - Campus Parnaíba.



INTRODUÇÃO

A memória da instituição reflete sobre as atividades que já foram realizadas no Campus Parnaíba, sendo, portanto, formadoras de uma história que merece ser preservada e difundida ao longo do tempo.

Almejando perpetuar o passado através dos registros documentais, o projeto visa promover ações culturais que incentivem a população a frequentar e buscar em lugares de memória (Arquivos, museus) informações que são suas de direito, comprovando que essas histórias de fato existiram, no nosso caso, a memória do Campus Parnaíba sendo planejada através desse projeto no setorial de Arquivo da instituição.

Segundo Nora (1993, p. 12), "Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora".

Pretendemos, portanto, contribuir culturalmente para a instituição com um olhar multidisciplinar de servidores e discentes sobre três vertentes: apresentar à comunidade a importância de preservar a documentação; facilitar o acesso de recuperação da informação aos usuários e ter o retorno da comunidade para a instituição através de trabalhos acadêmicos e trocas de experiências técnicas.

Aline de Lourdes Carvalho Crispim*
 Andréa de Sousa Brandim*
 Denise Patrícia Lopes Coimbra*
 Edinalva Silva dos Anjos*
 Eveline de Jesus Souza*
 Fernando Monteiro da Rocha**
 Jacqueline Maria de Araújo Dias*
 Jayane Alves de Brito*

Kelcia Maria Gomes Moreira*
 Micheline Angélica Aragão Gouveia*
 Aline Maria Pereira do Nascimento***
 Déborah Manciny Cardoso do Val***
 Déborah Maria Dantas de Carvalho***
 Maria Paula Pires de Lima***
 Sálvia Breno Marques Pinto***

*Técnicos-administrativos **Estagiário ***Discentes

OBJETIVOS

Objetivo Geral:
Resgatar a memória do Instituto Federal do Piauí (Campus Parnaíba).

Objetivo Específico:
Refletir sobre o papel social do registro documental para a comunidade;
Avaliar os registros informacionais dos documentos para a realização das atividades;
Incentivar ações educativas pelos alunos do IFPI (Campus Parnaíba)
Disseminar em meios de comunicações as ações culturais promovidas pelo IFPI-Parnaíba.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada para a realização do projeto teve como finalidade o levantamento de documentos iconográficos da instituição para diagnosticar quais registros possuíamos no IFPI - Campus Parnaíba e quais podíamos recuperar no decorrer da execução das atividades. Paralelamente, fizemos a seleção dos discentes que tinham interesse pela temática do projeto e marcamos reuniões para explicar aos membros do grupo como as atividades de desenvolveriam e como cada membro poderia contribuir com o projeto. Tendo como finalidade conscientizar as instituições e a comunidade sobre a importância do acervo fotográfico faremos exposições em locais públicos realizando a difusão cultural.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A Arquivologia é uma área de estudo vinculada a Ciência da Informação que tem como objetivo realizar a gestão documental visando à diminuição da massa documental acumulada, guardando apenas a documentação que tem valor informacional e de prova para a instituição facilitando a recuperação da informação para o usuário.

O Curso de arquivo é pouco conhecido no Estado do Piauí, pois tratando-se de Nordeste conforme (Tanus; Araújo, 2013) existe apenas graduação em Arquivologia em dois estados (Parnaíba e Bahia), o que vincula a um desconhecimento das instituições sobre a importância da documentação para a organização.

Pensando em quebrar paradigmas consolidados e em apresentar o papel social dos lugares de memória para a comunidade, sentimos a necessidade, como instituição de ensino, pesquisa e extensão, de criar um projeto com ações educativas para disseminar a importância de se ter os registros da instituição para a população e o quanto a documentação pode ajudar o cidadão na reconstrução da memória, servindo como fonte primária de pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conseguimos reunir um total de 235 fotos, sendo os registros feitos por servidores técnicos administrativos, docentes e discentes ao longo da existência do Campus. Dessas fotos com data-limite (2006-2015) desde a inauguração do CEFET UNED. PARNAÍBA foram selecionadas 100 fotos para revelação e registro documental no arquivo do Instituto. Concluímos que o projeto teve como primícias a criação do acervo fotográfico do IFPI - CAMPUS PARNAÍBA. As atividades de registros, continuarão a serem realizadas servindo de fonte histórica, culturais e de educação para a comunidade em geral da cidade de Parnaíba-PI, enriquecendo o arquivo memorial da instituição.




Referências

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

TANUS, G. F. de S. C.; ARAÚJO, C. A. A. *O ensino da Arquivologia no Brasil: fases e influências*. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 83-102, mai./ago., 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/2152872/Downloads/27332-101071-1-PB.pdf> Acesso em: 21 Ago. 2015.

Fonte: Arquivo do IFPI - Campus Parnaíba (2025).

O referido projeto tem como introdução:

A memória da instituição reflete sobre as atividades que já foram realizadas no *Campus Parnaíba*, sendo, portanto, formadoras de uma história que merece ser preservada e difundida ao longo do tempo. Almejando perpetuar o passado através dos registros documentais, o projeto visa promover ações culturais que incentivem a população a frequentar e buscar em lugares de memória (Arquivos, museus)

informações que são suas de direito, comprovando que essas histórias de fato existiram, no nosso caso, a memória do *Campus* Parnaíba sendo planejada através desse projeto no setorial de Arquivo da Instituição.

Segundo Nora (1993, p.12), “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”.

Pretendemos, portanto, contribuir culturalmente para a instituição com um olhar multidisciplinar de servidores e discentes sobre três vertentes: apresentar à comunidade a importância de preservar a documentação; facilitar o acesso de recuperação da informação aos usuários e ter o retorno da comunidade para a instituição através de trabalhos acadêmicos e trocas de experiências técnicas (Arquivo do IFPI – *Campus* Parnaíba).

Pelo escrito no folder (“História que merece ser preservada e difundida”, “apresentar à comunidade a importância de preservar a documentação” e “facilitar o acesso de recuperação da informação aos usuários”) se vê a necessidade de haver registros da memória da instituição, além de se criar a cultura de acesso a eles.

Tendo em mente essa importância que os registros possuem, buscamos saber com as respostas dos entrevistados quais os registros/monumentos disponíveis no campus ou mesmo aqueles que foram criados durante o período em que tem ocorrido o IFPI na Praça que documentam o evento, em sua evolução ou impacto.

Esta categoria, formada pelas respostas obtidas, discute se há ou houve essa preocupação em manter registros sobre o evento, ou ainda se é de conhecimento dos participantes que existam esses materiais. Isso se faz importante, uma vez que, com Evangelista (2012), os documentos mostram valores e tendências; aqui no caso, da instituição e das pessoas que realizam o IFPI na Praça.

Certos contextos históricos somente são conhecidos por meio de registros sobre determinado período foco de estudo. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) dizem que com os documentos é possível encontrar compreensão sociocultural a partir dos conteúdos achados, daí a importância que eles têm.

Sobre quais os registros ou monumentos são disponíveis no *Campus* de Parnaíba sobre o IFPI na Praça, o(a) Entrevistado(a) 3 diz que:

Os projetos que foram catalogados estão documentados na Direção de Ensino, as emissões de certificados que a gente sempre entregou como eu estou lhe dizendo. Mas assim, monumentos não. Tem a primeira arte⁵¹ que foi feita pela responsável pelo setor de arquivo, que foi assim, tudo muito colaborativo, [...], eles abraçaram a causa...

⁵¹ Essa colocamos como imagem intitulada “Arte para a primeira edição do projeto IFPI na Praça”, que apresentamos na seção “Os registros: a análise e a discussão”.

então não teve contratação de fazer uma arte, alguma coisa do tipo...foi muito assim ajuda mútua. Quem fotografou na época foi um servidor daqui (Entrevistado(a) 3).

O(a) entrevistado(a) tem a informação de que os documentos se encontram na Direção de Ensino do *Campus*⁵², mas declara que não há monumentos sobre o evento. Vieira (2017) afirma que monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, e que suas principais formas são as arquitetônicas. Daí, por não haver uma obra dessas, talvez o(a) respondente não falou que existe um monumento sobre o IFPI na Praça.

Os(as) entrevistados(as) 5 e 6 reforçam o local mencionado pelo(a) entrevistado(a) acima e acrescentam outros lugares como sendo repositórios de registros do evento.

Os registros foram utilizados como marketing institucional do Campus no Facebook e no Instagram. A única evolução documental do projeto IFPI na Praça foi seu registro como projeto de extensão no ano de 2023, pois desde o princípio o evento era retratado como projeto de ensino (Entrevistado(a) 5).

Os registros são de imagens como Facebook, sites e Instagram. Já a parte de documentos na direção de ensino e extensão (Entrevistado(a)6).

Os entrevistados acrescentam a Extensão do *Campus* como mais um lugar onde se encontram documentos referentes ao IFPI na Praça. Também são citados *Facebook* e *Instagram*.

O(a) Entrevistado(a) 5 diz que houve evolução documental sobre o evento, referindo-se ao registro do evento como projeto de extensão, informando que antes ele era retratado como projeto de ensino.

Em nossas buscas pelos registros encontramos, de fato, parte do material (projetos) no SUAP, na aba referente a extensão e na Direção de Ensino, como já referido neste texto. Embora o(a) Entrevistado(a) 5 fale de evolução documental com a inserção dos projetos do evento na Extensão, não significa essa mudança uma ruptura com a Direção de Ensino como repositório. Encontramos registros de 2015 e 2017 neste setor; 2018 no SUAP (na aba extensão); 2019 novamente na Direção de

⁵² O material referente ao IFPI na Praça contido na Direção de Ensino, da qual fala o(a) entrevistado(a), foi apresentado por nós neste trabalho na seção "Os registros: a análise e a discussão."

Ensino e 2022 no SUAP (na aba extensão) outra vez. Isso nos mostra que há uma correlação direta do evento com os dois setores e que ambos contêm registros.

O(a) Entrevistado(a) 7 informa: “os registros que conheço são apenas os disponíveis nas redes sociais”. Ele ratificando o que dizem os entrevistados 5 e 6 sobre o Facebook e o Instagram. Entendemos que seja natural a inserção de registros na rede social, uma vez que, como discutido anteriormente, o evento também tem como objetivo a divulgação do IFPI – Campus Parnaíba, como mostrado na fala do(a) Entrevistado(a) 5: “Os registros foram utilizados como marketing institucional do Campus no Facebook e no Instagram”.

Outras formas de registro são mencionadas durante as falas dos entrevistados a respeito do IFPI na Praça, de uma maneira geral, como se vê no Quadro 9.

Quadro 9 - Menção a outras formas de registros usadas ao tratar do IFPI na Praça.

Tipo de registro	Menção pelo entrevistado
Ofício	É solicitada autorização, via ofício , à prefeitura [...] (Entrevistado(a) 1, grifo nosso)..
	Primeiro temos que enviar um ofício para o secretário de gestão. Esse secretário de gestão autorizando, aí é que fazemos um outro ofício para a secretaria de infraestrutura e esta envia, encaminha para a Empa ⁵³ (Entrevistado(a) 2, grifo nosso).
Certificado	Os alunos recebem certificados (Entrevistado(a) 1, grifo nosso).
	Os projetos que foram catalogados estão documentados na direção de ensino. As emissões de certificados que a gente sempre entregou como eu estou lhe dizendo (Entrevistado(a) 3, grifo nosso).
E-mail	É interessante. Cada grupo se auto-organiza e envia, por e-mail , à direção de ensino o que precisa (Entrevistado(a) 1, grifo nosso).
Banner	Eles se organizam e levam o material, guardam esse material, tendas, banners , caixas de som [...] (Entrevistado(a) 1, grifo nosso).
Sites	Os registros são de imagens como Facebook, sites ⁵⁴ e Instagram (Entrevistado(a) 6, grifo nosso).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das falas dos entrevistados (2025).

Analisando a fala dos entrevistados encontramos em um ponto ou outro das respostas para as perguntas essas formas de registros que podem ser consultadas. Entretanto, entendemos que pode haver certa dificuldade de acesso a registros de

⁵³ Empa, a que se refere o(a) Entrevistado(a) 2, é a Empresa Parnaibana de Supervisão e Abastecimento, empresa pública da cidade de Parnaíba.

⁵⁴ Não nos foi informado quais sites são referidos, mas buscamos no site oficial do IFPI – Campus Parnaíba e encontramos um registro sobre o IFPI na Praça, esse já referido na seção “Os registros: a análise e a discussão”. Ainda fizemos busca no Google pelo nome “IFPI na Praça” e, além daquele contido do site oficial do Campus, só encontramos uma matéria no site do Portal Costa Norte, essa também já apresentamos na seção “O PROJETO IFPI NA PRAÇA”.

emissão de certificados e ofícios por parte de pessoas não autorizadas ou não servidores da instituição.

De uma maneira geral, vemos que os registros sobre o IFPI na Praça não estão reunidos todos em um único lugar. Parte se encontra no SUAP, onde quem tem *login* e senha pode acessar na aba Extensão, outra na Direção de Ensino e ainda no Arquivo do *Campus*, no *e-mail* do IFPI – *Campus* Parnaíba e nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*.

Essa dispersão de registros faz com que alguns dos entrevistados, mesmo ocupando cargo de coordenação ou gestão, não saibam da existência de certos documentos que guardam a memória do evento, como notamos pela fala do(a) Entrevistado(a) 7 já transcrita acima (“os registros que conheço são apenas os disponíveis nas redes sociais”).

Se, como afirma Cellard (2008), os documentos são fonte extremamente preciosa para todo pesquisador em ciências sociais e que muito frequentemente eles permanecem como o único testemunho de atividades particulares, a compilação dos registros sobre o IFPI na Praça é indispensável para, dentre outros, traçar cronologias e não perder a memória de atividades executadas durante todo o ano na instituição e que ajudam a compor o evento.

Reunir esses registros para facilitar o acesso a informações sobre o evento é uma forma de valorizar o trabalho já construído e o disseminar, mostrando parte da identidade do IFPI. Afinal, “a memória da instituição reflete sobre as atividades que já foram realizadas no *Campus* Parnaíba, sendo, portanto, formadoras de uma História que merece ser preservada e difundida ao longo do tempo”, como bem colocado na introdução do projeto ArqCultura, executado em 2015 na primeira edição do IFPI na Praça.

4.2.10 Práticas Pedagógicas e Formação Humana Integral

Esta categoria foi constituída por dados trazidos pelos entrevistados sobre quais práticas pedagógicas os professores do *Campus* têm utilizado com os alunos no IFPI na Praça, ou durante a preparação para ele, rumo à formação humana integral.

A construção e a apresentação de um evento educacional, principalmente em ambiente não formal não institucionalizado de educação⁵⁵, como uma praça, exigem planejamento e execução com prática pedagógica que oriente e prepare os estudantes para lugares e interações diferentes daqueles encontrados na instituição de ensino.

Esses ambientes são proporcionadores de experiências ricas de ensino-aprendizagem, a depender do que se intenta fazer nele. Jacobucci (2008, p. 56) afirma que “[...] há muitos exemplos de professores que adotam estratégias pedagógicas variadas para abordar um determinado conteúdo, fugindo do tradicional método da aula expositiva não dialogada”, e o lugar que se escolhe para usar essas estratégias tem influência sobre elas.

Ainda se leva em consideração que não é por ser um ambiente não institucionalizado onde se desenvolvem atividades educativas que se abra mão de planejamento e práticas que tenham por base uma pedagogia. Como já abordamos anteriormente com Jacon (2017), a prática pedagógica carrega consigo identidade. Neste caso, a que tratamos aqui é a do IFPI – *Campus Parnaíba* realizando evento em praça pública, uma instituição que tem missão e normativas sobre a educação que ministra.

Sobre quais práticas pedagógicas os professores têm adotado para, e no, IFPI na Praça, o(a) Entrevistado(a) 5 diz que são realizadas bastantes, das quais levam à:

Oferta de ações de saúde como testes rápidos de tipologia sanguínea, exames de pressão e de açúcar no sangue pelos estudantes do Curso técnico em Análises Clínicas e de Química. Outras ações como robótica, música ao vivo, além da mostra de atividades laboratoriais e de ações de pesquisa são ações de promoção da formação humana integral (Entrevistado(a) 5).

⁵⁵ Jacobucci (2008) apresenta em seu artigo Contribuições dos Espaços Não-formais de Educação para a Formação da Cultura Científica os espaços formais e os não-formais de educação. Os formais são aqueles criados especificamente para a educação, que têm normativas específicas para eles, como Plano Nacional de Educação, Lei de Diretrizes e Bases, dentre outros em cada esfera administrativa. Os não formais, o autor divide em duas categorias: institucionais, que são regimentados, mas não foram criados especificamente para atividade educativa como as escolas e universidades (o autor aponta os museus, parques temáticos, centros de ciências, dentre outros) e não institucionais, não criados para a educação, não regimentados e que são de acesso público, sem a necessidade de agendamentos ou matrículas (praça, praia, ruas, dentre outros).

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos Espaços Não-formais de Educação para a Formação da Cultura Científica. **Em Extensão**, Uberlândia, v.7, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20390/10860>. Acesso em: 09 jan. 2025.

Pela fala do(a) Entrevistado(a), nota-se que as práticas pedagógicas utilizadas, embora não tenha dito especificamente quais sejam, levam o estudante a realizar os exames e teste de saúde, fazer mostra de atividades laboratoriais e ações de pesquisa. Ou seja, a prática do professor é a de inclusão direta do estudante na atividade, na ação, no ensino-aprendizagem.

Anjos (2021) afirma que a prática pedagógica, ao favorecer a análise criativa dos sujeitos pelo diálogo, proporciona o protagonismo dos atores sociais no mundo. Esse protagonismo oportunizado pelo professor aos discentes no momento de execução do evento se vê pela fala do entrevistado, quando diz que as ações são feitas pelos alunos.

Tais ações, que segundo o(a) entrevistado(a) leva à formação humana integral, estão de acordo com Vázquez (2011), quando este diz que a atividade prática é real, objetiva, material e que tem por objetivo a natureza, a sociedade, os homens reais, como finalidade na transformação do mundo natural ou social.

Ainda notamos esse protagonismo dos alunos proporcionado pelo professor em sua prática pedagógica mesmo antes do evento, como se observa pela fala do(a) Entrevistado(a) 1:

A organização começa um mês antes, com reunião. Dividem-se em grupos (edificações, por exemplo). É interessante. Cada grupo se auto-organiza e envia por e-mail à Direção de Ensino o que precisa. Inclusive há avaliadores para as atividades que vão ser apresentadas. Eles se organizam e levam o material, guardam esse material, tendas, banners, caixas de som [...]
(Entrevistado(a) 1).

“Dividir-se” em grupos e “auto-organizar-se” são manifestações da necessária autonomia para experimentarem suas potencialidades, dando-lhes autoconfiança e crescimento intelectual. Como trazido por Anjos (2021), a prática pedagógica tendo como premissa a liberdade cumpre o objetivo de formar sujeitos autônomos, responsáveis e seguros de si.

A autonomia também é apontada, agora expressamente, pelo(a) Entrevistado(a) 4 como prática pedagógica utilizada rumo à formação humana integral com o evento e ainda lista outros: “*Autonomia, aplicação de projetos com abordagem expositiva, de experiência, capacitação do público*”.

É mencionada a prática da experiência, que entendemos como uma forma de fazer ciência. As práticas de exposição e capacitação do público, citados pelo(a) respondente, estão de acordo com a finalidade da educação superior, contida no Inciso IV do Art. 43 da LDB: **“Promover a divulgação de conhecimentos** culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e **comunicar o saber através do ensino**, de publicações ou de **outras formas de comunicação**” (Brasil, 1996, grifo nosso).

O(a) Entrevistado(a) 6 afirma: “Nos meus projetos procurei utilizar o método ação-reflexão”. Essa prática também encontra respaldo na LDB, Art. 43, Inciso I, ainda apontando a finalidade da Educação Superior: “Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo” (Brasil, 1996).

Entendemos que o pensamento reflexivo associado à prática de atividades em interação com público externo a uma instituição é indispensável para aqueles que buscam atender à comunidade em suas necessidades. Em um momento como esse os estudantes têm contato real com aqueles que transitam no logradouro, interagem, ouvem opiniões, sugestões, repassam conhecimentos e tem a oportunidade de se apropriarem de outros vindos das pessoas.

E o(a) Entrevistado(a) 2 apontou a pesquisa como uma das práticas utilizadas no evento:

“Porque esse trabalho que eles fazem para mostrar no IFPI na Praça é um trabalho de pesquisa, um trabalho que envolve muito o aluno e ele tem que ser avaliado [...] a gente também quer não só fazer com que o aluno participe, mas valorize o trabalho, o esforço da pesquisa”.

O(a) entrevistado(a) fala do trabalho de pesquisa que envolve muito o aluno, e que deve ser valorizado. A ideia é a de que não apenas haja a participação no evento, mas que o estudante perceba e dê valor ao trabalho que realiza, ao “esforço da pesquisa”.

A pesquisa como princípio pedagógico, de acordo com Ramos (2014, p. 93),

[...] contribui para a formação de sujeitos autônomos que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, nele atuar, por meio do trabalho, transformando a natureza em função das necessidades coletivas da humanidade e, ao mesmo tempo, cuidar de sua preservação face às necessidades dos demais seres humanos e das gerações futuras. [...] é necessário que a pesquisa como princípio pedagógico esteja presente em toda a educação escolar dos que vivem/viverão do próprio trabalho.

A autora coaduna com essa presença da pesquisa como prática pedagógica que envolve muito o aluno, como citado pelo(a) Entrevistado(a) 2. Esse envolvimento leva à consciência crítica questionadora, que nega ao sujeito ser manipulado e que o ajuda na transformação da sociedade, por meio do despertar da curiosidade, da inquietude, da descoberta e da criação (Demo, 2011).

Sobre a pesquisa estar presente em toda a educação escolar, como dito por Ramos (2014), o(a) Entrevistado(a) 3, ao dizer quem participa das pesquisas e construção do IFPI na Praça, aponta:

A gente tem os meninos do médio, tem subsequente e a graduação, então são modalidades diferentes, são regimentos diferentes, por isso geram produtos diferentes. Por isso essa questão da arte, da consciência negra [...] por isso que a gente tem essa miscelânea todinha. Aí fica bonito, né?

Pela resposta, vê-se que na construção e execução do evento são participantes estudantes de níveis e modalidades diferentes, como acertadamente falado pelo(a) entrevistado(a), com regimentos diferentes, e apresentando algo bonito, devido também a essa variedade.

Percebe-se ainda pelo que dizem os entrevistados que as práticas pedagógicas realizadas tanto contribuem para o público externo quanto para o próprio aluno, como se pode ver pela fala do(a) Entrevistado(a) 7: “Estimulam o desenvolvimento de habilidades dos alunos, principalmente ao buscar soluções criativas para os problemas sociais”.

Aqui vemos também essa formação humana, voltada para o lado social, na busca de soluções criativas, e não apenas crescimento pessoal através do desenvolvimento de suas próprias habilidades. A ida até a comunidade, compreendê-la e procurar muda-la em benefício das pessoas e com elas tanto é benéfica para aqueles que não fazem parte da instituição de ensino como também para os que estão inseridos nela, com troca de saberes que minimizam as desigualdades sociais.

Dessa maneira, com tais práticas, a sociedade é um lugar privilegiado para a difusão e para a produção de conhecimentos na busca pela superação de problemas (IFPI, 2020).

Os participantes das entrevistas indicam em suas falas que os professores utilizam como prática pedagógica nas ações para, e no, IFPI na Praça, rumo à formação humana integral, a inclusão do aluno no fazer, na prática, na ação, atividade

em grupo, aplicação de projetos de experiência, abordagem expositiva, ação reflexão, atividade que levem à autonomia do estudante e pesquisa para a soluções de problemas da comunidade. Isso tudo indica prática que vai além da teoria, que inclui relações sociais, estudos sobre a realidade circundante, experimentação, pensamento crítico pela reflexão e autonomia, aspectos de uma formação integral.

Assim sendo, as ações dos professores e do evento como um todo vão ao encontro do que traz Franco (2016, p. 547), quando diz que “[...] como prática social, a prática pedagógica produz uma dinâmica social entre o dentro e o fora [*dentrofora*] da escola”. As possibilidades de pedagogia que orientam as ações são muito variadas e o compromisso da instituição e de cada docente rumo à transformação social é o que importa em uma formação que se propõe a ser humana e integral.

Nesta categoria de respostas temos alcançado mais uma vez um de nossos objetivos específicos: “Apontar quais práticas os professores do IFPI – *Campus Parnaíba* têm tido com a realização do IFPI na Praça rumo à formação humana integral”.

4.2.11 Desenvolvimento de Material Didático e Histórico

Levando em consideração toda a discussão teórica apresentada neste trabalho e de fala dos participantes do questionário e dos entrevistados acerca da importância dos registros, aqui dado o foco àqueles relacionados ao IFPI na Praça, essa categoria tem por objetivo abordar o desenvolvimento de materiais didáticos/instrucionais que documentem a história e as principais atividades realizadas no evento.

Partimos da premissa de que um evento que leva tantas pessoas para um ambiente fora dos muros da instituição, e que já é realizado há cerca de dez anos, precisa ter um material específico para ele. Pensamos que por já ser uma atividade de periodicidade anual, por carregar o nome da instituição de ensino e buscar justamente alcançar a visualização da comunidade externa, o IFPI na Praça poderia ter sua história em um documento específico seu, talvez didático ou instrucional de como ele é realizado.

Não encontramos nenhum material dessa natureza especificamente sobre o evento em nossa procura por algum registro nos locais já citados neste trabalho. Nesse sentido, perguntamos aos entrevistados se havia algum planejamento ou projeto em andamento para a criação de um material desse tipo.

As respostas da maioria dos participantes são apresenta no Quadro 10 a seguir:

Quadro 10 - Conhecimento sobre a material didático/instrucional sobre o IFPI na Praça

Participante	Respostas
Entrevistado(a) 1	<i>Precisa de mais registros. Há dificuldade de materiais.</i>
Entrevistado(a) 4	<i>Não conheço.</i>
Entrevistado(a) 5	<i>Não possuo esse conhecimento. Mas acredito ser importante para que o evento deixe de ser uma política de marketing [...] ⁵⁶ e passe a ser uma política institucional.</i>
Entrevistado(a) 6	<i>Não.</i>
Entrevistado(a) 7	<i>Desconheço qualquer tipo de iniciativa nesse sentido.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O(a) Entrevistado(a) 1 diz que há necessidade de mais registros e materiais, aqui incluídos os didáticos ou instrucionais que documentem as principais ações ocorridas no evento. Em nossas buscas vimos que realmente existem algumas lacunas nos registros e não há nenhum material da natureza do nosso questionamento, como de acordo com as respostas dadas pelos respondentes.

Encontramos fichas de avaliação, essas mudam a cada ano, incluindo a quantidade pontos dados para cada aluno pela sua participação e também pelo projeto executado. Como medida de exemplo, a Imagem 17, uma montagem nossa com fichas de avaliação, respectivamente, dos anos de 2015 e 2017, mostra atribuição de notas a partir de alguns critérios a serem seguidos.

⁵⁶ Esse recorte foi dado por nós, pois como estava no original seria de fácil identificação do entrevistado por alguns leitores.

Imagem 17 – Fichas de avaliação de apresentações no IFPI na Praça: 2015 e 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI
CAMPUS PARNÁIBA
DIRETORIA DE ENSINO

NA PRAÇA

ATRIBUIÇÃO DE 1,0 (UM) PONTO NA MÉDIA EM TODAS AS DISCIPLINAS TÉCNICAS

PROJETO: _____
ORIENTADOR: Prof. _____

*Obs: * Alunos que não assinaram a lista de frequência, está a critério do orientador confirmar a participação para atribuição de nota.*

Aluno Participante	Turma	Nota (0,0 a 1,0)
	4º ano Edificações	0,0
	4º ano Edificações	1,0
	4º ano Edificações	1,0
	4º ano Edificações	1,0
	4º ano Edificações	0,0

FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

2 CRITÉRIOS AVALIATIVOS (FORMATÇÃO E ANÁLISE DE CONTEÚDO)

Parâmetros	Valor	Pontos obtidos
Estrutura (adequação às normas do Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFPI).	1,0	1,0
Delimitação do tema, justificativa e objetivos – (O tema está bem delimitado, a justificativa é convincente os objetivos estão claros e são coerentes com o tema)	0,2	0,2
Embasamento teórico e metodológico- (Fundamentação teórica pertinente, método está bem definido e adequado ao tema, com fases de pesquisa claramente relatadas).	0,2	0,1
Contribuição científica do projeto.	0,2	0,2
Participação do aluno em todas as etapas do projeto.	1,4	1,4
Total	3,0	2,9

Fonte: montagem feita pelo autor a partir de arquivos do IFPI (2025)⁵⁷.

Os registros mostram que há uma forma de avaliação dos projetos, com atribuição de nota, mas não encontramos nenhum material instrucional ou didático específico para o evento que mostre essa evolução ao longo do tempo, a não ser as fichas. Pela fala do(a) Entrevistado(a) 2, dada em outro momento da entrevista, vemos

⁵⁷ A imagem apresenta alguns recortes para não ocorrer a identificação nominal dos participantes do evento.

que esses critérios são discutidos em reunião prévia do evento: *“Nessas reuniões, se discute o que vai ser feito, como vai ser feito e a avaliação que os alunos vão ter”*.

A fala do(a) Entrevistado(a) 5, apresentada no quadro acima, traz uma preocupação com o evento: *“passe a ser uma política institucional”*. O(a) participante diz que não conhece nenhum material do tipo que buscamos saber sobre o IFPI na Praça, mas diz que acha importante existir; assim, o evento não seria uma “política de marketing” e se tornaria uma prática já certa do *Campus*, institucionalizada.

Mais uma vez percebemos algo da identidade e da memória institucional, como abordado por Santos e Valentim (2021). Pelo que se percebe, o(a) entrevistado(a) propõe que IFPI na Praça seja algo do grupo e do lugar ao mesmo tempo, o que denota uma legitimidade do evento, não apenas uma atividade que pode servir somente como promoção visual, ou até mesmo pessoal. Um material didático/instrucional poderia ajudar nesse ponto.

O(A) Entrevistado(a) 7 diz que desconhece qualquer tipo de iniciativa nesse sentido, assim como o(a) Entrevistado(a) 4. Pelas falas dos participantes, é evidente que não houve, pelo menos até onde eles sabem, uma vontade expressa para os demais envolvidos de se criar um material específico para o IFPI na Praça, que tanto o documento ou oriente as atividades de preparação como aquelas no dia, na praça, ou mesmo que mostre como o evento é realizado.

O(a) Entrevistado(a) 3 informa que há um material instrutivo para os projetos:

A gente tem as normas no SUAP, de como elaborar os projetos de extensão, quais são os principais pontos a abordar. Acho que cabe à gestão organizar junto à nova regularização do instituto da política de extensão.

O(a) respondente indica que no Sistema Unificado de Administração Pública, local onde encontramos parte da documentação para a construção deste trabalho, há normas para a elaboração de projetos de extensão. Mas isso não se refere especificamente a regras ou instruções para o IFPI na Praça, nem é algo que se refira ao histórico de atividades realizadas nele.

Opina o(a) entrevistado(a), que cabe à gestão criar um material desse tipo para o evento, de acordo com as novas regras para a extensão do instituto. Assim, seguir-se-ia a política de extensão contida no PDI, por exemplo, e a direção do *Campus* organizaria um material didático para a construção e apresentação dos projetos no evento.

Uma vez que o evento é local, segundo o que podemos entender pela fala do(a) participante, as regras para fazê-lo, nisso incluindo os próprios projetos, teriam uma normativa particular. Essa poderia estar contida em um material tanto instrutivo como didático que ainda abrangeria a história do evento.

Poderíamos inferir que os responsáveis pelo evento não veem necessidade da criação de um material próprio para o IFPI na Praça por achar que as reuniões sobre ele já dão conta de sanar dúvidas ou apresentar instruções para sua execução, bem como que poderiam pensar que os registros contidos nos repositórios já dão conta de documentar a história das principais atividades dele.

Entretanto, o(a) Entrevistado(a) 2 apresenta uma resposta para essa suposição:

Eu vou até fazer [...] ⁵⁸, é manualizar. Porque não adianta você fazer todos os anos [...], eu acho injusto, a outra pessoa que seguir, pegar tudo do zero. Eu acho que é importante você manualizar, para facilitar quem vem pela frente.

O(a) respondente, como se vê, um(a) dos(as) organizadores(as), mostra que tem interesse que o IFPI na Praça tenha continuidade, e de facilitar que futuros organizadores encontrem um manual de como fazê-lo. Percebemos a importância dada ao evento como algo que não se acabe com a saída daqueles que o estão realizando no momento, que ele seja realmente algo institucional.

A organização do evento é algo trabalhoso e cheia de detalhes, o que traria dificuldades para aqueles que pretendem lhe dar continuidade, mas não sabem como funciona a preparação. O(a) Entrevistado(a) 3 fala um pouco de como é essa preparação:

A gente tem que fazer um levantamento dos projetos que vão, quantidade alunos, quais materiais que vão ser preciso. Aí vai para logística. Tem que levar tantas mesas, tantas cadeiras, passar ofício para a prefeitura, puxar energia. O que precisar de órgãos públicos tem que ser solicitado com muita antecedência. Então é uma logística enorme. Quanto termina, coloca tudo no caminhão, ainda tem a questão do caminhão: bota tudo, traz tudo, confere tudo, dá baixa em tudo, porque tem as coisas com tombo. Então, é uma mão de obra danada.

⁵⁸ Suprimimos esses trechos nessa fala por considerarmos que seria fácil para alguns leitores identificarem o(a) Entrevistado(a) 2.

Também já tratamos das burocracias necessárias junto à prefeitura da cidade de Parnaíba para que não haja impedimentos e também já mostramos como é realizada a avaliação dos projetos no dia do evento. Com tudo isso, um manual, ou outra forma de instrução acessível, poderia deixar esses passos claros para aqueles que estão à frente na organização dos trabalhos, tanto internos quanto na praça, antes e depois de acontecer, e também para outros que venham a dar continuidade a ele.

É interessante que exista um material tanto didático, que mostre a história do evento, quanto instrucional, que oriente sua realização em outras edições. Isso evitaria, dentre outros, possíveis problemas como atrasos ou mesmo impedimentos de realização das ações junto à comunidade externa ao IFPI, uma vez que precisa de autorização da prefeitura; desgastes à procura de setores responsáveis pela liberação de uso de espaços públicos; e não padronização de projetos ou de materiais comuns a cada grupo de estudantes, o que dificultaria a avaliação dos examinadores que dão nota para as ações dos alunos.

Essa categoria nos ajudou a agregar ideias para o alcance do nosso objeto específico quatro: desenvolver material didático/instrucional mostrando o histórico das atividades do IFPI na Praça.

A análise das respostas dadas pelos entrevistados nos mostrou que o IFPI na Praça tem valorizado a extensão, conseguido visibilidade para o Campus e proporcionado benefícios como o aumento de estudantes e contatos com empresas em busca de estagiários. Vimos que o evento está alinhado com a missão e os valores do IFPI e de instituições parceiras. Ainda percebemos que há a necessidade de compilação dos registros para tanto os preservar quanto facilitar seu acesso.

Também observamos quais as práticas pedagógicas os professores têm tido rumo à formação humana integral na execução dos projetos. Além do mais, ficou-nos evidente a falta de um material didático/instrucional voltado especificamente para ações do IFPI na Praça, e que os entrevistados concordam com a ideia de vir a existir um. Também nos foi informada a pretensão de se construir material dessa natureza para facilitar o trabalho de futuros organizadores do evento.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Para atender ao nosso objetivo específico de número quatro (Desenvolver material didático/instrucional mostrando o histórico das atividades do IFPI na Praça) criamos, a partir da dissertação, um Produto Educacional (PE) no formato e-book em PDF. Utilizamos, para isso, a plataforma online de *design* Canva.

A geração de um material como esse atende à exigência do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Segundo a CAPES (2019, p.5):

No Mestrado Profissional, distintamente do Mestrado Acadêmico, o mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de videoaulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação deve incluir necessariamente o relato fundamentado da aplicação do produto educacional desenvolvido.

Assim, de acordo com essa normativa, e com nossa pesquisa, desenvolvemos o PE intitulado “O IFPI na Praça: um olhar para a memória e o impacto do evento”, sobre o qual discorreremos agora acerca de sua construção, características, avaliação e validação.

5.1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

As ideias para a criação do PE tiveram seu início ainda durante as aulas presenciais do pesquisador, que passou a ter contato com a linha de pesquisa memória, sobre a qual começou a se aprofundar. Buscando contribuir de alguma forma com o *Campus* de Parnaíba e por intento pessoal de desenvolver práticas multi e interdisciplinar no seu local de trabalho na forma de um evento, viu no IFPI na Praça um objeto de estudo.

Após conversas com colegas servidores da Instituição, professores e por meio da pesquisa em si, foram selecionadas informações importantes para a construção de um material textual, de fácil acesso e destinado tanto àqueles que trabalharam no IFPI na Praça, quanto para servidores que não atuaram nele, bem como, para outras pessoas e Instituições que pretendem realizar atividades semelhantes.

Nosso PE se enquadra no tipo de Produto Desenvolvimento de Material Didático e Instrucional, descrito pela CAPES (2020) como sendo correspondente à produção de recursos que facilitam o aprendizado e instrução de recursos humanos, por meio da criação, uso e organização de processos e produtos tecnológicos, tais como: jogos, manuais, livros técnico-didáticos.

A Imagem 18 mostra a capa PE.

Imagem 18 – Capa do Produto Educacional.



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Nosso objetivo com esse material é explicar o que é IFPI na Praça, como ele é organizado e executado, traçando uma cronologia desde sua origem até a última edição realizada, mostrando fotografias, incitando memórias dos participantes e curiosidade naqueles que não o conhecem. Intentamos que o PE se torne, além de mais uma oportunidade de apresentar às pessoas qual o tipo de educação ofertada pelo IFPI – *Campus* Parnaíba, uma forma de registro das atividades no evento.

Também temos como propósito, sobre o qual apontamos relevância, chamar a atenção para a importância da memória de ações executadas pela instituição e indicar, a partir do passo-a-passo para realização do IFPI na Praça, como pode ser feito um evento da mesma natureza.

5.2 DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO

Primeiramente procuramos conhecer, em conversa com colegas servidores do *Campus* de Parnaíba, um pouco mais acerca do IFPI na Praça. Usamos a expressão “conhecer mais”, pois o pesquisador já tivera contato com o evento há alguns anos, ao passar pelo local onde ele estava ocorrendo. A partir dessas informações preliminares, dadas por aqueles que trabalham na Instituição, ficou decidido que este seria o foco de nosso estudo.

Liberada a pesquisa pelo Comitê de Ética, foi o momento de enveredarmos pelas salas da Instituição inquirindo, angariando informações, ouvindo respostas, esquadrinhando dados físicos e digitais, viajando nas memórias e compilando materiais.

De posse de tantas informações que compuseram a nossa dissertação, passamos a selecionar aquilo que iria compor nosso Produto, bem como buscar outros dados para a construção dele. Observamos como os registros “dizem”! Os papéis são mais saudosistas que os elementos digitais, mas quando estes são imagens, também nos fazem “viajar” até os acontecimentos.

Assim, selecionamos fotografias das edições do IFPI na Praça, mostrando o que foi apresentado no evento, as ações de alunos, de servidores e de pessoas não participantes do Instituto. Tomamos como critérios para essa seleção a representatividade das imagens, seja por mostrar pessoas que fazem parte do Instituto ou de interação delas com aquelas da comunidade externa; a associação das fotografias com o texto escrito; e a confiabilidade de que elas veem de repositórios

que nos dão a confiança de serem legítimas do IFPI na Praça e que podem ser acessadas no seu local de origem facilmente.

Optamos por colocar a maioria das fotografias de nosso Produto aquelas contidas em repositórios como *Facebook* e *Instagram* do próprio *Campus*; as outras, seguindo a mesma ideia, são provenientes de *sites* e *blogs*. Em todas as fotografias colocamos *link* de acesso para, a partir de um *click* sobre elas, o leitor ser direcionado até a página de origem, poder ver outras imagens e obter mais informações sobre o evento.

A organização do conteúdo escrito, sua construção frasal, imagens relacionadas e tamanho das fontes, foi pensada para que a leitura seja fluida, não cansativa, não densa, leve e objetiva. O intuito foi o de que o leitor – esse sendo da comunidade interna ou externa ao *Campus* – possa ter uma visão abrangente e fácil do que apresentamos.

O trabalho é constituído por seções, apresentadas na Imagem 19:

Imagem 19 – Sumário mostrando as partes do PE.

SUMÁRIO	
08	O que é o IFPI na Praça?
11	A Importância da Memória
20	A instituição que realiza o IFPI na Praça
27	O IFPI na Praça: memórias do evento.
46	Mãos à obra! Construindo o IFPI na Praça.
53	O Impacto do IFPI na Praça.
57	Referências.

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Na primeira seção, trazemos explicações prévias sobre o evento; na segunda, acerca das contribuições de alguns teóricos sobre o termo memória. Na terceira seção

apresentamos informações gerais sobre os IFs e o *Campus* de Parnaíba; na quarta, “O IFPI na Praça: memórias do evento”, traçamos cronologia das edições do evento, tratando um pouco do que aconteceu em cada uma delas e mostrando os lugares onde ocorreram. Em “Mãos à obra! Construindo o IFPI na Praça”, tópico na forma de um manual, indicamos o passo a passo da organização interna e externa para o evento; e, na última seção, abordamos as contribuições do IFPI na Praça, tanto para servidores e alunos quanto para a sociedade parnaibana.

A Imagem 20 mostra capa de algumas dessas seções.

Imagem 20 – Capas de divisão de seções do PE.



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Colocamos ainda informações simples e objetivas no material, instruindo o leitor no acesso a alguns *links* com informações extras contidas nele, tais quais a localização das praças onde o evento ocorreu e vídeo apresentando a cidade de Parnaíba (Imagem 21).

Imagem 21 - Informação de acesso a *link* no PE.



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Com tudo isso, procuramos atender aos três eixos que Leite (2018) considera importante para a produção de materiais educativos: a) eixo conceitual – que integra a escolha das ideias centrais contidas no material, o tema ou os temas principais geradores da aprendizagem; b) eixo pedagógico – como o principal articulador do material, que expressa o caminho que se propõe a ser percorrido por alguém, criando para este uma nova percepção sobre o tema; e c) eixo comunicacional – que trata do formato, da linguagem, da diagramação, ou seja, a relação direta com os destinatários do material, para que se sintam estimulados a refletir sobre os assuntos abordados.

5.3 AVALIAÇÃO

Leite (2018) diz que a avaliação de materiais educativos pode ocorrer por meio de discussão em grupo ou de entrevistas individuais e pode contar com um guia de perguntas. Assim, enviamos a primeira versão do PE para três professores, três coordenadores de curso, coordenadora de extensão e diretor de ensino: todos do *Campus* de Parnaíba. Esses fizeram parte de nossos critérios de inclusão na pesquisa, convidados a participar do questionário e das entrevistas, já discutido neste trabalho.

Tais profissionais se fazem importante para a avaliação do nosso PE por fazerem parte do *Campus* de Parnaíba, de onde é proveniente o IFPI na Praça, terem

trabalhado no evento e, por conseguinte, terem conhecimentos importantes sobre ele, além de serem especialistas em Educação.

Ainda enviamos o material para duas professoras da Educação Básica da rede estadual do Piauí, uma gestora de escola do Ensino Médio da rede estadual do Maranhão e um professor contratado da Universidade Estadual do Piauí. O objetivo de selecionarmos também esse público para avaliar nosso PE foi o de buscar um “olhar diferente” daqueles que trabalham no *Campus* de Parnaíba. Com isso, conhecemos opiniões de pessoas que não são servidoras do Instituto Federal.

Encaminhamos o PE e uma ficha de avaliação (essa em arquivo em Word e na forma de um *link* com as mesmas perguntas, mas criadas no *Google Forms*) para os *e-mails* de todos e ainda pelo *WhatsApp* de alguns deles, como no caso daqueles não participantes do *Campus* de Parnaíba.

A ficha de avaliação (conteúdo do Apêndice E) foi elaborada com questões na forma de grelha de escolha múltipla com as opções de respostas: atende totalmente, atende parcialmente, não atende, não sei responder. As perguntas versavam sobre o conteúdo, a linguagem, imagens, *layout*, atração dos leitores para o material, relevância, aplicabilidade e instruções contidas. Foi deixado espaço para que os participantes justificassem suas respostas, opinassem com críticas, correções e sugestões.

Demos o prazo de duas semanas para os participantes da avaliação responderem às perguntas e nos darem um retorno com suas opiniões. Eles poderiam, durante esse período, entrar em contato conosco a qualquer momento para obter esclarecimentos, fosse por ligação telefônica ou mensagem via *WhatsApp*, através do número de celular que lhes disponibilizamos no *e-mail*.

Oito, dos convidados a avaliar o PE, nos deram retorno com suas correções, impressões e sugestões. A opinião das pessoas sobre o nosso trabalho se faz importante para acrescentar qualidade ao material produzido. Buscamos, com a participação delas, um olhar sobre a estética, organização, estilo de escrita, dentre outros itens, como aborda Leite (2018).

A partir do prazo estipulado por nós como limite para recebimento das respostas, passamos a analisá-las. A negação “Não atende” foi assinalada por apenas um dos avaliadores para as perguntas: Os trechos em destaque realmente merecem ser destacados? Existe clareza e objetividade no texto, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender? As abordagens apresentadas no Produto

Educacional podem ser readaptadas para serem utilizadas em outros contextos de ensino (diferentes campi, instituições, escolas de Educação Básica etc.)?

Somente um convidado marcou “Não sei responder” à pergunta “O conteúdo atende às necessidades de ser registro de fatos e de instrumento orientador sobre o evento? ”

As observações feitas pelos participantes dizem respeito a:

- I) Falta de indicação no material de um curso técnico em específico (Análises Clínicas integrado ao Ensino Médio) ofertado pelo *Campus* de Parnaíba;
- II) Necessidade de algumas imagens condizentes com o texto contido;
- III) Não percepção de trechos em destaque;
- IV) Redução de conteúdos no tópico A Importância da Memória.

No mais, as respostas obtidas foram no sentido de que o PE atende, de alguma maneira, aos itens propostos na ficha de avaliação, sendo que ainda nos foram dados retornos como:

- a) “O texto está organizado adequadamente”;
- b) “A organização de imagens e explicações sobre elas é de fácil compreensão, o que facilita o uso desse material em projetos futuros”;
- c) “Está atrativo e organizado. As imagens estão bem colocadas e as informações explicam bem o evento”.

Calculamos a média aritmética das respostas de cada categoria e transformamos essas médias em porcentagens, que são mostradas na Tabela 4.

Tabela 4 – Média, em porcentagem, das respostas obtidas na avaliação do PE.

ITENS AVALIADOS	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende	Não sei responder
	%	%	%	%
CONTEÚDO	75	20	2,5	2,5
LINGUAGEM	83,75	12,5	3,12	—
ILUSTRAÇÕES E IMAGENS	87,5	12,5	—	—
LAYOUT	75	25	—	—
RELEVÂNCIA E APLICABILIDADE	81,25	12,5	6,25	—
ILUSTRAÇÕES E TAMANHO DO MATERIAL	93,75	6,25	—	—
Legendas: % - Porcentagem				

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A partir das respostas obtidas, passamos à adequação do PE ao que foi sugerido. Inserimos informações que faltavam, colocamos mais imagens que se relacionassem com o texto já posto e adequamos a linguagem em alguns pontos do material. Preferimos deixar o tópico *A Importância da Memória* da forma que se encontrava primeiramente, por acharmos que é relevante. Mas, no intuito de receber mais informações sobre a redução ou não deste tópico, aguardamos contribuições dos membros da Banca de Defesa.

5.4 APLICABILIDADE

Esperamos que o Produto Educacional “O IFPI na Praça: um olhar para a memória e o impacto do evento” tenha aplicabilidade na EPT, inicialmente evidenciando para a comunidade interna do IFPI – *Campus* Parnaíba a importância do evento e das memórias criadas por ele. Almejamos que ele seja mais que uma forma de expor as ações realizadas nesses dez anos de edições, que seja um material que leve esse público a identificar-se com o evento e ser estimulado a engajar-se cada vez mais nas atividades extensionistas.

Aspiramos que o PE ajude aos professores na elaboração dos projetos que pretendem que sejam apresentados no IFPI na Praça, principalmente professores recém-chegados na Instituição ou aqueles que ainda não participaram dele. Com o *e-book* eles terão uma visão geral do que é realizado nele e de que maneira. Também pretendemos que o PE ajude coordenadores e gestores a organizar do IFPI na Praça, uma vez que nossa produção, além da parte de memória, traz um manual da organização interna e externa ao *Campus* para a realização do evento.

Ainda temos por intento que a comunidade externa conheça, por meio do PE, um pouco das muitas atividades que são realizadas pelo *Campus* de Parnaíba, criando nas pessoas a curiosidade sobre a instituição e o que ela realiza, servindo como mais uma forma de divulgação da boa educação ofertada pelo Instituto Federal.

Para esse público, o PE pode ser disponibilizado por meio da rede social (*Instagram, Facebook, WhatsApp* etc.), especialmente em momentos de divulgação do evento, quando se faz convite nas escolas para alunos e professores prestigiarem o IFPI na Praça.

Esperamos ainda que o nosso Produto contribua como instrução para outras Instituições realizem evento semelhante, como feiras de ciências elaboradas por

escolas, exposição de arte, apresentações de conteúdos de museus, campanhas de saúde, dentre outros, que podem vir a ser apresentados em praça pública.

5.5 VALIDAÇÃO

Após todo esse processo, ainda se faz necessária a validação do PE pela Banca de Defesa, para a qual é apresentada primeiramente a dissertação. O PE, segundo Leite (2018), deve passar, obrigatoriamente, por uma validação a partir de eixos e descritores específicos.

Assim, as dimensões: a) aderência ao projeto e linha de pesquisa; b) replicabilidade em diferentes contextos de ensino; c) impacto no processo de ensino aprendizagem; d) abrangência do produto a nível territorial; e) complexidade estrutural e metodológica do produto; f) aplicabilidade em contexto real de sala de aula e g) acessibilidade do produto pelo público potencial são consideradas no processo de validação do PE.

O Quadro 11 apresenta, sucintamente, os passos para a construção, avaliação e validação do PE.

Quadro 11 - Resumo do passo-a-passo para a criação, avaliação, validação e registro do PE.

(continua)

ETAPA 1: CONSTRUÇÃO		
Passo	Atividade	Objetivo
1	Pesquisa em repositórios da EPT e mídias digitais de modelos de <i>e-books</i> a partir da literatura.	Observar modelos de <i>e-book</i> que servissem de inspiração para o PE.
2	Retorno de leitura nos conteúdos dos questionários e entrevistas, bem como buscas por mais informações novamente com alguns entrevistados. Buscas em repositórios de acesso público como <i>Facebook</i> e <i>Instagram</i> do IFPI - <i>Campus</i> Parnaíba, <i>sites</i> e <i>blogs</i> de notícias.	Reunir, catalogar e selecionar as informações e imagens a serem apresentadas no PE.
3	Confecção da primeira versão do <i>e-book</i> : elaboração textual, criação de figuras, compilação de imagens e diagramação.	Materializar o <i>e-book</i> em uma versão preliminar, em <i>Portable Document Format</i> (PDF), para ser apresentada a alguns participantes do questionário e das entrevistas e para público externo ao <i>Campus</i> .

(conclusão)

ETAPA 2: Avaliação		
Passo	Atividade	Objetivo
4	Envio da cartilha para um grupo de pessoas previamente convidadas, composta por profissionais do IFPI - <i>Campus</i> Parnaíba, professores da rede pública estadual do Piauí, gestor de escola da educação pública do estado do Maranhão e professor contratado da Universidade Estadual do Piauí.	Verificar, após análise pelo público selecionado, se será necessária alguma alteração no PE.
5	Adequações no PE a partir das avaliações realizadas.	Corrigir erros e adequar o conteúdo de forma que o PE fique mais atrativo e informativo.
ETAPA 3: VALIDAÇÃO DO PE		
Passo	Atividade	Objetivo
6	Validação junto à Banca Examinadora	Apresentação da versão mais atualizada do PE à Banca de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso e coleta de suas impressões, correções e sugestões.
7	Adequação do PE a partir das recomendações da validação da Banca Examinadora.	Adequações pertinentes com base na análise das sugestões propostas e correções feitas pela Banca.
8	Registro do Produto Educacional.	Licenciar na <i>Creative Commons</i> ; Depositar nos Repositórios: EDUCAPES e Base Institucional Acadêmica – BIA, do IFPI.

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Salientamos que o PE terá licença aberta, para que outras pessoas possam atualizá-lo com informações sobre mais edições do IFPI na Praça, mas, sempre tendo que ser feita citação do documento original. Dessa forma, não se perderá a ideia de continuidade dele e serão mantidas referências aos registros que ele já carrega.

Uma vez validado pela Banca de Defesa de Conclusão de Curso, o Produto Educacional tem sua disponibilidade de acesso em repositório como a Base Institucional Acadêmica - BIA, do IFPI e o EDUCAPES, portal de objetos educacionais abertos, para que todos com acesso à internet possam acessá-lo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, como dissemos na introdução deste trabalho, os objetivos de uma instituição educacional são observáveis pelas ações realizadas perante a comunidade atendida por ela, o que dizer sobre um evento extensionista como o IFPI na Praça, que vem ocorrendo há dez anos? O que falar diante de tantas atividades?

Esta seção, intitulada Considerações Finais, apresenta mais considerações a respeito dos nossos achados do que um final de discussão a ser selada. A certeza que deixamos é a de que muito ainda pode ser investigado e escrito.

Iniciamos nossa pesquisa objetivando analisar, de uma forma geral, se, e de que maneira, o projeto IFPI na Praça tem contribuído com a memória da extensão do IFPI - *Campus* Parnaíba, no período de 2015 a 2024. Para tanto, seguimos objetivos específicos preestabelecidos por nós, a respeito dos quais trazemos os resultados obtidos:

1. Identificar os documentos normativos do IFPI – *Campus* Parnaíba quanto às atividades extensionistas para averiguar se o projeto IFPI na Praça está atendendo à missão do Instituto. Nesse ponto, partimos da análise do PDI do IFPI, nas seções que tratam da extensão. Encontramos na formação do documento, dentre outros, normativas como a Política Nacional de Extensão Universitária, a lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, documentos elaborados pelo FORPROEXT e a LDB. Todos esses, de uma maneira ou de outra, regem as atividades do IFPI na Praça, levando-o a estar de acordo com missão do Instituto: “Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais” (PDI, 2020).

Ainda que de nosso estudo não almejassemos averiguar se o evento tem seguido à risca as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica determinadas pelo Conselho Nacional de Educação, observamos o atendimento a algumas delas em certos pontos.

Pela fala dos entrevistados, vimos que o evento contribui para a transformação da sociedade local, com atividades focadas no desenvolvimento de soluções para problemas sociais, culturais e ambientais da região. Essas atividades estão de acordo com a diretriz extensionista Impacto e Transformação Social, já discutida neste texto.

A participação no evento é considerada como uma das notas mensais dos discentes, que, além da interação com a comunidade, precisam apresentar a uma

banca avaliadora os resultados de suas pesquisas que ali expõem. Cada projeto – que não são elaborados ao acaso, mas tendo íntima relação do tema geral com o curso do qual o estudante participa – são resultados de pesquisas e/ou trabalhos realizados durante todo o ano dentro da Instituição. Então, vemos que o IFPI na Praça tem um Impacto na Formação do Estudante, seja pela questão formal de avaliação das atividades ou pelos conhecimentos adquiridos nas pesquisas realizadas para o evento.

Ademais, pelas falas dos entrevistados e pelos registros de projetos encontrados em nossas buscas, notamos que a interdisciplinaridade se faz presente no evento. Vimos que há projetos elaborados e executados tendo a participação de várias disciplinas ao mesmo tempo. Nisso podemos afirmar que, ao menos em parte, a diretriz Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade está sendo atendida.

Mais que atender à missão do Instituto, na construção dos projetos que formam o evento, muitos deles fomentados, são seguidas regras contidas em editais de outras instituições e entidades parceiras, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), além do próprio Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio dos temas da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Todas essas ações que compõem o IFPI na Praça têm levando os estudantes a uma formação de qualidade e direcionada a demandas sociais, principalmente locais.

2. Relacionar os documentos/monumentos das atividades do projeto IFPI na Praça, no período de 2015 a 2024. Pesquisamos em ambientes físicos e virtuais “vestígios” e provas das ações do evento. Inicialmente demos foco aos projetos, justamente por serem documentos institucionais, registros mais detalhados das práticas e ideias criadas e executadas.

Pensávamos encontrá-los reunidos em um repositório de fácil acesso e organizados em ordem cronológica. No entanto, nos deparamos com certa dificuldade. Parte estava em repositório físico, parte em ambiente virtual. E ainda encontramos lacunas: há projetos de algumas edições do IFPI na Praça que não foram registrados, ou pelo menos não os encontramos junto aos demais nos locais averiguados.

Abordamos anteriormente, com Cellard (2008), que os documentos são testemunhos do passado, que servem de prova dos acontecimentos e que muitas vezes são os únicos, dada a passagem do tempo, a fazerem isso. Assim, pensamos

que os projetos para o IFPI na Praça deveriam ser primeiramente registrados nos repositórios oficiais, como o SUAP, para terem o direito de ser levados à praça no dia do evento. Com isso, seriam evitadas lacunas de registro, como as que ocorreram no passado.

Apesar de terem o cuidado de arquivar os documentos já existentes, ainda há uma necessidade de os compilar em um local de fácil acesso para possíveis pesquisas. Consideramos que a inserção deles em um dos repositórios, como o Arquivo do *Campus*, garantiria sua proteção contra extravio ou perdas (daqueles que ainda se encontram em material físico). Assim, também se garantiria um acesso por interessados de modo mais fácil.

Quanto aos conteúdos contidos neles, esses mostram que cada edição segue um tema diferente, mas sempre relacionados à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, ao curso do qual vem o projeto apresentado e à realidade local. Também evidenciam que o número de atividades tem aumentado a cada nova edição, e sempre com apresentações que envolvem os diferentes níveis e modalidades de educação ofertados pelo *Campus*. Isso indica que o evento tem melhorado, assim como levado a sério pelos seus realizados.

Em ambientes virtuais como *sites*, *Instagram* e *Facebook* do Instituto, também procuramos algum registro sobre o evento. Encontramos, nestes dois últimos, bastantes fotografias e vídeos curtos, bem como poucos convites das edições do IFPI na Praça. No *Site* do *Campus* de Parnaíba, por outro lado, havia apenas uma publicação de 2017 sobre ele, com seis fotografias. E ainda encontramos em um portal de notícias e um *blog* reportagens sobre o evento.

Percebemos que tem sido dada atenção à divulgação do evento mais nas redes sociais, talvez por conta da grande visualização que se tem por meio dela, do que no *site* oficial do Instituto. Mas entendemos que este também é importante e precisa ser atualizado. Sobre *blogs* e portais de notícias, esses tratarem do IFPI na Praça significou para nós que ele não é um evento que passa despercebido, o que, por si só, já mostra alguma importância para a sociedade local.

3. Apontar quais práticas os professores do IFPI – *Campus* Parnaíba têm tido com a realização do IFPI na Praça rumo à formação humana integral. Para alcançarmos esse objetivo, realizamos aplicação de questionário com professores e entrevistas com coordenadores e gestores, todos da Instituição.

As informações obtidas por meio desses instrumentos nos mostraram que atividades em grupo e interdisciplinares, aprendizagem ativa, aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem colaborativa, estudo de caso, contextualização dos conteúdos dos cursos com o tema do evento, ação-reflexão, pesquisas, experiências e diálogo são práticas dos professores rumo à Formação Humana Integral dos discentes com o IFPI na Praça.

Percebemos que há um engajamento dos profissionais com o evento, e que ele auxilia inclusive nas práticas pedagógicas dos professores. O surgimento de espaço de diálogo com os alunos do *Campus* para superar desafios encontrados e melhorias nas atividades em equipe foram citados como benefícios adquiridos após a edição do IFPI na Praça.

Notamos que há uma credibilidade posta pelos professores nele, como uma atividade do *Campus* que precisa ser mantida, devido à sua contribuição no processo de ensino-aprendizagem. Até a ideia de se criar um orçamento previsto para cada ano, garantido a continuidade do evento, foi mencionada. Nisso também vemos a identidade que ele já carrega como elemento da própria Instituição.

4. Desenvolver material didático/instrucional mostrando o histórico das atividades do IFPI na Praça. A partir da pesquisa e dos caminhos mostrados por ela, e como mais um de seus resultados, elaboramos um Produto Educacional, na forma de *e-book*. Sua construção levou em consideração as memórias das edições do evento, seguindo uma ordem cronológica.

A carência de compilação de imagens e informações nos guiaram a elaborar o Produto Educacional de maneira que, tanto discutisse a importância da memória do evento, servindo como mais um registro, quanto a forma como ele é realizado. Tivemos o cuidado de elaborá-lo de modo que ele sirva de leitura e apreciação para o levante de memórias dos servidores que trabalharam no evento e como material de incentivo ao engajamento de servidores que não participaram de suas edições.

Uma vez que o IFPI na Praça é também uma forma de divulgar o *Campus* de Parnaíba do Instituto Federal, ainda pensamos nosso Produto como tal: uma divulgação das ações realizadas pelo *Campus*. A avaliação desse material mostrou que ele é acessível, de fácil compreensão e, possivelmente, útil também para aqueles que não fazem parte do Instituto Federal.

A continuidade do nosso *e-book*, pelo acréscimo de informações por outras pessoas, já que se espera que ocorrerão novas edições do evento, e sua

replicabilidade, pela adequação do material a contextos diferentes, são possibilidades que tivemos a preocupação de criar ao escolhermos o tipo de sua licença, estrutura e formato.

Cabe destacar que, embora venhamos discorrendo que os diversos níveis e modalidades de educação ofertados pelo *Campus* de Parnaíba estão presentes no IFPI na Praça, não houve, até a data de encerramento deste trabalho, a participação do mestrado em educação do IFPI nessas atividades. Entretanto, foi sinalizado o interesse pelo engajamento dele no evento, sendo que o primeiro deles foi a construção deste trabalho de pesquisa e seu Produto Educacional.

Pelo observado com o IFPI na Praça, e nas buscas por seus registros, notamos que existe um espaço para a atuação sobre as memórias das atividades realizadas pelo *Campus*, não apenas sobre o evento, mas de toda a Extensão desenvolvida por ele e até mesmo de outras atividades. Um grupo de pessoas da própria Instituição (servidores e alunos) poderia dar o pontapé inicial na organização e registros dessas memórias em um único e seguro repositório de fácil acesso, o que ajuda a reafirmar as memórias e identidade do *Campus*.

Mesmo que consideremos ter atendido ao nosso objetivo maior de pesquisa, em vez de derretermos a cera sobre o papel e colocarmos nosso sinete, deixamos o envelope aberto e espaço no documento para novas contribuições. Nosso público-alvo, por exemplo, era formado por servidores (professores, gestores e coordenadores) do *Campus*, o que não descartamos que uma outra pesquisa envolvendo a memória do evento a partir do olhar de alunos e egressos, assim como da comunidade externa, seja relevante.

E antes de findarmos nossa escrita para que sirva de referência para futuras pesquisas, voltemos ao passado, recorramos mais uma vez aos registros e às memórias para falarmos do evento extensionista IFPI na Praça como uma janela de visibilidade para a sociedade parnaibana:

Em 2013, seis anos após a inauguração da CEFET/UNED, atual IFPI – *Campus* Parnaíba, a dissertação intitulada “Instituto Federal do Piauí – *Campus* Parnaíba: trajetória de hoje, memória do amanhã (2007- 2012)” apresentava em suas considerações finais a seguinte informação:

Os próprios dados levantados e as falas dos sujeitos entrevistados demonstram claramente que o *Campus* Parnaíba do IFPI já faz parte da história e do contexto local. A sua presença é sentida por toda a microrregião em que está inserido, embora note-se que ainda existem dúvidas sobre o seu papel e seus objetivos por parte da população, tal fato é evidenciado nas entrevistas e aponta-se como provável causa a falta de divulgação [...] é, por várias vezes mencionada a falta de esclarecimento que as pessoas têm sobre, não só o Campus de Parnaíba, mas também o Instituto Federal do Piauí. Foi atribuída a essa dúvida a falta de conscientização e de divulgação sobre a Instituição, o que leva a questionar se a política de expansão foi plenamente discutida na cidade antes da implantação do *Campus* (Carvalho, 2013, p. 135).

Dois anos depois, em 2015, tem início o projeto IFPI na Praça. E, após dez anos, em 2025, em entrevista para a construção deste trabalho dissertativo, o(a) Entrevistado(a) 3, um dos idealizadores do evento, nos diz como tudo começou:

Ele é uma visibilidade para a sociedade parnaibana do que acontece aqui. Por que? Porque há algum tempo atrás...eu acho que ainda têm algumas pessoas que acham que o instituto é pago [...] Às vezes as pessoas perguntavam: “onde você trabalha?”.

- “Eu trabalho no CEFET”. No Instituto, né? Antigo CEFET. Eu dizia: “antigo CEFET”.

- “Ah, é a Federal? ”

- “Não, não é a Federal. É o Instituto Federal”

Tá bom. Aí, às vezes, quando eu falava que ia ter seletivo para os meus vizinhos próximos:

- “Quanto é a mensalidade? ” Aí eu digo: “Não, o Instituto, ele é público. Inclusive o seu filho ganha livros de ensino médio”.

- “É mesmo? ”.

Eu digo: “é”.

[...]

Então, é justamente para a sociedade entender o que é que as pessoas estudam aqui, né? Qual é a prestação de serviços do IFPI como instituição pública para a sociedade parnaibana. É uma janela de visibilidade.

Desde esse período aos dias atuais, o IFPI na Praça tem contribuído com a memória da extensão do IFPI – *Campus* Parnaíba através da execução de projetos que vão literalmente à praça e ali são objeto de conhecimento e interação entre estudantes, professores e outros servidores do Instituto Federal com a comunidade parnaibana. A atividade extensionista dessa Instituição tem nesse evento dez anos de muitas memórias.

7 REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Aurélio (Santo Agostinho). **Confissões**. Tradução Beatriz S. S. Cunha. – Jandira, SP: Principis, 2019.

ALVES, L. H.; SARAMAGO, G.; VALENTE, L. de F.; SOUSA, A. S. de. Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica.

Cadernos da FUCAMP, 20, 2021. Disponível em:

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2335>. Acesso em: 13 dez. 2024.

ANJOS, Maylta Brandão. Educação profissional e tecnológica: a prática pedagógica como veículo da liberdade. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas-Tocantins, v.8, n.53, p.258-273p, 06, 2021. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5957>. Acesso em: 25 maio 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. 1º ed. São Paulo: Edições 70, 2020.

BAUMAN, Zygmund. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmund Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros; [introdução de Benedetto Vecchi]. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BEMVENUTI, Vera Lucia Schneider. **Extensão universitária**: momentos históricos de sua institucionalização. Vivências, Erexim. V1, nº1, p18-26. Out, 2015. Disponível em:

http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_001/artigos/area_comunicacao/area_comunicacao_01.htm. Acesso em: 02 maio 2024

BENJAMIN, Walter. **O Narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221. Disponível em:

https://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03/O-Narrador_Walter-Benjamin-1.pdf. Acesso em: 12 maio 2024.

BLAD Runner. Direção: Denis Villeneuve. Produção: Andrew A. Kosove, Broderick Johson, Bud Yorkin, Cynthia Sikes Yorkin. Estados Unidos, Warner Bros, 2017. DVD.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. [Constituição (1937)]. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 01 jan. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm. Acesso 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968**. Institui, em caráter permanente, o Grupo de Trabalho "Projeto Rondon", e dá outras providências. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62927-28-junho-1968-404732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso 01 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a%20condena%C3%A7%C3%A3o%20a%20qualquer%20tratamento,de%20classe%20ou%20de%20ra%C3%A7a>. Acesso em 03 de maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 01 maio 2024.

BRASIL. **Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Presidência da República. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 jun.

BRASIL. **Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das 463 universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm. Acesso em: 01 mar. 2025.

BRASIL. **Educação Profissional e Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 janeiro de 2001. **Institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 03 jan. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 03 de jan. de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2024.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. 18ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2022.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2021.

CAPES. Ministério da Educação. **Documento da Área 46 de Ensino da CAPES**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 11 maio 2024.

CAPES. Ministério da Educação. **Considerações sobre Classificação de Produção Técnica**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/ENF_ConsideraessobreClassificaodeProduoTcnica eTecnologica.pdf. Acesso em: 16 jan. 2025.

CARPIM, Lucymara; BEHRENS, Marilda Aparecida; TORRES, Patrícia Lupion. Paradigma da complexidade na prática pedagógica do professor de educação profissional no século 21. **Boletim Técnico Do Senac**, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, p.

90 – 107, jan./abr. 2014. Disponível em:
<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/115/100>. Acesso em: 25 maio 2024.

CASTRO, A.S.; DUARTE NETO, J.H.; Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica: a relação entre o currículo integrado e a prática pedagógica docente. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 20, p. e11088, jan. 2021. ISSN 2447-1801. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11088/pdf>. Acesso em: 26 maio 2024.

CAVALCANTI, A. S. Olhares epistemológicos e a pesquisa educacional na formação de professores de ciências. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 983-998, 2014.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CÍCERO, M.T. Discussões Tusculanas [online]. Translated by Bruno Fregni Bassetto. Uberlândia: EDUFU, 2014, 528 p. Estudo Acadêmico collection, no. 4. ISBN: 978-65-5824-028- 0. Disponível em:
<https://books.scielo.org/id/72kk4/pdf/cicero-9786558240280.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

CNE – Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1/2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-cne-cp-001-2021-01-05.pdf>. Acesso em: 11 maio 2024.

COELHO, B. P. M. Materialismo Histórico e Dialético: entre aproximações e tensões. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 118, p. 75-100, 2023.

CONIF. Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Diretrizes para a Curricularização da Extensão**. 4 agos. 2020. Disponível em: https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/diretrizes-para-curricularizacao-da-extensao---fde-e-FORPROEXTt_aprovado_agosto_2020.pdf. Acesso em: 06 maio 2024.

CONIF - Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica. **Extensão Tecnológica** - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/ Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013. Disponível em:
<https://portal.ifba.edu.br/proex/documentos/conif-2013-extensao-tecnologica-rede-federal-1.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5º ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. v. 2, nº 2. Vitória: IFES, 2018, p. 6 – 19.

Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383>. Acesso em: 24 jul. 2023.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas, SP: Alínea, 2012. p. 52-71.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas Denominadas “Estado da Arte”. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov 2024.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORPROEXT. **Contribuições para a política de extensão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Fórum de pró-reitores de extensão ou cargos equivalentes das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. 2015. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/886/XIII_FORPROEXT_-_Contribuicoes_2015.pdf. Acesso em: 19 maio 2024.

FORPROEXT. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. Disponível em: http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf. Acesso em 06 jun. 2023.

FRANCO, Amélia do Rosário Santoro. **Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito**. Rev. bras. pedagog. (on line), Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbep/v97n247/2176-6681-rbep-97-247-00534.pdf>. Acesso em 31 mar. 2024.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 5ª ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 25º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 71º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 7º ed. Barueri/SP: Atlas, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. 1º ed. Barueri/SP: Atlas, 2021.

Gil, Atonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2ª ed. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 13 maio 2024.

IFPI. **Instituto Federal do Piauí: guia de cursos**, 2023. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/parnaiba/o-campus/cursos>. Acesso em: 18 jun. 2023.

IFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020 – 2024: construindo para o futuro**. Teresina: IFPI, 2020.

JACOBUECCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos Espaços Não-formais de Educação para a Formação da Cultura Científica. **Em Extensão**, Uberlândia, v.7, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20390/10860>. Acesso em: 09 jan. 2025.

JACON, Maria do Carmo Moreira. Prática Pedagógica na Educação Profissional e Tecnológica: reflexões à luz de teorias modernas e contemporâneas. In: **XII Workshop de Pós-graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza**, 12., 2017, São Paulo, Anais...São Paulo: Centro Paula Souza, 2017. p. 733 – 747. Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/files/artigo/file/182/f33079b76ef8fa8e4645bdbd37593474.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

JUNIOR, Lima Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. **Análise Documental como Percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.36-51/2021. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 17 dez. 2024.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Pesquisa Documental. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo, SP: Atlas, 2003. p. 174-183.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**/ tradução Bernardo Leão...[et al.]. - 7ª ed. revista - Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

Legião Urbana. Índios. **Dois**. Rio de Janeiro, EMI, 1986. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/legiao-urbana/92/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

LEITE, P. S. Chisté. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino**: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos.

Espírito Santo: Campo Aberto, v. 38, n. 2, p. 185-198, 2018. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/86391349/produtos-educacionais-em-mestrados-profissionais-na-area-de-ensino-uma-proposta->. Acesso em: 06 jan. 2025.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. 3ª ed. Campinas, SP: editora Alínea, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES, Caroline Aparecida Sampaio Guimarães; BORTOLINI, Maria Denise; OLIVEIRA, Roselene Ferreira; DIEMER, Odair. A Integração Disciplinar na Concepção dos Discentes do Ensino Médio Integrado. **Revista Brasileira de Educação**, Mato Grosso do Sul, v.6, e260089, p.1 - 26, março, 2021. Disponível em: scielo.br/j/rbedu/a/Jj3Tzxy3pVCZkQjCCfBqcl/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 01 mar. 2025.

MOURA, D. H. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. Holos, Natal, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2007.11>. Acesso em: 01 maio 2023.

MOURA, D. H. **Trabalho e Formação Docente na Educação Profissional**. 1ª ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

NICOLAU, Paulo Roberto Arce. **A formação integral e as legislações norteadoras da EPT: um recorte com foco nas contribuições para a formação discente**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Manaus-AM, p.128. 2022.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, São Paulo, v.10, p.7-28, out., 2012. Disponível em: ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES | Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. Acesso em: 11 nov. 2024.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de; Frigotto, Gaudêncio. As bases da EPT em sua relação com a sociedade brasileira: concepção e práticas em disputa. In: SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; ROSA, Daniele dos Santos. **As Bases Conceituais na EPT**. 1. ed. Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/editoranovapaideia/issue/view/12/2>. Acesso em: 21 out. 2023.

Parnaíba Realiza o IFPI na Praça. **Instituto Federal do Piauí**, 2017. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/parnaiba/noticias/parnaiba-realiza-o-ifpi-na-praca>. Acesso em: 19 dez. 2024.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Lembrança do presente**: ensaios sobre a condição histórica na era da internet. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

PERES, Aline Neves. **Extensão na educação profissional e técnica de nível médio do instituto federal do Amazonas**: formação humana integral e reflexo social. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: Manaus, p.97. 2020. Disponível em: http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/bitstream/4321/471/1/Extensao%20na%20educacao%20profissional%20e%20tecnica%20de%20nivel%20medio_Peris_2020.pdf. Acesso em: 06 mai. 2023.

PLATÃO, 427-347 a.C. **O Banquete**. 1ª ed. [s.l.]: VirtualBooks, 2023. Disponível em: <https://www.baixelivros.com.br/ciencias-humanas-e-sociais/filosofia/o-banquete-platao>. Acesso em: 14 maio 2023.

RAMALHO, W. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. **História**, (São Paulo), v.42, e2023036, p.1-22, 2023. <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2023036>. Acesso em: 18 maio 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempos de Regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. [s.l.], v.1, n.1, p.27- 49, 2017. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/356/317>. Acesso em: 01 mar. 2025.

RAMOS, M. N. **Concepção do ensino médio integrado**. Belém: SEDUC, 2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional**. 1ª ed. Curitiba: Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SANTOS, Ana Clara Campos dos; Musse, Christina. **Filmes de família: a identidade representada**. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal Juiz de Fora/UFJF, Vol.10• nº2• agosto 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21206/11531>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SANTOS, Juliana Cardoso; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. “**Memória Institucional e Memória Organizacional: faces de uma mesma moeda**”. Perspectivas em ciências da informação 26.3 (2021): 208-235. Web. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/RTpwsFQsWktXbyx7ZX6cxyJ/?lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2023.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

SAVALI, Esméria de Çourdes; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. Projeto Rondon e sua função político social. **Conexão**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 59 – 63, Janeiro-Dezembro, 2006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3861/2731>. Acesso em 01/05/2024.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 5º ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da Politecnia**. Trab educ saúde [Internet]. 2003 Mar;1(1):131–52. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, SC, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SILVA, Greiciane Farias da. O Ensino Remoto na Educação Infantil de 0 a 3 anos: reflexões de uma História do Tempo Presente. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, nº 39, p. 210-227, jun./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/39598/31824>. Acesso em: 18 maio 2023.

SILVA, Juliana Natal da. **Pintando Criciúma – Arte, Memória e Educação: evocando memórias e (re)construindo identidades**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Educação em Educação, Criciúma, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10849022. Acesso em: 16 nov. 2024.

VÁZQUÉZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VELOSO, Caetano. Sampa. **Muito – Dentro da Estrela Azulada**. Rio de Janeiro, Philips, 1978. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/41670/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

VIEIRA, Tatiana de Santana. **Mnemosine, Clio e a memória histórica da educação de jovens e adultos em/com ações de extensão na UFES de 1986 a 1996**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Vitória, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/e92c1c77-869c-417c-bee5-0b6f827555f1/content>. Acesso em: 27 nov. 2024.

VINCENTINI, Willian Roberto. Apontamentos para a história da educação: a educação profissional e superior no Brasil da era Vargas. **Cadernos Zygmunt Bauman**. Universidade Federal do Maranhão, v.11, n.27, p.134 -150, novembro, 2021. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/bauman/article/view/17891>. Acesso em: 26 maio 2024.

8 APÊNDICES

8.1 Apêndice A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (Docentes)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI) MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa “Projeto IFPI na Praça: contribuindo com as memórias da extensão do IFPI – Campus Parnaíba”, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) Jeferson Luís Marinho de Carvalho. O projeto tem como objetivo geral analisar se, e de que maneira, o projeto IFPI na Praça tem contribuído com a memória da extensão do IFPI - Campus Parnaíba, no período de 2015 a 2024. Esse estudo tem como objetivos específicos: a) Identificar os documentos normativos do IFPI – Campus Parnaíba quanto às atividades extensionistas para averiguar se o projeto IFPI na Praça está atendendo à missão do Instituto; b) Relacionar os documentos/monumentos das atividades do projeto IFPI na Praça, no período de 2015 a 2024; c) Apontar quais práticas os professores do IFPI – Campus Parnaíba têm tido com a realização do IFPI na Praça rumo à formação humana integral; e d) Desenvolver material didático/instrucional mostrando o histórico das atividades do IFPI na Praça.

O estudo se justifica pela necessidade de analisar se, e de que maneira, o projeto IFPI na Praça, que já faz parte do calendário da instituição desde 2015 e que é apresentado anualmente em uma praça da cidade, tem contribuído para a memória da extensão do referido Campus. Entende-se que um projeto que leva o nome da instituição às pessoas da comunidade, que faz parte do calendário e que envolve estudantes e servidores do Instituto precisa ser estudado em sua relevância. Propõe-se estudo com professores efetivos que têm trabalhado no projeto, bem como gestores e coordenadores do Campus que tenham algum envolvimento com o referido projeto, pois infere-se que esses profissionais, devido ao tempo que estão na instituição (e logo terem acompanhado o IFPI na Praça desde seu início) e pela ideia de sua continuidade nela (cargos efetivos) são os mais adequados para falar da influência que esse projeto pode ter para a memória da extensão do IFPI – Campus Parnaíba. Esses servidores, pelo cargo que ocupam e pela sua participação no evento são aqueles que podem apresentar mais memórias das atividades que desenvolvem

nele, uma vez que tem mais vivências em relação a ele. Essa análise se faz importante uma vez que esses profissionais são aqueles que, antes mesmo da execução do projeto, já estão elaborando atividades para ele e criando as possibilidades de concretização. A partir de então as escrevem, levam-nas às turmas e incentivam os estudantes a realiza-las; em seguida partem para reuniões e a aulas de onde serão dadas as bases cognitivas e instruções para a realização do projeto; acompanham a aplicação dele e ajudam os alunos no que for preciso; por fim, constroem relatórios do que foi feito e fazem avaliações daquela edição do evento.

O estudo ainda se justifica pelo fato de uma pesquisa dessa natureza, e sua divulgação, poder servir para que outros profissionais do próprio Campus conheçam mais sobre o IFPI na Praça e sintam-se incentivados a participar das potencialidades dele.

Meu interesse em desenvolver essa pesquisa se faz pelo fato de eu ser professor da Educação Básica, morar na cidade de Parnaíba, e ter sido atendido por projetos extensionistas ofertados pelo IFPI-Campus Parnaíba; muitas dessas atividades de extensão são apresentadas no IFPI na Praça. Esses fatores me direcionaram a estudar o projeto tema desta pesquisa. Por conseguinte, objetivo contribuir com material que envolva a memória do Projeto IFPI na Praça, que chama a atenção em suas edições da sociedade parnaibana.

Para a realização dessa pesquisa, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura desse documento que visa assegurar seus direitos como participante. Sua participação é voluntária, sem custos ao senhor(a), e se dará ao responder a um questionário com perguntas abertas e fechadas, ou seja, resposta livre do participante, de forma on-line, por meio da plataforma *Google Forms*, que será encaminhado por link para o seu e-mail.

A sua participação neste projeto deverá ter a duração de cerca de dez a trinta minutos, que se refere ao tempo médio necessário para responder ao questionário uma única vez.

Importa informar que você só poderá participar dessa pesquisa se for professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – *Campus Parnaíba* e se tiver participação no Projeto IFPI na Praça.

Ao conteúdo fornecido por você somente terão acesso o pesquisador e seu orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo

menos 5 anos, conforme a Resolução 466/12. Após esse período, os dados serão destruídos. Todo o material será armazenado em local seguro, sem conexão dos dados com a internet para dar mais segurança às informações.

Em relação ao estudo proposto, sua participação é voluntária, isto é, você tem a liberdade de se recusar a participar ou de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Para isso não é requerido qualquer justificativa de sua parte. Também é possível você retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

A pesquisa será desenvolvida após avaliação e liberação pelo CEP com previsão de realização no segundo semestre de 2024. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posterior a ela, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação, ou não, neste estudo, não lhe trará quaisquer prejuízos legais, financeiros ou sanções.

Será garantida a suspensão imediata do trabalho de pesquisa acaso haja indícios de riscos e/ou danos à saúde dos participantes, estejam esses riscos previstos ou não neste Termo.

Considerando que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, esclarecemos que os riscos dessa pesquisa são: possibilidade de constrangimento ao responder às perguntas, desconforto, estresse, quebra de sigilo, cansaço e quebra de anonimato. Caso ocorra alguns desses riscos, é dada a garantia de reparação/indenização ao participante.

Para minimizar esses possíveis riscos, o pesquisador adotará algumas medidas de segurança, a saber:

- a) o questionário não será identificado com os nomes dos participantes (nem mesmo com as iniciais) para que seja mantido o anonimato. Os participantes serão referidos na pesquisa apenas como P1, P2, P3 e assim respectivamente, sem nenhuma ligação desse código com seus nomes;
- b) o participante receberá esclarecimento prévio sobre a investigação;
- c) a pesquisa poderá ser interrompida em qualquer etapa de sua realização, acaso

o participante se sinta, de qualquer maneira, lesado ou se simplesmente quiser não fazer mais parte dela;

- d) será feita a leitura prévia do TCLE para esclarecimentos prévios sobre o que trata a pesquisa;
- e) assistência psicológica se necessário será garantida;
- f) garantida de privacidade para responder ao questionário;
- g) garantia de participação voluntária;
- h) consideração de situação de vulnerabilidade do participante, quando houver;
- i) sigilo em relação às respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos, como em publicações de artigos científicos, dissertação, eventos científicos, sempre garantindo o anonimato dos participantes da pesquisa.

Os procedimentos adotados neste estudo obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 466/12 e Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012; 2016).

Para responder ao questionário poderá ser tomado algum tempo para que sejam respondidas as perguntas. Para minimizar desconfortos, o(a) senhor(a) tem a liberdade de escolher o local e o horário para responder, ou não, às perguntas, sendo asseguradas a proteção à imagem e a não estigmatização, garantindo, ainda, a não utilização das informações em prejuízo das pessoas envolvidas nesta pesquisa.

Caso não se sinta à vontade, a qualquer momento poderá comunicar ao pesquisador a decisão de não mais participar, sem precisar apresentar justificativa para isso.

O seu nome será mantido em sigilo, assegurando a sua privacidade. Acaso deseje, terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, antes, durante e depois da sua participação.

Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, em que os resultados poderão ser publicados, mas sempre mantendo o sigilo de sua identidade. Assim, qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

O seu nome aparecerá apenas neste documento, que será assinado em duas vias, sendo uma guardada pelo(a) senhor(a) e a outra pelo pesquisador, em local seguro.

O(a) senhor (a) não terá nenhum valor econômico a receber ou a pagar por sua participação. A participação nesta pesquisa não originará nenhum benefício monetário direto e imediato, porém sua participação voluntária proporcionará um estudo exploratório do tema, o qual poderá contribuir para a construção de um Produto educacional. Espera-se que esta investigação traga contribuições importantes e necessárias para a temática aqui apresentada.

Os pesquisadores assumem o compromisso de realizar uma apresentação sobre os resultados da investigação, em data e horário a ser acertado, quando da conclusão desta pesquisa. Porventura os envolvidos no estudo venham a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito a indenização decorrentes de eventuais danos decorrentes desta pesquisa. Caso tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, o(a) senhor(a) será ressarcido em dinheiro, ou mediante depósito em conta corrente, conforme determina a lei.

Se o(a) senhor(a) aceitar participar, contribuirá para a criação de um produto educacional onde serão apresentadas de forma ordenada, cronológica e atrativas as ações do Projeto IFPI na Praça, sua possível contribuição para a memória da extensão do IFPI – Campus Parnaíba. Sua participação nesse estudo ainda contribuirá para evidenciar as memórias relevantes de sua participação no Projeto IFPI na Praça, servindo como forma de incentivo para a realização de mais atividades desse Projeto por parte de servidores que ainda não apresentaram atividades nele. Sua participação evidenciará ainda um olhar acerca da importância do referido projeto para o Campus Parnaíba como um todo e, mais especificamente, para a prática pedagógica dos professores participantes do Projeto IFPI na Praça.

Todos os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para a sua execução, cuja finalidade é acadêmico-científica (divulgação em revistas e eventos científicos), e seus dados ficarão sob sigilo e guarda do pesquisador responsável. Também lhe será assegurado(a) o direito de assistência integral gratuita contra quaisquer danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da pesquisa, pelo tempo que for necessário, como já mencionado.

Caso haja algum dano direto/indireto decorrente de sua participação, não sanado pelo responsável, o senhor(a) poderá buscar indenização por meio das vias legais vigentes no Brasil.

Se o(a) senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, o senhor(a) pode esclarecê-las com o pesquisador responsável Jeferson Luís Marinho de Carvalho, telefone: (86) 99822-5743; e-mail: jeferson@ifpi.edu.br ou com o pesquisador assistente Mateus José Ribeiro, pelo telefone/celular (86) 994577246 (disponível também para ligação a cobrar) ou pelo e-mail mateusjribeiro2021@gmail.com. Se preferir, pode levar esse Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar.

Se mesmo assim as dúvidas persistirem, o senhor(a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFDPAR (CEP/UFDPAR), que é um colegiado interdisciplinar, independente, que acompanha, analisa e julga se as pesquisas científicas que envolvem seres humanos preservam a integridade e dignidade do participante da pesquisa, no seguinte endereço: Universidade Federal do Delta do Parnaíba, *Campus* Ministro Reis Velloso; localizado na Av. São Sebastião, 2819, Bairro Reis Velloso, Parnaíba/PI; Espaço de Ciências Sociais e Humanas – ECSH, bloco 05, sala 03; com atendimento ao público de segunda à sexta- feira das 14h às 17h30min., ou pelo celular (86) 99427-1383; ou pelo e-mail: propopi.cep@ufdpar.edu.br.

Esse Termo será elaborado em duas VIAS, rubricado em todas as suas páginas (com exceção da última página) e assinado ao seu término pelo(a) senhor(a) e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu, _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, e ficando com a posse de uma delas.

Parnaíba-Piauí, ____/____/2024

Pesquisador Responsável

Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho RG: 1.344.262
CPF: 394.270.723-34
telefone: (86) 99822-5743; e-mail: jeferson@ifpi.edu.br

Pesquisador Assistente

Mateus José Ribeiro RG: 2668264
CPF: 01817796330
Contatos - celular: (86) 99457-7246; e-mail: mateusjribeiro2021@gmail.com

8.2 Apêndice B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (Gestores e coordenadores)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI) MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa “Projeto IFPI na Praça: contribuindo com as memórias da extensão do IFPI – Campus Parnaíba”, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) Jeferson Luís Marinho de Carvalho. O projeto tem como objetivo geral analisar se, e de que maneira, o projeto IFPI na Praça tem contribuído com a memória da extensão do IFPI - Campus Parnaíba, no período de 2015 a 2024. Esse estudo tem como objetivos específicos: a) Identificar os documentos normativos do IFPI – Campus Parnaíba quanto às atividades extensionistas para averiguar se o projeto IFPI na Praça está atendendo à missão do Instituto; b) Relacionar os documentos/monumentos das atividades do projeto IFPI na Praça, no período de 2015 a 2024; c) Apontar quais práticas os professores do IFPI – Campus Parnaíba têm tido com a realização do IFPI na Praça rumo à formação humana integral; e d) Desenvolver material didático/instrucional mostrando o histórico das atividades do IFPI na Praça.

O estudo se justifica pela necessidade de analisar se, e de que maneira, o projeto IFPI na Praça, que já faz parte do calendário da instituição desde 2015 e que é apresentado anualmente em uma praça da cidade, tem contribuído para a memória da extensão do referido Campus. Entende-se que um projeto que leva o nome da instituição às pessoas da comunidade, que faz parte do calendário e que envolve estudantes e servidores do Instituto precisa ser estudado em sua relevância. Propõe-se estudo com professores efetivos que têm trabalhado no projeto, bem como gestores e coordenadores do Campus que tenham algum envolvimento com o referido projeto, pois infere-se que esses profissionais, devido ao tempo que estão na instituição (e logo terem acompanhado o IFPI na Praça desde seu início) e pela ideia de sua continuidade nela (cargos efetivos) são os mais adequados para falar da influência que esse projeto pode ter para a memória da extensão do IFPI – Campus Parnaíba. Esses servidores, pelo cargo que ocupam e pela sua participação no evento são aqueles que podem apresentar mais memórias das atividades que desenvolvem

nele, uma vez que tem mais vivências em relação a ele. Essa análise se faz importante uma vez que esses profissionais são aqueles que, antes mesmo da execução do projeto, já estão elaborando atividades para ele e criando as possibilidades de concretização. A partir de então as escrevem, levam-nas às turmas e incentivam os estudantes a realiza-las; em seguida partem para reuniões e a aulas de onde serão dadas as bases cognitivas e instruções para a realização do projeto; acompanham a aplicação dele e ajudam os alunos no que for preciso; por fim, constroem relatórios do que foi feito e fazem avaliações daquela edição do evento.

O estudo ainda se justifica pelo fato de uma pesquisa dessa natureza, e sua divulgação, poder servir para que outros profissionais do próprio Campus conheçam mais sobre o IFPI na Praça e sintam-se incentivados a participar das potencialidades dele.

Meu interesse em desenvolver essa pesquisa se faz pelo fato de eu ser professor da Educação Básica, morar na cidade de Parnaíba, e ter sido atendido por projetos extensionistas ofertados pelo IFPI-Campus Parnaíba; muitas dessas atividades de extensão são apresentadas no IFPI na Praça. Esses fatores me direcionaram a estudar o projeto tema desta pesquisa. Por conseguinte, objetivo contribuir com material que envolva a memória do Projeto IFPI na Praça, que chama a atenção em suas edições da sociedade parnaibana.

Para a realização dessa pesquisa, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura desse documento que visa assegurar seus direitos como participante. Sua participação é voluntária, sem custos ao senhor(a), e se dará por meio de respostas a perguntas feitas na forma de entrevista semiestruturada, que deverá ter a duração de trinta a quarenta minutos, sendo este o tempo estimado para responder às perguntas. A entrevista poderá ocorrer em local e horário mais adequados para o senhor(a). Na impossibilidade de ocorrer presencialmente, por qualquer que seja o motivo e sem necessidade de dizer qual, a entrevista ainda poderá ser realizada de forma online, por meio da plataforma *Google Meet* ou outra plataforma de sua escolha.

Solicitamos ao(à) Senhor(a) que suas respostas, no momento da entrevista sejam gravadas em áudio. Para isso utilizaremos aparelho celular com aplicativo específico para gravações de áudio (aplicativo ASR). Após as gravações, o áudio da entrevista será transcrito para manter o rigor científico da pesquisa. Mas deixamos claro que o(a) senhor(a) pode se recusar a não ter suas respostas gravadas. Mesmo

que as permitam serem gravadas, a qualquer hora, seja no momento da entrevista ou após ela, a gravação pode ser apagada a pedido seu.

Importa informar que você só poderá participar dessa pesquisa se for gestor ou coordenador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – *Campus Parnaíba* e se tiver algum envolvimento com o Projeto IFPI na Praça.

Ao conteúdo fornecido por você somente terão acesso o pesquisador e seu orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo por pelo menos 5 anos, conforme a Resolução 466/12. Após esse período, os dados serão destruídos. Todo o material será armazenado em local seguro, sem conexão dos dados com a internet para dar mais segurança às informações.

Em relação ao estudo proposto, sua participação é voluntária, isto é, você tem a liberdade de se recusar a participar ou de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Para isso não é requerido qualquer justificativa de sua parte. Também é possível você retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

A pesquisa será desenvolvida após avaliação e liberação pelo CEP com previsão de realização no segundo semestre de 2024. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posterior a ela, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação, ou não, neste estudo, não lhe trará quaisquer prejuízos legais, financeiros ou sanções.

Será garantida a suspensão imediata do trabalho de pesquisa acaso haja indícios de riscos e/ou danos à saúde dos participantes, estejam esses riscos previstos ou não neste Termo.

Considerando que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, esclarecemos que os riscos dessa pesquisa são: possibilidade de constrangimento ao responder às perguntas, desconforto, estresse, quebra de sigilo, cansaço e quebra de anonimato. Caso ocorra alguns desses riscos, é dada a garantia de reparação/indenização ao participante.

Para minimizar esses possíveis riscos, o pesquisador adotará algumas

medidas de segurança, a saber:

- a) A entrevista não será identificada com o nome do participante (nem mesmo com as iniciais) para que seja mantido o anonimato;
- b) o participante receberá esclarecimento prévio sobre a investigação;
- c) a pesquisa poderá ser interrompida em qualquer etapa de sua realização, acaso o participante se sinta, de qualquer maneira, lesado ou se simplesmente quiser não fazer mais parte dela;
- d) será feita a leitura prévia do TCLE para esclarecimentos prévios sobre o que trata a pesquisa;
- e) assistência psicológica se necessário será garantida;
- f) garantida de privacidade para responder ao questionário;
- g) garantia de participação voluntária;
- h) consideração de situação de vulnerabilidade do participante, quando houver;
- i) sigilo em relação às respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos, como em publicações de artigos científicos, dissertação, eventos científicos, sempre garantindo o anonimato dos participantes da pesquisa.

Os procedimentos adotados neste estudo obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 466/12 e Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012; 2016).

A entrevista poderá tomar algum tempo para que sejam respondidas as perguntas. Para minimizar desconfortos, você tem a liberdade de escolher o local e o horário para responder, ou não, às perguntas, sendo asseguradas a proteção à imagem e a não estigmatização, garantindo, ainda, a não utilização das informações em prejuízo das pessoas envolvidas nesta pesquisa. A entrevista será semiestruturada. Caso não se sinta à vontade, a qualquer momento poderá comunicar ao pesquisador a decisão de não mais participar, sem precisar apresentar justificativa.

O seu nome será mantido em sigilo, assegurando a sua privacidade. Acaso deseje, terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, antes, durante e depois da sua participação.

Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, em que os resultados poderão ser publicados, mas sempre mantendo o sigilo de sua identidade. Assim, qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

O seu nome aparecerá apenas neste documento, que será assinado em duas vias, sendo uma guardada pelo(a) senhor(a) e a outra pelo pesquisador, em local seguro.

O(a) senhor (a) não terá nenhum valor econômico a receber ou a pagar por sua participação. A participação nesta pesquisa não originará nenhum benefício monetário direto e imediato, porém sua participação voluntária proporcionará um estudo exploratório do tema, o qual poderá contribuir para a construção de um Produto educacional. Espera-se que esta investigação traga contribuições importantes e necessárias para a temática aqui apresentada.

Os pesquisadores assumem o compromisso de realizar uma apresentação sobre os resultados da investigação, em data e horário a ser acertado, quando da conclusão desta pesquisa. Porventura os envolvidos no estudo venham a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito a indenização decorrentes de eventuais danos decorrentes desta pesquisa. Caso tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, o(a) senhor(a) será ressarcido em dinheiro, ou mediante depósito em conta corrente, conforme determina a lei.

Se o(a) senhor(a) aceitar participar, contribuirá para a criação de um produto educacional onde serão apresentadas de forma ordenada, cronológica e atrativas as ações do Projeto IFPI na Praça, sua possível contribuição para a memória da extensão do IFPI – Campus Parnaíba. Sua participação nesse estudo ainda contribuirá para evidenciar as memórias relevantes de sua participação no Projeto IFPI na Praça, servindo como forma de incentivo para a realização de mais atividades desse Projeto por parte de servidores que ainda não apresentaram atividades nele. Sua participação evidenciará ainda um olhar acerca da importância do referido projeto para o Campus Parnaíba como um todo e, mais especificamente, para a prática pedagógica dos professores participantes do Projeto IFPI na Praça.

Todos os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para a sua execução, cuja finalidade é acadêmico-científica (divulgação em revistas e eventos

científicos), e seus dados ficarão sob sigilo e guarda do pesquisador responsável. Também lhe será assegurado(a) o direito de assistência integral gratuita contra quaisquer danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da pesquisa, pelo tempo que for necessário, como já mencionado.

Caso haja algum dano direto/indireto decorrente de sua participação, não sanado pelo responsável, o senhor(a) poderá buscar indenização por meio das vias legais vigentes no Brasil.

Se o(a) senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, o senhor(a) pode esclarecê-las com o pesquisador responsável Jeferson Luís Marinho de Carvalho, telefone: (86) 99822-5743; e-mail: jeferson@ifpi.edu.br ou com o pesquisador assistente Mateus José Ribeiro, pelo telefone/celular (86) 994577246 (disponível também para ligação a cobrar) ou pelo e-mail mateusjrbeiro2021@gmail.com. Se preferir, pode levar esse Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar.

Se mesmo assim as dúvidas persistirem, o senhor(a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFDPAr (CEP/UFDPAr), que é um colegiado interdisciplinar, independente, que acompanha, analisa e julga se as pesquisas científicas que envolvem seres humanos preservam a integridade e dignidade do participante da pesquisa, no seguinte endereço: Universidade Federal do Delta do Parnaíba, *Campus* Ministro Reis Velloso; localizado na Av. São Sebastião, 2819, Bairro Reis Velloso, Parnaíba/PI; Espaço de Ciências Sociais e Humanas – ECSH, bloco 05, sala 03; com atendimento ao público de segunda à sexta- feira das 14h às 17h30min., ou pelo celular (86) 99427-1383; ou pelo e-mail: propopi.cep@ufdpar.edu.br.

Esse Termo será elaborado em duas VIAS, rubricado em todas as suas páginas (com exceção da última página) e assinado ao seu término pelo(a) senhor(a) e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu,
 _____, estou de acordo em participar desta

pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, e ficando com a posse de uma delas.

Parnaíba-Piauí, ____/____/2024

Pesquisador Responsável

Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho RG: 1.344.262
CPF: 394.270.723-34
telefone: (86) 99822-5743; e-mail: jeferson@ifpi.edu.br

Pesquisador Assistente

Mateus José Ribeiro RG: 2668264
CPF: 01817796330
Contatos - celular: (86) 99457-7246; e-mail: mateusjrbeiro2021@gmail.com

8.3 Apêndice C – Questionário para aplicação com professores.

Questionário IFPI na Praça

Prezado(a) Professor(a),

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa:

“PROJETO IFPI NA PRAÇA: contribuindo com as memórias da extensão do IFPI - Campus Parnaíba (2015-2024)”, que está sendo desenvolvida pelo mestrando Mateus José Ribeiro, do Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Campus Parnaíba. O estudo está sob supervisão do Professor Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho, docente do programa.

Caso você já tenha participado do Projeto IFPI na Praça e concorde em participar da pesquisa, após a leitura do TCLE, favor responda ao questionário. Caso não concorde, agradecemos sua atenção e pedimos apenas que feche esse formulário.

Eu li o TCLE e concordo em participar da pesquisa. Link para o TCLE:

<https://drive.google.com/file/d/1I9V86UhWycpagYhEuHskABXT2SmwmpXs/view?usp=sharing>

Eu desejo participar livremente desta pesquisa sobre trabalho pedagógico e autorizo a utilização de dados em publicações, relatórios e demais produtos, garantindo meu anonimato.

☐ Concordo em participar da pesquisa.

1) De quais edições do projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba, o(a) Sr.(a) já participou?

☐ 2015

☐ 2016

☐ 2017

☐ 2018

☐ 2019☐ 2020☐ 2021☐ 2022☐ 2023

2) Quantos projetos IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba, o(a) Sr(a) cadastrou no SISTEMA UNIFICADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SUAP/IFPI?

☐ a) 1 a 3☐ b) 4 a 5☐ c) 6 a 7☐ d) 8 a 9☐ e) nenhum

3) Qual(is) prática(s) pedagógica(s) o(a) Sr(a) tem tido com a realização dos projetos IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba, rumo à formação humana integral de seus alunos?

4) O(a) Sr(a) acredita que o projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba contribuiu, ou contribui, com o processo de ensino aprendizagem? Caso sua resposta seja sim, diga o porquê no espaço "outra".

☐ a) Sim☐ b) Não☐ c) Outra: _____

5) Em sua opinião, qual o maior empecilho/dificuldade na execução do projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI - Campus Parnaíba?

Pode escolher mais de uma opção.

☐ a. Gestão/Burocracia☐ b. Dificuldade de planejamento☐ c. Dificuldade de execução☐ d. Dificuldade de receptividade dos alunos☐ e. Pouca divulgação para os professores sobre o projeto

- ☐ f. Falta de incentivo para os professores
- ☐ g. Não sei responder

6) O(a) Sr(a) acredita que após a execução do projeto IFPI na Praça houve ou haverá algum retorno para a sua prática pedagógica em sala de aula? Caso sua resposta seja, sim, diga o porquê na opção "outra"?

- ☐ a) Sim
- ☐ b) Não
- ☐ Outra: _____

7) Qual sugestão o(a) Sr(a) daria para melhorar o projeto IFPI na Praça?

8) Em sua opinião, que tipo de material informativo/instrucional o(a) Sr(a) consideraria utilizar como auxiliar no processo de planejamento e execução do projeto IFPI na Praça que contribua com sua prática pedagógica?

Pode escolher mais de uma opção e/ou fornecer alguma.

- ☐ a) videoaulas
- ☐ b) oficina
- ☐ c) curso
- ☐ d) manual
- ☐ e) guia
- ☐ f) não sei responder
- ☐ g) Outra: _____

9) Qual o seu nível de concordância com os itens abaixo:

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
O projeto IFPI na Praça, desenvolvido pelo IFPI – Campus Parnaíba, é um exemplo de atividade que leva à formação humana integral.					

Há uma interação entre Ciência, Cultura e Tecnologia por meio do projeto IFPI na Praça.					
O projeto IFPI na Praça promove a interdisciplinaridade entre os professores do <i>Campus</i> .					
O projeto IFPI na Praça promove a transformação social dos estudantes e da comunidade externa.					

10) O registro histórico de atividades realizadas por grupos ajuda a formar a identidade da instituição a qual fazem parte.

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

11) Atividades realizadas por instituições de ensino contribuem para a formação da identidade individual das pessoas que fazem parte dessas instituições.

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

12) As memórias daqueles que realizam atividades ligadas a uma instituição servem de registro histórico importante tanto para a instituição quanto para os participantes dela.

1 2 3 4 5

Discordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

8.4 Apêndice D - Roteiro para a entrevista com coordenadores e gestores

1. De que maneira o projeto IFPI na Praça tem contribuído para a memória e valorização das atividades de extensão do IFPI – Campus Parnaíba, desde 2015 até hoje?
2. Quais são os documentos normativos que orientam as atividades extensionistas do campus, e como o IFPI na Praça está alinhado com a missão e os valores estabelecidos por esses documentos?
3. Quais registros ou monumentos estão disponíveis no campus, ou foram criados durante as edições do IFPI na Praça entre 2015 e 2024, que ajudam a documentar a evolução e o impacto do projeto?
4. Que práticas pedagógicas ou atividades extensionistas os professores do campus têm adotado no IFPI na Praça para promover uma formação humana integral nos estudantes?
5. Há algum planejamento ou projeto em andamento para a criação de materiais didáticos ou instrucionais que documentem a história e as principais atividades realizadas pelo IFPI na Praça?

8.5 Apêndice E – Ficha para avaliação do PE.

ITENS AVALIADOS E QUESTÕES RELACIONADAS AO PRODUTO EDUCACIONAL	ATENDE TOTALMENTE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE	NÃO SEI RESPONDER
1 CONTEÚDO				
1.1 O Produto Educacional apresenta uma estrutura de forma interligada e coerente, como títulos, subtítulos e sequência do texto? 1.2 Os trechos em destaque realmente merecem ser destacados? 1.3 O conteúdo atende às necessidades de ser registro de fatos e de instrumento orientador sobre o evento? 1.4 O conteúdo é relevante para ser apresentado ao público interno e externo ao IFPI – <i>Campus</i> Parnaíba? 1.5 O conteúdo está correto do ponto de vista científico?				
2. LINGUAGEM				
2.1 A formulação das orações e a quantidade de textos são atrativos e não cansativos? 2.2 Existe clareza e objetividade no texto, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender? 2.3 Qual seja o público, interno ou externo ao <i>Campus</i>, haverá entendimento do que está sendo apresentado no material?				
3. ILUSTRAÇÕES E IMAGENS				
3.1 As ilustrações e imagens condizem com o conteúdo geral do trabalho? 3.2 A apresentação das ilustrações e imagens no Produto Educacional é atrativa e de fácil compreensão?				
4. LAYOUT (engloba elementos como texto, gráficos, imagens e a forma como eles se encontram em um determinado espaço).				
4.1 As fontes utilizadas (tipologias, tamanhos e cores), as imagens, os planos de fundos e os quadros apresentados estão agradáveis para a leitura? 4.2 A disposição dos itens na página está organizada?				
5. MOTIVAÇÃO				
5.1 O leitor se sente atraído a prosseguir a leitura do conteúdo? 5.2 O Produto Educacional é esclarecedor?				
6. RELEVÂNCIA E APLICABILIDADE				
6.1 O Produto Educacional tem utilidade como registro de ações do Projeto IFPI na Praça na forma de um memorial, serve como documento orientador para futuras organizações de outras edições do evento ou de eventos semelhantes e como material de divulgação do próprio IFPI – <i>Campus</i> Parnaíba? 6.2 As abordagens apresentadas no Produto Educacional podem ser readaptadas para serem utilizadas em outros contextos de ensino (diferentes <i>campi</i>, instituições, escolas de Educação Básica etc.)?				
7. INSTRUÇÕES E TAMANHO DO MATERIAL				

7.1 As instruções contidas no trabalho são claras e ajudam a entender o conteúdo?

7.2 O número de imagens é suficiente para abordar o conteúdo?

Justifique abaixo suas respostas sempre que sua avaliação for de DISCORDÂNCIA ou NEUTRALIDADE em relação ao item avaliado. É MUITO IMPORTANTE QUE VOCÊ REGISTRE SEUS ARGUMENTOS. Caso julgue necessário deixe suas críticas e/ou sugestões.